

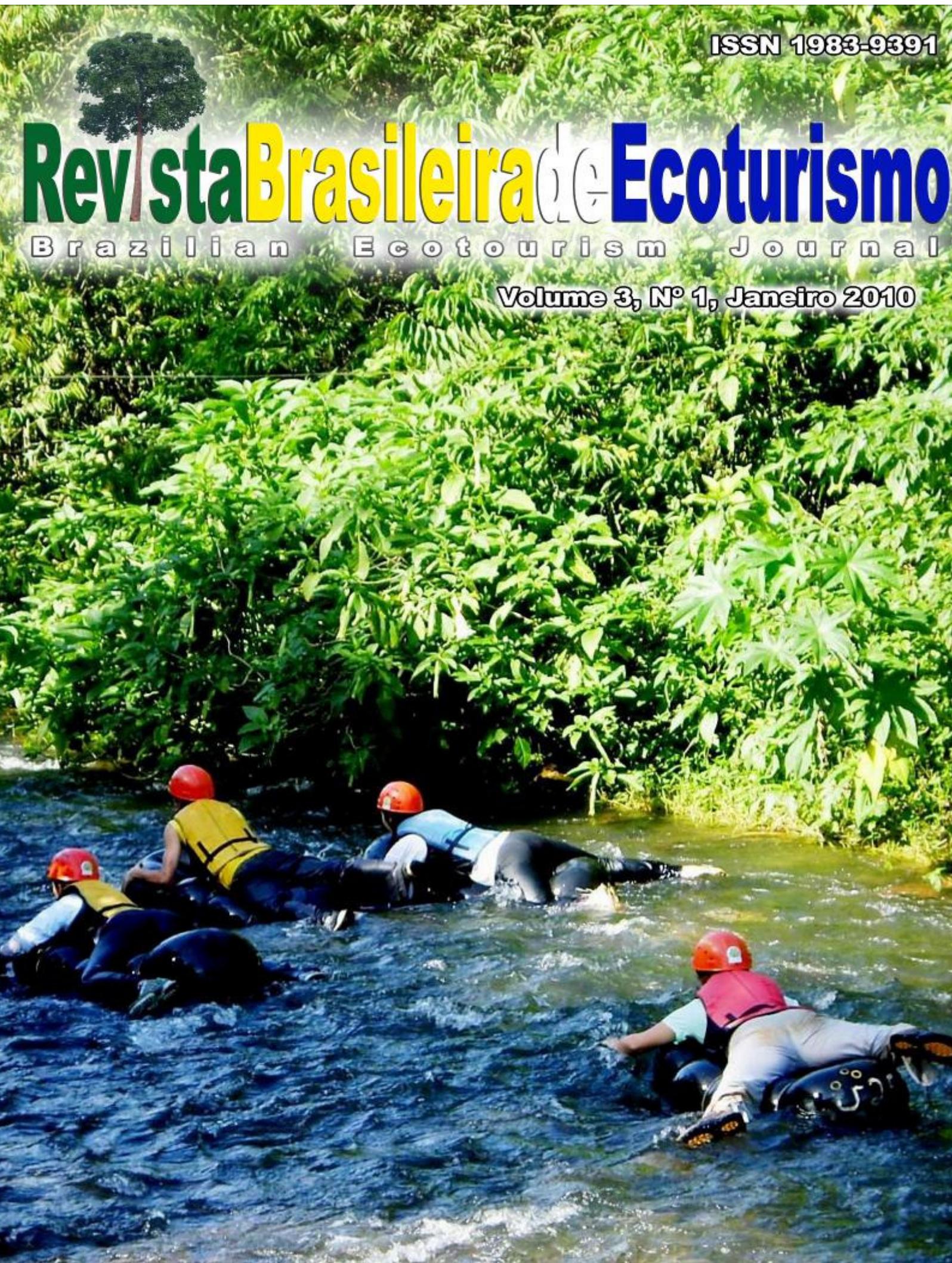
ISSN 1983-9391



# Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 3, Nº 1, Janeiro 2010



# Revista Brasileira de Ecoturismo

## Volume 03, Número 01, janeiro de 2010

---

### Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



#### **Editor-Chefe**

Prof. Dr. Zysman Neiman

#### **Editores:**

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

#### **Editor Executivo Junior**

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

#### **Editoras de Idiomas**

Malila Carvalho de Almeida Prado

Mônica Ribeiro Gusmão Saba

#### **Capa e layout do site**

Lucas Neiman

#### **Fotos**

Zysman Neiman

#### **Comitê Avaliador:**

**Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró**

**Profa. Dra. Alcyane Marinho**

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Profa. Dra. Ana Maria Wegmann Saquel

Profa. Dra. Andréa Rabinovici

Profa. Dra. Beatriz Veroneze Stigliano

Prof. Drando. Bruno Pereira Bedim

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

**Profa. Dra. Denise de Castro Pereira**

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Prof. Dr. Ferdinando Filetto

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Arq. Hector Ceballos-Lascurain

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Drando. Heros Augusto Santos Lobo

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla

Profa. Dra. Lilia dos Santos Seabra

Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno

Profa. Dra. Marília Cunha Lignon

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Profa. Dra. Nadja Castilho da Costa

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Prof.a. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Zysman Neiman

---

# SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO.....	05
EDITORAL.....	06
<b>ARTIGOS</b>	
O Ecoturismo como experiência e prática de liberdade.....	11
Denise Lima Rabelo	
<i>The Ecotourism as Experience and Practice of Freedom.....</i>	<i>11</i>
Denise Lima Rabelo	
Proposições Conservadora e Crítica em Educação Ambiental: a discussão das duas possibilidades em um mesmo espaço.....	23
Rodrigo Machado	
<i>Propositions Conservative and Criticism in Environmental Education: discussion of the two possibilities in the same space .....</i>	<i>23</i>
Rodrigo Machado	
Ecoturismo e (Des)Educação Ambiental.....	47
Euler Sandeville Júnior, Flávia Tiemi Suguimoto	
<i>Ecotourism and (un)Environmental Education.....</i>	<i>48</i>
Euler Sandeville Júnior, Flávia Tiemi Suguimoto	
Vivências com a Natureza: uma Proposta de Educação Ambiental para o Uso Público em Unidades de Conservação.....	61
Fernando Protti Bueno	
<i>'Sharing Nature' a Proposal by Environmental Education for Public Use in Protected Areas....</i>	<i>62</i>
Fernando Protti Bueno	
Envolvimento Comunitário no Planejamento do Uso Público do Parque Nacional do Pau Brasil: Ações para o Desenvolvimento Humano das Comunidades Rurais e Guias Regionais do Entorno.....	79
Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira	
<i>Community Involvement in Planning the Use Public Pau Brasil National Park: Action for Human Development of the Rural Community and Regional Guides in Surrounding Protected Area....</i>	<i>79</i>
Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira	

---

---

Políticas públicas e participação social: perspectivas de turismo sustentável em Vargem (SP).....91

Almerinda Antonia Barbosa Fadini, Evandro da Silva Fermino, João Luiz de Moraes Hoefel, Cristiane Ferráz e Silva Suarez

*Public policies and social participation: perspectives on sustainable tourism in Vargem (SP), Brazil* .....91

Almerinda Antonia Barbosa Fadini, Evandro da Silva Fermino, João Luiz de Moraes Hoefel, Cristiane Ferráz e Silva Suarez

Perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia - Valença (RJ).....109  
Delfina Maria Soares Vaz

*Profile of Concordia Reservoir City Natural Park visitors - Valença – RJ, Brazil*.....109  
Delfina Maria Soares Vaz

A Inter-relação do artesanato tradicional com a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados na Rota Turística do Verde e das Águas (ES).....121

Mário Vinícius Cinelli Zanetti, Ubirajara Corrêa Nascimento

*Inter-relationship of traditional craftsmanship with the Atlantic Forest and associated ecosystems in the 'Tourist Route of the Green and Water', Espírito Santo, Brazil*.....121

Mário Vinícius Cinelli Zanetti, Ubirajara Corrêa Nascimento

## RESENHA

Turismo e aventura: refletindo sobre novas sensibilidades na busca pela natureza .....141  
Alcyane Marinho

---

# APRESENTAÇÃO

---

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

Publica artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os eixos temáticos desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas idéias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman  
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini  
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

**Editores da RBEcotur**

---

# EDITORIAL

---

Iniciando nosso terceiro ano de atividade, temos a honra de publicar o primeiro conjunto de artigos aprovados e apresentados no VIIº Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR), realizado no Estado do Espírito Santo. Na edição passada publicamos na íntegra todos os resumos dos trabalhos apresentados, e agora damos destaque aos textos completos enviados por alguns dos participantes. Este é apenas um primeiro agrupamento de estudos, que será complementado com mais alguns outros que ainda encontram-se em fase de avaliação e revisão.

Neste número estão presentes oito contribuições em formato de artigos originais, sendo os quatro primeiros referentes ao eixo temático “Ecoturismo e Educação Ambiental”, dois ao eixo “Planejamento e Gestão do Ecoturismo” e os dois últimos ao eixo “Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável”.

No primeiro artigo Denise Lima Rabelo discute as possibilidades do Ecoturismo como experiência e prática de liberdade, dialogando com autores como Larrosa, Foucault e Baumann, dentre outros. Nesse debate, defende que o Ecoturismo é um espaço/tempo de formação e pode promover uma ética e estética da existência que faz considerar a própria vida como uma obra de arte, e em que o cuidado de si e com o outro seja resultado de um modo de ver a ética.

Em seguida, Rodrigo Machado apresenta-nos o debate sobre as diferenças entre as perspectivas conservadora e emancipatória da Educação Ambiental e a ideia do turismo como recurso pedagógico, tendo como contexto as Unidades de Conservação no Brasil, que guardam dois ambientes em conflito: a preservação dos recursos naturais e a tensão resultante da expressão socioespacial de uma sociedade estratificada.

O terceiro artigo, de autoria de Euler Sandeville Júnior e Flávia Tiemi Sugimoto nos coloca a questão: o Ecoturismo, como se constitui, não estará contribuindo para uma ideia fantasiosa de consciência ambiental? Mais uma vez dialogando com diversos autores que debatem a Educação Ambiental e sua relação com o Ecoturismo, somos convidados e refletir sobre possíveis respostas a esta provocação.

Concluindo o bloco deste eixo temático, o quarto artigo, de Fernando Protti Bueno, apresenta as possibilidades do Aprendizado Sequencial como estratégia para a Educação Ambiental a ser utilizada nos Programas de Uso Público das Unidades de Conservação.

---

---

Os quatro artigos finais constituem-se em estudos de caso. Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira inicia este bloco apresentando ações para o desenvolvimento humano das comunidades rurais e guias regionais do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil, através do envolvimento comunitários no planejamento do uso público desta importante Unidade de Conservação brasileira. Esta mesma perspectiva (participação social) é analisada por Almerinda Antonia Barbosa Fadini, Evandro da Silva Fermino, João Luiz de Moraes Hoefel, e Cristiane Ferráz e Silva Suarez, desta vez no contexto do município de Vargem (SP), que está inserido na Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira e que busca consolidar a atividade turística como uma fonte de renda mais sustentável.

Finalizando a seção de artigos, Delfina Maria Soares traça o perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia, em Valença (RJ), com vistas a contribuir para a elaboração do seu Plano de Manejo; e Mário Vinícius Cinelli Zanetti e Ubirajara Corrêa Nascimento fazem um estudo cujo objetivo foi catalogar as matérias-primas oriundas da flora local da Mata Atlântica na Rota Turística do Verde e das Águas (ES), composto pelos municípios de Vitória, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra.

Durante o VII CONECOTUR houve lançamentos de livros e é intenção deste periódico apresentar os mesmos àqueles que não puderam estar presentes ao evento. Por este motivo, Alcyane Marinho foi convidada a escrever uma resenha da obra “A busca pela natureza: turismo e aventura”, de autoria de Heloisa Turini Bruhns. Segundo nossa resenhista, o livro inova numa perspectiva original e traz temas contemporâneos instigantes relacionados à busca pela natureza, oferecendo uma leitura que transita entre várias áreas do conhecimento como sociologia, biologia, geografia, educação física, Educação Ambiental, dentre outras, apontando um caráter interdisciplinar e, portanto, mostrando possibilidades diversas de interpretação.

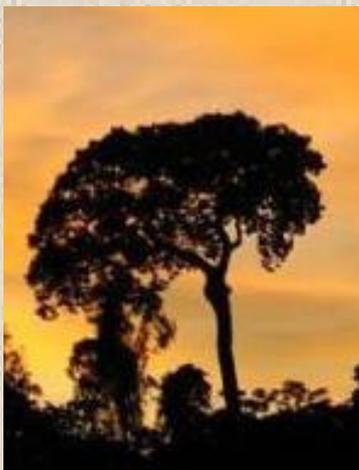
Como de praxe, para encerrar, resta-nos anunciar a chegada de mais 10 (dez) novos membros ao nosso Comitê de Avaliadores, sendo que alguns já colaboram com a avaliação e aprovação dos manuscritos submetidos ao CONECOTUR. São eles os renomados pesquisadores Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró, da Universidade Federal de Santa Maria; Prof. Dr. Ferdinando Filetto, da Universidade Federal de Lavras; a Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini; da Universidade São Francisco; Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel, da Universidade São Francisco e do NEPAM-UNICAMP; Prof. Dr. Bruno Pereira Bedim, da Universidade Federal de Minas Gerais;

---

---

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima, que atuou na University of Waikato, UOW, Nova Zelândia; Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira, da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno, da Universidade Federal do Tocantins; Profa. Dra. Denise de Castro Pereira da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; e Prof. Dra. Alcyane Marinho, da UNESP de Rio Claro-SP. A presença de mais esses ilustres professores é motivo de muita alegria para a Equipe de Editores, pois temos a certeza que com a colaboração deles e de todos os demais, nossa Revista vem, a cada edição, aprimorando sua qualidade. Sejam bem-vindos os novos avaliadores e boa leitura a todos!

Zysman Neiman  
Editor Chefe



**O que me impressiona, à vista de um macaco, não é que ele tenha sido nosso passado: é este pressentimento de que ele venha a ser nosso futuro.**

**Mário Quintana**

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país.

A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a espécie homenageada é a Castanheira (*Bertholletia excelsa*), árvore de grande porte nativa da Amazônia. A castanha-do-Brasil é muito importante para a economia da região, pois é utilizada para a alimentação tornando-se o principal produto do extrativismo e fonte de renda para comunidades tradicionais. Infelizmente sua produção vem caindo por causa do desmatamento.



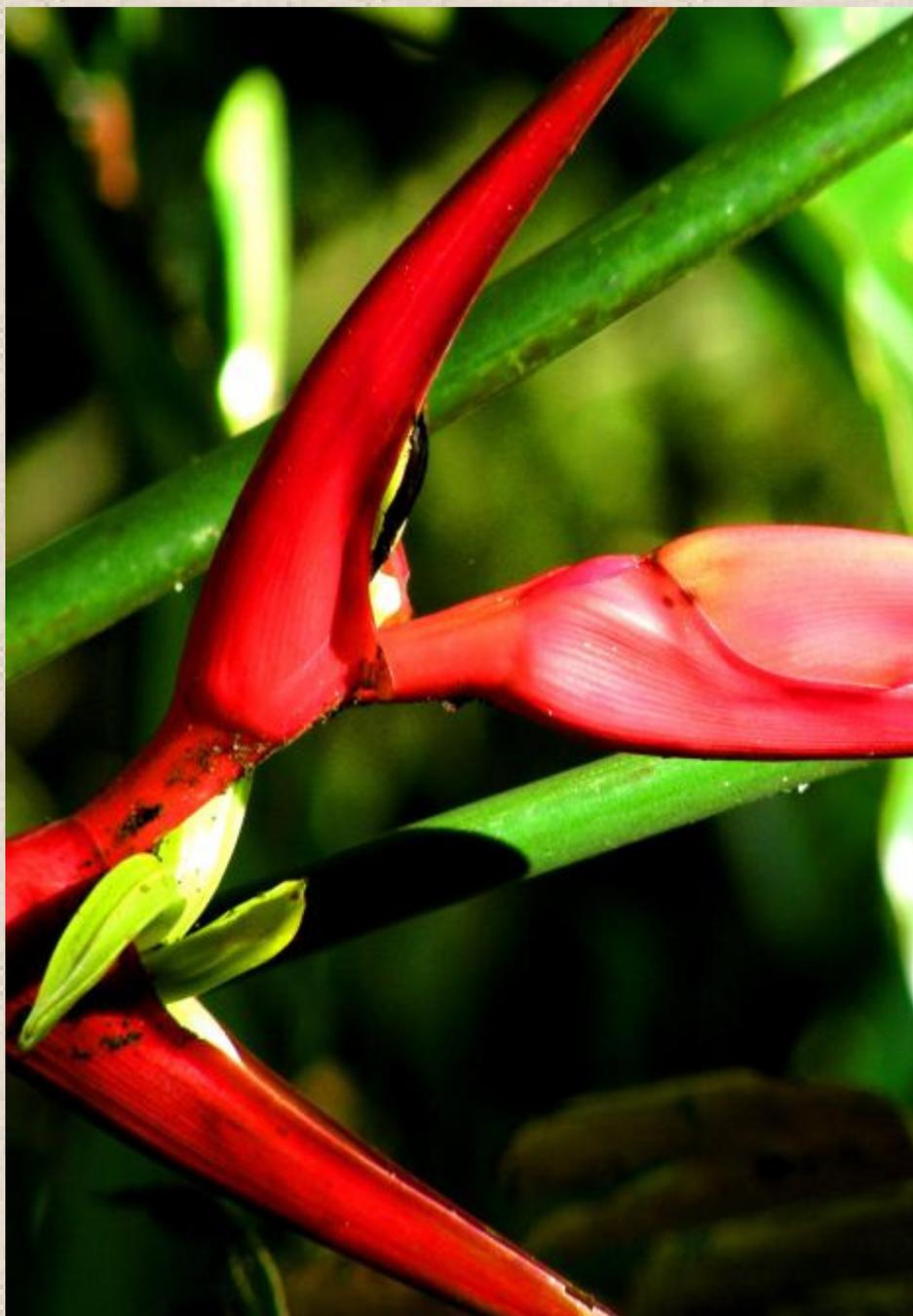
**SEÇÃO**  
**ARTIGOS**

---

## **Ninguém me habita**

Ninguém me habita. A não ser  
o milagre da matéria  
que me faz capaz de amor,  
e o mistério da memória  
que urde o tempo em meus neurônios,  
para que eu, vivendo agora,  
possa me rever no outrora.  
Ninguém me habita. Sozinho  
resvalo pelos declives  
onde me esperam, me chamam  
(meu ser me diz se as atendo)  
feiúras que me fascinam,  
belezas que me endoidecem.

**Thiago de Mello**





## O Ecoturismo como experiência e prática de liberdade

*Denise Lima Rabelo*

### RESUMO

De acordo com Larrosa, experiência é o que nos passa, nos acontece, nos toca! E é ele quem nos diz também que ter experiências é cada vez mais raro: o sujeito da sociedade pós-moderna convive com o excesso de trabalho e com o excesso de informação e, assim, não dispõe de tempo para o silêncio. A falta de silêncio e de memória, de acordo com Larrosa, são inimigas mortais da experiência. A vida nas cidades está se convertendo em um estado de natureza caracterizado pela regra do terror e pelo medo onipresente que a acompanha, de acordo com Baumann. E Pereira nos fala da nossa vida em condomínios, da mesmice e impessoalidade dos nossos produtos, da dificuldade de dotar um objeto de alguma característica pessoal. Fala de nós como seres confinados em espécies de prisões domiciliares... De acordo com Foucault, para cada limite que criarmos em nossa convivência social, uma possibilidade de transgressão também se desenvolverá e só uma formação como prática de liberdade pode promover uma ética e estética da existência que faz considerar a própria vida como uma obra de arte, e em que o cuidado de si e com o outro seja resultado de um modo de ver a ética. Acreditamos que o ecoturismo é um espaço/tempo de formação e pode ser experiência que contribui para tal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoturismo; Experiência; Liberdade.

### *The Ecotourism as a Experience and Practice or Freedom*

### ABSTRACT

According to Larrosa, experience is what we go through, what happens to us, what touches us! He also tells us that having experiences is becoming rarer: post-modern society lives overloaded with work and information, and thus has no time for silence. The lack of silence and memory, according to Larrosa, are mortal enemies of experience. Life in cities has become characterized by the rule of terror and the omnipresent fear that accompanies it, according to Baumann. Pereira tells us about our lives in condominiums, the sameness and the impersonality of our products, and the difficulty of providing an object with some personal characteristic. He speaks of us humans, as a species confined to home arrest... According to Foucault, for every limit that we create in our social life, a possibility of transgression emerges, and only the experience of freedom can promote an existence with ethics and aesthetics that considers life as a work of art, having care *per se* and care for others a path to what ethics is. We believe that ecotourism is a space and time learning field that allows experiences to contribute to this understanding.

**KEYWORDS:** Ecotourism, Experience, Freedom.

## Introdução

De acordo com Larrosa, experiência é o que nos passa, nos acontece, nos toca! E é ele quem nos diz também que ter experiências é cada vez mais raro: o sujeito da sociedade pós-moderna convive com o excesso de trabalho e com o excesso de informação e, assim, não dispõe de tempo para o silêncio. A falta de silêncio e de memória, de acordo com Larrosa (2004), são inimigas mortais da experiência.

Experiência é também aprendizagem. Viver experiências é ampliar as possibilidades de Educação. Mas quase sempre associamos a Educação somente à aquisição de conhecimentos científicos e aos espaços formais onde ele é transmitido. Quer seja em escolas, quer seja em nossas universidades, para garantir a obtenção desses conhecimentos, elabora-se o currículo, e este define, dentre outros elementos, quais os conteúdos a serem adquiridos, como se dará a avaliação, que competências e habilidades se espera que os alunos desenvolvam ao obter tal conhecimento, etc. Ou seja, há planejamento, mesmo que se assegure tempos e espaços para manifestação do imprevisto, dos acontecimentos – que também educam.

Porém o saber a ser adquirido na escola ou universidade está cada vez mais relacionado ao mercado de trabalho. Assim, os currículos estão cada vez mais comprometidos com o desenvolvimento de competências e habilidades para o bem estar individual (o indivíduo passa a ter mais chances de ingressar e ser bem sucedido no mercado de trabalho) e não social; e para o mercado, ao invés de para a vida - em especial, para a vida em comunidade.

Se o conhecimento científico é privilegiado em nossos espaços formais de Educação, temos de nos perguntar, conforme Santos: até que ponto o avanço no conhecimento técnico-científico tem contribuído para o enriquecimento ou empobrecimento prático de nossas vidas? Podemos pensar, também como Santos, que existem diferentes racionalidades que permitem o aprender: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito, e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica (apud OLIVEIRA, 2008).

No que concerne à nossa vida em comunidade, é possível acumular conhecimentos formais sobre o que é o bem viver, mas, de acordo com Foucault (apud Nascimento, s/d), este bem viver em comunidade só pode ocorrer genuinamente se for resultado de uma prática de liberdade. Essa prática de liberdade é que pode fazer o indivíduo optar por uma ética e estética da existência que faz considerar a própria vida como uma obra de arte e em que o cuidado de si e com o outro é resultado de um modo de ver a ética.

Acreditamos que o ecoturismo é um espaço/tempo de formação que pode contribuir para a vivência de experiências que serão traduzidas pela racionalidade estético-expressiva e moral-prática, proporcionando um novo nascimento, como nos aponta Novelli:

A educação proporciona o segundo nascimento do indivíduo porque o torna autônomo, senhor de si no convívio de seu povo. A autonomia é uma conquista do indivíduo porque este precisa aderir à proposta de seu povo e renunciar suas particularidades e exclusivismos. Isso não se dá no âmbito da natureza reduzida ao em si de si mesmo, ou seja, enclausurada numa existência determinada. Portanto, a educação diz respeito à existência de indivíduos e de como estes vêm a ser individualidade coletivizada e coletividade individualizada (NOVELLI, 2001, p. 72-73).

## Objetivos

O objetivo deste ensaio é discutir sobre uma possibilidade de educação que não se dá na escola ou em qualquer outro ambiente formal: o ecoturismo. Não se trata, assim, de falar de educação como aquisição de habilidades e competências, de educação para formar pessoas para o mercado de trabalho, mas, sim, de viver experiência. O que se busca discutir aqui é uma possibilidade livre de formação para a obtenção de uma vida plena de significado, de sentido, para uma relação ética consigo mesmo e com o outro, para romper com a disjunção provocada pela separação entre natureza e cultura, que vemos tão arraigada em nossas mentes e corações.

## Metodologia

Neste ensaio, buscamos o diálogo com autores que avaliam as condições de nossa existência nesta época, que, não sem conflitos, se convencionou chamar de pós-moderna, e também com autores que pensam a educação, a ética e o ecoturismo. Buscamos apresentar uma alternativa de formação que subverte a lógica do consumismo, do imediatismo, da superficialidade, e que pode nos transformar!

## Discussão

Espaço, para Michel de Certeau (*apud* JOSGRILBERG, 2005) é lugar praticado. Tomemos como exemplo a nossa casa: ela pode ter sido projetada por um arquiteto ou engenheiro para ter uma sala e três quartos (espaço), mas nós moradores, ao fazemos uso desse espaço, podemos transformar um desses quartos num escritório ou sala de TV. Ao alterar a proposta feita por alguém que ocupa um lugar de saber e de poder (o arquiteto ou o engenheiro) nós, pessoas comuns (não-arquitetos, não-engenheiros), praticamos nosso espaço, inventamos a nossa vida, criamos, fazemos arte - que Certeau chamou de arte do fraco - ou seja, o homem comum dá vida ao espaço, constituindo-o em lugar praticado. Nós fazemos isso em nosso cotidiano, aqui entendido não como mera repetição, mas sim conforme Certeau – espaço e tempo do que é vivido.

A obra de arte a seguir, de autoria de José Pereira, chama-se Cotidiano em Santo Antônio (Figura 1):



**Figura 1:** “Cotidiano em Santo Antônio”, obra de José Pereira<sup>1</sup>.

Nesta obra, é possível ver pessoas comuns praticando seu espaço, dando-lhe vida, inventando seu cotidiano.

Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um (DURAN, 2007, p. 117).

Acontece que a vida nas nossas grandes cidades não é mais assim como em Santo Antônio: ela está se convertendo em um estado de natureza caracterizado pela regra do terror e pelo medo onipresente que a acompanha, de acordo com Bauman (2009). O medo é uma constante na nossa época: medo do assalto, do trânsito, do contágio. ..., - o medo do outro.

Nas nossas grandes cidades proliferam os não-lugares. Por meio dessa negação queremos falar dos espaços onde estamos de passagem, onde somos anônimos e onde não criamos possibilidades de praticar a vida, as relações, a natureza: são os nossos transportes, é a estação do metrô, o aeroporto, os supermercados, as rodovias. De acordo com Augè<sup>2</sup>, nestes lugares há quase sempre um texto a ser lido, que

nos diz onde estamos, qual o caminho a seguir, em que direção está o produto de que necessitamos. Em algumas ocasiões passamos tão rápido que nem estes textos conseguimos ler (AUGÈ, 1994)!

Augè (1994) nos fala também que são duas as formas de criação de não-lugares. Uma delas está relacionada ao nosso estado de transitoriedade e a outra à nossa relação com o lugar:

Vê-se bem que por “não-lugar” designamos duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bem ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não-lugares medeiam todo o conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos<sup>3</sup> criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária (AUGE, 1994, p. 87).

Essa parece ser uma palavra bem representativa da nossa época, conforme alertado por Augè, Bauman, Pereira: a solidão. O desejo de estar protegido parece conduzir irremediavelmente à necessidade de estar afastado do Outro, visto sempre como um perigo a evitar.

E Pereira (2003) nos fala da nossa vida em condomínios, da mesmice e impessoalidade dos nossos produtos, da dificuldade de dotar um objeto de alguma característica pessoal. Fala de nós como seres confinados em espécies de prisões domiciliares... E nos diz ainda:

[...] Nosso jeito de ser imita a cidade. E a cidade imita nosso jeito. [...] Concebemos a cidade em setores específicos: o bar dos mauricinhos, o clube dos negros, a boate dos veados. O bairro dos ricos, a vila dos bandidos, a rua das prostitutas. A região do comércio, a zona dos bancos, enfim. Quadriculamos, classificamos, hierarquizamos a cidade e seus lugares. Ordenamos os fluxos, o trânsito. Produzimos crachás invisíveis, uniformes, fabricamos senhas, gestos, comportamentos (PEREIRA, 2003, p. 29).

Desta forma, é nos não-lugares dos shoppings centers e semelhantes que está aparentemente a saída para aliviar a dor de estar com medo, inseguro e só: consumir. Mas já existe nome para a doença do consumismo: é a oneomania. O consumismo, em muitas situações, causa o endividamento, com todas as conseqüências mate-

riais e emocionais que isso envolve. O excesso de consumo também pressiona desnecessariamente os recursos naturais utilizados na fabricação de novos produtos, para atender a essa necessidade constante de aquisição de algo que dê sentido à vida, além de gerar cada vez mais resíduos. São companheiras do consumismo, portanto, a destruição ambiental, o aumento da produção de resíduos, a frustração, a depressão e o sentimento de vazio.

Convém destacar que tanto o turismo convencional quanto o ecoturismo podem se configurar como atividades empresariais que estimulam o consumismo e transformam lugares em não-lugares, o que não permite viver qualquer experiência. Em ambos os casos, turismo e ecoturismo, a frustração poderá ser a mesma que se verifica ao comprar qualquer outro bem material que só oferece a possibilidade de prazer no momento de sua aquisição. No segundo caso, do ecoturismo, há inclusive uma incoerência total com a sua própria finalidade de turismo alternativo. Tendo em vista a multiplicidade de conceitos para ecoturismo, optamos por adotar o conceito a seguir, que entende o Ecoturismo como:

“... um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.” (BRASIL, 1994)

O turismo, seja ele convencional ou alternativo, é muitas vezes divulgado como uma atividade que promove o desenvolvimento sustentável. De acordo com a WWF – Brasil:

[...] é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental (WWF, s/d).

Na prática, o conceito surge de um impasse: países mais desenvolvidos exigiam dos menos desenvolvidos a proteção de patrimônios ambientais, como a Amazônia, por exemplo; países do chamado terceiro mundo questionavam as nações industrializadas quanto ao bem estar que já haviam proporcionado às suas sociedades, bem estar que seria almejado por todos e a que todos teriam direito. Ou seja, os países em desenvolvimento exigiam o direito de destruir, como fizeram os países desenvolvidos no passado. Aparentemente, a expressão desenvolvimento sustentável aten-

de a todos os interesses, porque em nome do desenvolvimento é possível pressionar o ambiente acima de sua capacidade; e em nome do ambiente, é possível refrear certas formas de desenvolvimento.

A expressão em si não pode ser considerada um equívoco, o que é ambíguo é a multiplicidade de significados a que está sujeita, dependendo do ponto de vista do sujeito falante. Por isso, é sempre interessante verificar qual o sentido presente na fala do nosso interlocutor, quando se refere a desenvolvimento sustentável.

Para muitos especialistas, uma forma de evitar a ambiguidade do termo é falar de sustentabilidade. Sustentável é aquilo que permanece, o que tem continuidade. Embora o termo esteja sendo apropriado por diversas áreas, até para falar em “negócios sustentáveis”, ele nos induz a pensar prioritariamente na sustentabilidade do ambiente, independente do interesse que possamos ter. Assim, fica mais claro que o nosso desejo, seja de produção, seja de consumo, esbarra numa limitação: a da sustentabilidade.

Turismo sustentável, portanto, é o turismo que considera a existência de limitações. Desta forma, ele é Educação, tanto *a priori* quanto durante a sua realização. Vender o turismo sustentável como mais um artefato de prazer e de consumo, sem considerar a relação que o turista mantém com o lugar, é criação de não-lugares, e compromete a sustentabilidade.

No que diz respeito a patrimônio, e em especial a patrimônio natural, cabe uma reflexão a respeito do que é público e do que é privado. Público é o que pertence a todos, à sociedade, e não o que pertence ao governo ou a alguém. A privatização do espaço público atualmente é uma realidade: rodovias, por exemplo, são administradas pela iniciativa privada, que cobra pedágio para tornar a atividade interessante e rentável. E assim restringimos o uso por parte do público, em alguns casos podendo chegar ao impedimento.

A privatização do espaço público é um fenômeno que se expande no modo capitalista neoliberal de ver o mundo. Por essa ótica, o Estado deve ser mínimo, já que é tradicionalmente incapaz de uma boa gestão. O mercado, porém, possuiria *naturalmente* os mecanismos que garantem a eficiência e eficácia dos processos, mecanismos esses profundamente enraizados nas idéias de competitividade e de lucratividade – e não de cooperação ou de bem estar.

Comprometido com a lógica neoliberal, o que se pode notar é uma visível dificuldade do poder público em desempenhar o seu papel de gestor: assumindo essa pseudoineficiência, notamos sua ausência no cuidado com os bens e serviços públicos que não tem valor de mercado, como é o caso da educação, da saúde, das unidades de conservação.

O desleixo, resultado da visão míope de que o serviço público deve atuar de forma semelhante à iniciativa privada, leva à ausência de investimentos, às dificuldades de se manter equipes de trabalho, seja pelos baixos salários ou pelas próprias

condições de realização deste, enfim, a uma estrutura mínima de funcionamento e manutenção de serviços públicos, que funcionam de modo precário.

Observando a imagem a seguir (Figura 2), podemos pensar na dimensão da sustentabilidade associada à idéia de patrimônio natural. Podemos pensar no valor que a sustentabilidade tem, sob uma ótica não reducionista ou produtivista, como é a lógica neoliberal. Podemos pensar também na experiência que o lugar pode proporcionar:



Figura 2: Imagem da Cachoeira “Véu de Noiva”, Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, no estado do Mato Grosso, Brasil<sup>4</sup>.

A brancura, a leveza e o comprimento da esteira de água levam naturalmente ao nome da cachoeira (Véu de Noiva), o que já pode ser visto como parte da própria história do lugar. Quem será que chamou assim pela primeira vez a cachoeira? Que pessoa, que povo? Que usos esses povos fizeram e fazem desse lugar? Como se chegava ou se chega até ele? Havia ou há alguma atividade religiosa neste local? Em caso positivo, por quê? Existem lendas relacionadas ao lugar? Que povos indígenas viveram ou vivem aqui? A água era reverenciada pelos povos antigos deste lugar? De que forma o turismo impacta a vida das pessoas desse lugar – negativa e positivamente?

O visitante também se depara com a grandiosidade de uma construção da qual o homem não participou, obra que levou alguns milhares de anos para ser cons-

truída e que o ser humano pode destruir em muito pouco tempo. Que sente alguém quando se depara com essa grandiosidade? O que pode mais pensar e sentir? Nenhum currículo formal poderá prever, mas certo é que essa experiência pode ser transformadora!

## Conclusão

Mendonça e Neiman (2002) nos falam da necessidade do ser humano de estar em contato com a natureza, fonte da vida, e também lembram que apesar dessa necessidade, as áreas naturais vem sendo progressivamente eliminadas durante toda a nossa história. Os autores nos falam também que:

Os contos de fadas testemunham a importância psicológica das florestas para os seres humanos. Simbolizando o inconsciente, elas significam o lugar sombrio, perigoso, que transmite medo. A representação dos desafios, do enfrentamento do bem e do mal se dá, com uma enorme frequência, em todos os povos do mundo, na floresta. Ela contém, portanto, todos os obstáculos que os humanos devem enfrentar e superar para tornarem-se reis e rainhas, autores de sua própria história pessoal (MENDONÇA; NEIMAN, p. 160).

A poética dos autores pode ser interpretada por mentes estritamente racionais e excessivamente intelectualizadas como irrelevante diante das dificuldades práticas que vivemos nos nossos cotidianos. Mas o que é a nossa vida senão o que sentimos, imaginamos e percebemos que seja a vida? Manuais tecno-científicos podem nos trazer informações úteis e práticas para utilização em nossa vida cotidiana. Porém, desconsiderar a simbologia presente no imaginário humano é considerar a cada um como um autômato, um robô.

As grandes perguntas humanas ainda são de onde viemos, e para onde vamos. E é só na grandeza dessas perguntas que o ser humano pode se sentir humano, individualidade coletivizada e coletividade individualizada. Estamos todos numa mesma aventura, a aventura de viver sem saber ao certo porque vivemos e o que acontece depois que se vai a vida. Há algo de eterno nas nossas perguntas sobre a vida e a morte.

Hoje, nas grandes cidades, vivemos afastados dos elementos naturais. Em vez de terra, asfalto. A água chega pela tubulação; não vemos o rio ou, quando o vemos, ele já não corresponde mais ao símbolo de purificação das sociedades antigas. O nosso modo de vida desencantado e triste promoveu um afastamento das possibilidades de descobertas, de fascínios que estão de alguma forma ocultos no inconsciente coletivo (MENDONÇA; NEIMAN, 2002, p. 161). Desta forma, como escape para u-

ma situação em que aparentemente nada se pode fazer, vem a indiferença.

O ecoturismo pode transformar esse tradicional comportamento indiferente, pois ele pode ampliar a experiência. É uma oportunidade de fugir dos esquemas mentais que privilegiam a racionalidade cognitiva, podendo transformar o tradicional comportamento indiferente dos humanos.

Ao perceber mais, amplia-se a experiência. O tempo mais lento de contemplação ajuda a percepção dos ritmos e da essência das coisas, o que é raro de se poder fazer em ambientes humanizados. Usam-se muito poucos atributos como a capacidade de percepção sensorial, a consciência, a intuição, a elaboração dos sentimentos – coisas tão importantes para a vida cotidiana das pessoas, que vão determinar a relação que elas terão com os outros, com o meio natural e com o próprio mundo (MENDONÇA; NEIMAN, 2002, p. 161).

Ressalte-se nessa fala dos autores a questão do “tempo mais longo”. Como dissemos no início deste ensaio, a falta de tempo da nossa época é inimiga mortal da experiência!

Ser individualidade coletivizada significa saber que se é um indivíduo único, uma obra de arte, obra de arte de si mesmo, o que não tem a ver com o individualismo; significa também saber que é nas relações que a obra de arte se faz; portanto, para os autores aqui mencionados, a experiência de estar na natureza pode ser um grande laboratório para a reformulação da questão da individualidade/individualismo, e para a nossa rehumanização (MENDONÇA; NEIMAN, 2002, p. 163).

O ecoturismo é uma possibilidade de Educação como prática de liberdade. Diferentemente dos espaços formais, onde o currículo é “veículo que contém a filosofia, a ideologia, a intencionalidade educacional”, e “onde a manipulação da informação é facilmente exercitada” (BERTICELLI, 2005, p. 116), o Ecoturismo é livre; não há um resultado obrigatório e único a se obter. Na medida em que provoca experiências, o Ecoturismo pode ser Educação quando promove a ética do cuidado de si e do cuidado do Outro, quando muda a relação que temos com os outros, com o meio natural e com o mundo. Ou seja, quando nos toca, nos atravessa, nos transforma!

## Referências Bibliográficas

AUGÈ, M. **Não-lugares: introdução à uma antropologia da supermodernidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1994. (Coleção Travessia do Século)

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

BERTICELLI, I.A. Currículo: tendências e filosofia. *In*: COSTA, M.V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: MICT/MMA, 1994.

DURAN, M.C.G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115128, set./dez. 2007.

JOSGRILBERG, F.B. **Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005. Coleção Ensaio Transversais.

LARROSA, J. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, W.F. **Nos rastros de Foucault: ética e subjetivação**. Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art02.html> Acesso em 01/05/2009.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. *In*: NEIMAN, Z. (org). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri, SP: Manole, 2002.

NOVELLI, P.G. O conceito de educação em Hegel. **Interface - Comunic, Saúde, Educ.**, v.5, n.9, p.65-88, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/05.pdf>. Acesso em 26/07/2009.

OLIVEIRA, I.B. **Boaventura & a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Coleção Pensadores e Educação.

PEREIRA, M.V. O desafio da tolerância na cidade contemporânea. *In*: PORTO, T. M. E. (Org.) **Redes em construção: meios de comunicação e práticas educativas**. Araraquara: JM Editora, 2003. p. 19-32

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Ed SENAC São Paulo, 2002.

NOTAS:

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.chapadadosguimaraes.com.br/pellegrim/josepereir.htm> , acesso em 10/09/2009.

<sup>2</sup> Existem distinções entre Certeau e Augè quanto ao significado dos termos lugar e espaço. Para Augè, lugar antropológico é lugar de sentido.

<sup>3</sup> [http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes\\_ambientais/desenvolvimento\\_sustentavel/](http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/) .

<sup>4</sup> Disponível em [www.chapadadosguimaraes.com.br](http://www.chapadadosguimaraes.com.br), acesso em 22/09/2009.

**Denise Lima Rabelo:** Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos– ES (IEMA), Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

Email: [drabelo@iema.es.gov.br](mailto:drabelo@iema.es.gov.br)

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5064280154233568>

Data de submissão: 25 de setembro 2009.

Data do aceite: 23 de dezembro de 2009.



## **Proposições Conservadora e Crítica em Educação Ambiental: discussão das duas possibilidades em um mesmo espaço**

*Rodrigo Machado*

### **RESUMO**

A proposta deste trabalho é apresentar as Unidades de Conservação em regiões metropolitanas como relacionadas a ambientes diversos em um mesmo espaço: o núcleo protegido e seu entorno. Ainda, oferecer possibilidades para a abordagem de duas proposições antagônicas em Educação Ambiental, uma identificada como crítica, popular e transformadora; outra afeta a ações comportamentalistas com apelo a mudanças individuais. A discussão promovida no texto se pauta por apresentar o debate acerca do modelo de unidades de conservação no Brasil, as diferenças entre as perspectivas conservadora e emancipatória da Educação Ambiental e a ideia do turismo como recurso pedagógico, tendo como contexto o referido espaço que guarda dois ambientes em conflito: a preservação dos recursos naturais e a tensão resultante da expressão socioespacial de uma sociedade estratificada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Unidade de Conservação, Turismo Pedagógico, Educação Ambiental

***Propositions and Conservative Criticism in Environmental Education:  
discussion of the two possibilities in the same space***

### **ABSTRACT**

The purpose of this paper is to present the Protected Areas in metropolitan regions as related to different environments in the same space: the protected core and its surroundings. Also, it offers possibilities for dealing with two opposing propositions in Environmental Education; one identified as a critical, popular and transformative view, and the other seen as affecting the behavioral actions with an appeal to individual changes. The discussions held in the text is guided by the present debate about the model of protected areas in Brazil, the differences between the conservative and emancipatory perspectives of Environmental Education and the idea of tourism as a teaching resource, having as context the space that holds two environments in conflict: the preservation of natural resources and the tension resulting from the socio-spatial expression of a stratified society.

**KEYWORDS:** Protected Areas, Tourism Educational, Environmental Education

## **Introdução**

Por se tratar de um texto que tem por objetivo discutir as possibilidades de se trabalhar a Educação Ambiental em unidades de conservação (UC) observando seus “entornos” imediatos, o caminho percorrido para sua elaboração considera a revisão de literatura e reflexão sobre as possibilidades identificadas no tema do trabalho. Iniciamos o percurso apresentando a ideia de unidades de conservação. Na sequência o texto aborda as possibilidades de se trabalhar a Educação Ambiental, esclarecendo a opção por uma das correntes que questiona o senso comum sobre a Educação Ambiental (EA).

Em seguida há a exposição sintética das alternativas que o turismo cria, desde que apoiado em conceitos identificados mais com o fenômeno social (do ponto de vista de inerente à necessidade humana e social de conhecer, de visitar e de receber) do que com a atividade econômica (que mercantiliza e hegemoniza aspectos do fenômeno, reduzindo-o).

## **A ideia de Unidades de Conservação (UC)**

Nos últimos dois séculos, o mundo presenciou a aceleração das modificações e da destruição impostas aos ambientes naturais. Como forma de minimizar essa perda de biodiversidade, tem-se recorrido ao estabelecimento de Unidades de Conservação. O estabelecimento dessas áreas reservadas tem sido uma prática política adotada mundialmente. (BRITO, 2000, p.15)

Mesmo antes da criação das UC tal como hoje são conhecidas as áreas protegidas no Brasil, o interesse pela preservação da natureza, com ou sem alguma ação antrópica (humana), já era percebido (COSTA, 2002).

Segundo Wallauer (2003) a preocupação de “guardar” áreas naturais em benefício de atividades humanas, claramente sob uma visão construída socialmente da importância da natureza, inicia-se na Índia por volta do ano 252 a.C. onde havia áreas consideradas sagradas e, portanto, preservadas da ocupação humana, em um exemplo mais próximo de uma ligação espiritual entre “Homem e Natureza”.

Na Europa, na Idade Média, havia espaços naturais preservados, então chamados “reservas de caça”, e também áreas destinadas exclusivamente à extração e utilização da madeira como lenha, já pressupondo uma relação mais utilitária entre sociedade e natureza.

Séculos adiante, no mesmo continente, com o advento da Revolução Industrial (século XIX), surgem as áreas naturais como espaço de recreação para o homem moderno, bem como áreas naturais significativas para preservação em relação à própria

capacidade de destruição da opção de desenvolvimento que a sociedade moderna já fazia. Embora se refira ao Homem, dando a ideia de espécie<sup>1</sup>, Toynbee (1987, *apud* WALLAUER, 2003) oferece a dimensão do impacto cultural e ambiental da Revolução Industrial:

[...] a Revolução Industrial é um acontecimento de magnitude biosférica [...] inverteu a relação do Homem e a biosfera. Ao fazer a Revolução Industrial, o Homem expôs a biosfera, inclusive ele próprio, a uma ameaça sem precedentes (TOYNBEE, 1987, *apud* WALLAUER, 2003, p.15).

A história dos parques, como áreas insulares de natureza preservada, remonta à segunda metade século XIX, quando em 1872 foi criada a primeira unidade de conservação do mundo, o “*Yellowstone National Park*”, ou Parque Nacional Yellowstone, nos Estados Unidos da América (DIEGUES, 1996), dando origem àquilo que o autor denomina “modelo Yellowstone” de unidade de conservação.

As UC surgem claramente em função da expansão do modo de produção capitalista, então no auge da industrialização e urbanização como expressões do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento, ampliando as fronteiras do espaço urbano/industrial que avançava deliberadamente sobre as antes naturais áreas (DIEGUES, 1996).

A criação do Parque Nacional de Yellowstone exemplifica o reconhecimento do poder de destruição do modo de produção capitalista. Tal unidade de conservação, segundo Costa (2002), foi fruto da união entre o então presidente dos EUA, Abraham Lincoln, e os movimentos de proteção à natureza. Reconhecia-se que a expansão industrial era nociva ao ambiente natural, e apresentava-se a criação de “ilhas de conservação”, como alternativa preservacionista à natureza, ou seja, a sociedade capitalista reconhece que seu padrão de desenvolvimento literalmente consome recursos naturais e, no lugar de se repensar como sociedade, suas elites tomadoras de decisão optam pela criação de espaços naturais e protegê-los de si mesma.

A identificação de tais movimentos de proteção à natureza, na época de criação do modelo de preservação proposto pelas unidades de conservação, ocorria mais em função das belezas cênicas das áreas então protegidas, do que por suas qualidades intrínsecas, isto é, suas funções fundamentais à vida na Terra.

Preservava-se com o objetivo de garantir espaços insulares, ou ilhas de conservação. Também para apreciação das belezas que o meio natural, já mitificado, era capaz de proporcionar à sociedade moderna/industrial, submetida a uma lógica de produção predatória e de dominação da natureza e do próprio ser humano (reforçada pelo pensamento científico), lazer e recreação necessários para “recarregar” as energias para mais jornadas de trabalho e produção (DIEGUES, 1996), reproduzindo e ampliando o capital como padrão de relações sociais.

Este modelo de UC estendeu-se ao resto do mundo. Países como Austrália (1879), Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), África do Sul (dominada por colonizadores ingleses, em 1898), México (1889), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934) Venezuela e Brasil (1937), entre outros, decidem adotar o mesmo modo de preservação de áreas naturais, independentemente do modelo de desenvolvimento existente nesses países, muito menos o grau de desenvolvimento de tal modelo.

No Brasil, de acordo com Costa (2002), a preocupação com áreas naturais preservadas surge com a proposta do engenheiro e político André Rebouças de criar os Parques Nacionais de Sete Quedas (PR) e da Ilha do Bananal (no Araguaia, atual Estado de Tocantins) em 1876, já inspirado pelos parques norte-americanos. Para a autora, os hortos e jardins botânicos, à época do Brasil-Colônia, já se configuravam como UC no País. Em 1934, com a criação do Código Florestal Brasileiro, fica a cargo da União e dos Estados “[...] a proteção das belezas naturais [...]” (WALLAUER, 2003).

A primeira unidade de conservação no Brasil é criada em 1937, no Estado do Rio de Janeiro, na área denominada Parque Nacional de Itatiaia, talvez como parte integrante da industrialização do País, no governo de Getúlio Vargas.

Assim como em outros países, nas áreas escolhidas para a criação dos parques não se levou em consideração a existência de populações tradicionais residentes há gerações e com um grau de ligação com o espaço não correspondente à mentalidade produtiva industrial e, portanto, não passível das desapropriações impostas pela proposta preservacionista do modelo de parques nacionais importado de países industrialmente mais avançados (DIEGUES, 1996).

É interessante observar que, segundo Wallauer (2003), as Unidades de Conservação no Brasil mesmo não considerando a necessidade imposta pelo grau de desenvolvimento do modo de produção no País, corresponde a uma lógica da expansão da fronteira de desenvolvimento, seja ele industrial ou agropecuário. Para a autora, a criação de UC deu-se, historicamente, do litoral para o interior do País, coincidindo com a ocupação humana promovida pela extensão da “franja” de desenvolvimento.

Na sequência do primeiro parque nacional brasileiro, surgem o Parque Nacional de Iguazu (PR), e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), em 1939 (COSTA, 2002). Reforçando o caráter de preservação de características cênicas das paisagens naturais, pressupondo uma visão antropocêntrica da natureza, a Constituição de 1937, em seu artigo 134 afirma que cabe à Nação, aos Estados e Municípios a proteção aos “*monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza [...]*” (COSTA, 2002, p.19).

Nos anos 1960, houve a separação das áreas de preservação entre aquelas passíveis de exploração e as estritamente protegidas de qualquer ação humana. Foram nomeadas, respectivamente, as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais; e também os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas (*Id. Ibid.*).

Aqui cabe buscar mencionar a diferença entre os termos *preservação* e *conservação*. De acordo com Diegues (1996), o termo preservação refere-se à não utilização da natureza como recurso, já conservação induz a algum tipo de utilização, racional e sustentável.

Segundo Diegues (1996), a diferenciação entre os dois termos surge entre naturalistas como duas facções, desde a criação da primeira unidade de conservação no Brasil. Sendo a primeira, como já dito, proteger a natureza do desenvolvimento industrial, e a segunda utilizar os bens e serviços da natureza de forma racional, considerando a sociedade e modelo de desenvolvimento em que a UC insere-se.

Avançando mais rapidamente na história das unidades de conservação no Brasil, no início da década de 1990, surge o Projeto de Lei n.º 2.892/92 – que regulamentava o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal. Este projeto redundou na Lei n.º 9.985, que fez surgir o denominado pelos legisladores como sendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Depois de quase dez anos tramitando no Congresso Nacional, em julho de 2000, foi finalmente regulamentado o SNUC, sendo a primeira normatização nacional das áreas naturais protegidas por lei (COSTA, 2002).

De acordo com o SNUC, em seu parágrafo 2º, a definição de Unidades de Conservação é:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (WALLAUER, 2003).

Embora não seja intenção deste trabalho ponderar sobre a regulamentação do SNUC, cabe aqui uma consideração sobre o trecho “[...] características naturais relevantes [...]”. Torna-se difícil saber quais os critérios utilizados para se afirmar a relevância de tais características naturais, seja para a geração presente, seja para as futuras, além de não se saber exatamente qual força move a afirmação, se é econômica, ambiental, social etc. Mesmo se desenvolvendo alternativas de criação de UC pautadas pelo diálogo, ainda se observam tendências preservacionistas mais identificadas com a ideia de que qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa.

De acordo com Diegues (1996), a criação das UC a partir da expansão do modo de produção capitalista proporcionou a ratificação de uma relação dicotômica entre sociedade e natureza. A primeira, vendo-se como dominadora da segunda, põe-se fora do seu ambiente de origem, sendo forçada pelo modelo de apropriação capitalista de recursos naturais e também humanos, a enxergar a natureza como fundamen-

talmente provedora de recursos a serem transformados em produtos e estes em riquezas; e como serviços naturais, a reprodução da fonte de recursos e a absorção de tudo o que é rejeitado pelo processo de desenvolvimento humano (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

## O entorno de Unidades de Conservação

De acordo com o SNUC, o entorno das UC caracteriza-se como sendo “zona de amortecimento”, ou seja, uma zona onde as atividades humanas devem ser controladas e “[...] sujeitas a restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade [...]” (BRASIL, 2000, p.02).

Tais zonas de amortecimento se localizam, portanto, em volta do núcleo de conservação (UC), não sendo necessariamente passíveis das mesmas restrições propostas pelo plano de manejo<sup>2</sup> da unidade.

Conforme o art. 46 da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000,

A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais. (BRASIL, 2000, p.17)

O mesmo artigo, em seu parágrafo único, afirma que o mesmo se aplica às zonas de amortecimento das UC, quando de proteção integral<sup>3</sup>, “bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas” (*Id. Ibid.*).

Ocorre que no mesmo espaço muitas é possível observar uma situação tensa entre uma proposta preservacionista que aposta na intangibilidade dos recursos naturais, cercando-os e protegendo-os da sociedade, e seu entorno ocupado por milhares de pessoas que, impossibilitadas por razões socioeconômicas de habitar centros urbanos, constroem fragilmente suas vidas em condições física, ambiental e legalmente inadequadas. Daí a menção a dois ambientes no mesmo espaço, ambos sendo expressões da mesma sociedade, resultantes do mesmo modo de produção. A própria Estratégia Nacional para Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), em seu documento preliminar (MMA, 2009), indica as UC como “cenários sociais”. Conforme o documento:

Políticas e projetos de comunicação e Educação Ambiental devem buscar uma compreensão das UCs que ultrapassem sua concepção como espaços de preservação de ecossistemas e de seus recursos naturais, mas considerá-las como espaços de relações socioambientais historicamente configurados e dinamicamente movidos pelas tensões e conflitos sociais, integrando-a ao desenvolvimento regional, fortalecendo as interações sociais e a participação cidadã de todos os segmentos envolvidos (MMA, 2009, p.09).

Se o contato com as UC proporcionado pelo turismo desconsiderar essa realidade tensa, perde-se a oportunidade de refletir sobre suas causas, bem como nosso papel na sociedade em que vivemos (e com a qual estabelecemos uma relação dialética e condicionarmos de sermos condicionados).

### **O turismo e a Educação Ambiental a partir de concepções filosóficas opostas**

Aqui convém tratar da ideia de educação a partir da identificação e busca por compreendê-la como condicionada por algumas tendências filosóficas ou grupos de teorias. Partimos do pressuposto segundo o qual as concepções de Educação Ambiental, são tributárias de tendências filosóficas da própria educação.

A educação é um típico 'que fazer' humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está deve possuir alguns valores norteadores de sua prática (LUCKESI, 1994, p.31, Grifo nosso).

Segundo o autor podemos observar uma tendência filosófica a dar sentido à educação direcionada a redimir a sociedade, crendo que a escola e a educação têm o papel de corrigir algumas falhas de conduta dos indivíduos em uma sociedade tida como previamente adequada, orgânica e em harmonia. Saviani (1986) apresenta concepção semelhante, expondo uma ideia de educação acrítica, também dedicada a integrar os membros de uma sociedade harmoniosa, emergindo como um instrumento de correção de distorções, entendendo a marginalidade como um desvio individual, a ser, portanto, corrigido pela e na educação. Severino (2006) a denomina educação de uma perspectiva fundamentalmente "ética".

Um segundo grupo de teorias, denominadas "crítico-reprodutivistas" segundo Saviani (1986, p.8-9), concebe a educação "(...) como inteiramente dependente da

*estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização*". Luckesi (1994) apresenta uma segunda tendência filosófica como compreendendo educação e a escola reproduzindo a sociedade, sendo uma abordagem crítica de ambas.

Um terceiro eixo de relacionamento entre filosofia e educação, segundo Luckesi (1994), se refere à educação como mediadora de um projeto social, posicionando a escola como um meio de transformar a sociedade. Além da identificação da educação como um dos meios de transformar a sociedade, a contribuição de Saviani (1991) é também propositiva, com a apresentação de sua "Pedagogia Histórico-crítica".

Ainda com relação à superação das duas tendências de conceber a educação como externas e naturalmente dadas ao indivíduo, Severino (2006) apresenta que o panorama atual encontra-se em transformação. De uma educação baseada em valores éticos e se voltando, na história, à razão e o ser humano como central no processo de compreensão e apropriação do mundo de maneira instrumental, a uma educação a investir em uma razão emancipatória. Ou seja, nas palavras do autor trata-se de *"uma nova forma de se compreender a educação: nem mais sob a prevalência de uma teleologia ética nem mais sob a perspectiva política. Tanto a ética como a política estão sendo questionadas como referências básicas da educação"* (SEVERINO, 2006, p.629). A partir da concepção de educação construída por Adorno, Severino (2006) apresenta que:

Trata-se de uma formação imanente do sujeito da história real da desalienação na história presente, alienada. É que na sociedade industrializada do capitalismo, a educação crítica do indivíduo, base de sua formação emancipatória, encontra-se travada, realizando-se apenas como adaptação, ou seja, como semiformação, travamento da experiência emancipadora (SEVERINO, 2006, pp. 632-633).

Finalizando a discussão em seu texto, o autor afirma que

(...) a ideia de formação cultural dá à educação uma finalidade intrínseca de cunho mais antropológico do que ético ou político, num sentido estrito. Até para transformar os indivíduos em pessoas éticas e políticas, a educação precisa efetivar-se como formação cultural. No entanto, em si mesma, a educação não tem como garantir, diretamente, que as pessoas se tornem éticas – ela é uma experiência eminentemente pessoal a revolução política é uma experiência exclusiva do sujeito coletivo em sua especificidade (SEVERINO, 2002, p.633).

Werlang (2005, p.18) ao dissertar sobre a obra de Adorno a respeito da dimensão emancipatória da educação, afirma que *"a noção de educação apresenta-se co-*

mo necessidade para barrar os processos semiculturais, por conseguinte, o desenvolvimento e reaparecimento de toda e qualquer expressão da barbárie". Contudo, mais adiante o autor desenvolve uma reflexão acerca das limitações impostas pela própria sociedade.

A educação, embora seja um processo marcado pela dupla tensionalidade entre o significado adaptativo de inserção na vida cultural e social e a dimensão de estranhamento desses mesmos processos quando o sujeito se distancia criticamente para sentir-se capaz de interferir significativamente na elaboração de sua existência e mundo, no contexto do capitalismo tardio, necessita de ênfase emancipatória, já que seu aspecto de adaptação geralmente permanece como absoluto (WERLANG, 2005, p.26).

Essa tendência filosófica crítica a condicionar a finalidade da educação tem por perspectiva "*compreender a educação como mediação de um projeto social*" (LUCKESI, 1994, p.48). Para Saviani (1986), trata-se de uma teoria crítica da educação, à qual "*(...) se impõe a tarefa de superar tanto o poder ilusório (que caracteriza as teorias não-críticas) como a impotência (decorrente das teorias crítico-reprodutivistas) colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado*" (SAVIANI, 1986, pp.35-36). Tal projeto ou possibilidade de luta não redimem nem reproduzem a sociedade da qual a escola é parte. Têm o papel de servir de meio, contribuindo seja para conservar ou transformar a sociedade. Frente às duas tendências já expostas, uma otimista e outra pessimista em relação ao "poder" da educação sobre a sociedade, a ideia de educação como mediadora de um projeto social tende a compreender a organização da sociedade como social e historicamente constituídas. Essa tendência crítica serve de referência tanto para negar a ideia de Educação Ambiental hegemônica em nossa sociedade, como também para subsidiar sua perspectiva emancipatória.

Compreendendo a Educação Ambiental como tributária de ao menos duas perspectivas filosóficas das expostas acima (ética, redentora ou acrítica; da formação cultural, transformadora, histórico-crítica), a seguir a discussão ruma para a exposição de duas correntes da EA. Uma é mais identificada como conservadora, apostando na correção de "desvios comportamentais" essencialmente no âmbito do indivíduo. Outra mais afeta à superação da proposta individualista de mudanças de postura, considerando as contradições e conflitos como inerentes à sociedade e, principalmente, reforçando a consciência crítica e a ação coletiva como pressupostos básicos para a transformação social na direção de padrões mais adequados de relacionamento entre sociedade e ambiente.

Ao contrário do que é convencional nas práticas educativas que, ao vislumbrarem as UC como lócus de Educação Ambiental (EA) as compreendem como ambiente "natural", é preciso não tratar tais áreas protegidas como destacadas da esfera cultu-

ral na qual vivemos. Grun (1996) aponta o “*cartesianismo*” contido em propostas de visitas a parques e outras áreas naturais com a intenção de aproximação com a esfera natural. E questiona: “*como é possível obter algum sucesso em tais programas se muitas vezes eles se pautam nos mesmos princípios que pretendem criticar?*” (GRUN, 1996, p.56). Aqui o autor se refere à dicotomia reforçada entre as esferas cultural e natural a partir da ideia de que visitas a áreas naturais promoveriam uma suposta consciência ecológica.

Loureiro e Cunha (2008, p.241) apresentam que o

(...) pensamento educativo dominante, que influencia profundamente propostas pedagógicas implantadas em atividades de Educação Ambiental em UCs, é marcado por uma visão que afirma como verdade o princípio segundo o qual nos desdobramos na história por meio de determinações essenciais. Com isso, a ação prática não tem sentido condicionante e nem a realidade histórica pode ser alterada pela atividade de nossa espécie (LESSA, 2001). Logo, o que podemos fazer é, por intermédio da educação, ajustar os nossos comportamentos para garantir o bom funcionamento da sociedade e a harmonia com a natureza.

A partir de tal noção de educação, sobretudo aquela direcionada a se dedicar à relação entre sociedade e ambiente, observamos uma extrema simplificação e imputação ao ser humano como espécie uma essência ruim, egoísta, destrutiva (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

O fato de algumas UC se encontrarem em certa medida integradas ou muito próximas à estrutura da cidade possibilita compreender que ambas as esferas fazem parte de um só todo, e de que as próprias pessoas são integradas a esse todo complexo. Realmente, as UC são ótimos espaços educativos. São oportunidades de se promover reflexões e discussões sobre o contexto social, cultural, econômico e político que gera a necessidade de nossa sociedade, organizada da forma que é e produzindo do modo que produz, criar e proteger áreas e recursos naturais dela mesma. Contudo, se uma finalidade de promover visitas a uma UC se identificar com alguma proposta de Educação Ambiental, aí entra outra questão: de qual concepção de educação se está falando?

Essa discussão se torna relevante porque dependendo da corrente de Educação Ambiental a que estão vinculadas as atividades desenvolvidas dentro de uma UC (EA conservadora ou EA crítica), seja de proteção integral ou mesmo de uso sustentável, o turismo pouco poderá contribuir para a ideia de conservação ambiental. A isso se relaciona, também, nos perguntarmos se o modelo preservacionista tem efeitos de longo prazo, uma vez que não se discute a estrutura de organização da sociedade e o modo de produção que criam as condições objetivas de degradação ambiental (e conseqüente necessidade de preservação de determinadas áreas naturais). À ideia

de "preservação dos recursos naturais" se atrela uma EA conservadora e comportamentalista (GUIMARÃES, 2004), limitada à transmissão de informações que enaltecem uma natureza e individualidade fetichizadas (LOUREIRO, 2006; LOUREIRO *et al.* 2009) e apartadas da sociedade. Um verdadeiro mito moderno (DIEGUES, 1996) que pouca relação guarda com a realidade cotidiana de quem visita ou faz turismo em UC.

Aparentemente faz parte do senso comum compreender as UC, a legislação que as envolve e as possibilidades de acesso e gestão são naturalmente dados, ou seja, se assemelham a um aglomerado de artigos normatizadores que devem ser conhecidos por todos, simplesmente (e isso seria algum indício de conhecimento e competência...).

A questão aqui não se refere a ser favorável ou contrário à ideia de UC. Nas atuais circunstâncias pelas quais nossa sociedade é responsável, uma das poucas formas efetivas de proteger recursos naturais de nós mesmos é criando UC. No entanto, devemos estar atentos ao contexto multidimensional, complexo, social e histórico como condicionante fundamental dessa forma de compreender a questão da preservação e da conservação, sabendo que somos sujeitos históricos. Como dizia Paulo Freire: "*o mundo não é, o mundo está!*"

Isso pode ser entendido como educação (inclusive considerando-a circunstancialmente ambiental) e é aí que se pode ter o turismo com grande possibilidade de contribuir não somente com a conservação de UC, mas dos ambientes "externos" a elas, inclusive onde realmente moramos e transformamos diretamente.

O espaço ao qual se refere este trabalho, como já mencionado, guarda dois ambientes de regiões metropolitanas, especificamente de São Paulo. Um interno à UC e que trabalha um viés conservador de Educação Ambiental, ou seja, mais preocupado em expor aos seus interlocutores passivos a importância de se preservar da própria dinâmica da sociedade os recursos naturais que ainda restam.

O outro ambiente, externo e imediato à UC, por vezes oferece uma paisagem que se pode apresentar-se desoladora. Seja do ponto de vista ecológico ou da perspectiva social. Trata-se de um local ao qual se dirigem membros da sociedade sem condições de partilhar melhores condições ambientais e de vida. Nele moram pessoas que também fazem parte da cidade e de sua dinâmica socioespacial, certamente integrados à economia. Por ser resultante do modo como a sociedade se organiza e do modo de produção hegemônico, formando o que chamamos de periferia, guarda condições privilegiadas para se perguntar: porque aquelas pessoas estão ali, disputando espaço com o parque? Por que não residem em áreas dotadas de melhor infraestrutura urbana? Isso, inclusive, antes de nos perguntarmos por que razão exercem alguma pressão sobre a área protegida.

Outra possibilidade de composição da paisagem em ambiente externo às UC é de determinadas classes sociais, de padrão de vida e de consumo mais elevados, beneficiando-se da valorização imobiliária gerada a partir do reconhecimento da qualida-

de ambiental proporcionada pela área preservada. Será que a relação entre UC e entorno ocupado por classes altas e médias-altas é tensa? Que tipo de relação pode ser observada entre aquela representação do padrão de ocupação urbana e regiões ocupadas por famílias pobres? Quais as implicações sociais da alta valorização de terrenos imediatos a UC?

A proposta pedagógica que emerge de tais condições ambientais geram experimentações, vivências, reflexões e olhares críticos sobre nós mesmos – individualmente e como seres sociais - e sobre como a sociedade trata (e poderia tratar) determinadas questões ambientais. Portanto, visa a transformações pessoais, mas com a perspectiva de mudanças coletivas.

Essa é a ideia de Educação Ambiental que se propõe às UC e entorno como espaço de envolvimento com discussões e práticas que apontem a transformações sociais. Tal ideia se apoia na necessidade de promover circunstâncias que trabalhem, com a população, residente e visitante, o que Jacobi (2005) identifica como motivos para a desvinculação das pessoas com o estado do meio e com as possibilidades de mudança. Segundo o autor,

A postura de dependência e de não responsabilidade da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação na gestão do meio ambiente, nas suas diversas dinâmicas (JACOBI, 2005, p.241).

Layrargues (2004, p.07) expõe que “*o adjetivo ambiental designa uma classe de características que qualificam essa prática educativa, diante desta crise ambiental que ora o mundo vivencia*”. Crise ambiental resultante de questões econômicas e sociais observadas de maneira crítica por perspectivas teóricas não surgidas no bojo das discussões sobre Educação Ambiental, mas sim desde a identificação, por parte dos (visitantes, estudantes, moradores, monitores, educadores e educandos), das contradições entre capital e trabalho. Uma das características que subsidiam a adjetivação “ambiental” da ação educativa, segundo Layrargues, se refere à educação convencional que tradicionalmente, tal qual os demais sistemas sociais, não tem sido direcionada à sustentabilidade. Sem prescindir da necessária transformação da educação formal, a proposta deste texto a complementa e dá sua contribuição, inclusive em termos metodológicos e também didáticos, às próprias instituições educacionais formais.

Guimarães (2004) trata a Educação Ambiental não como relativa à evolução de algo anterior, mas sim como contraposição e superação de algo existente. Na realidade, o autor se remete a um dos posicionamentos existentes para conceber Educação

Ambiental, uma vez que sua concepção não é consensual. Daí que Carvalho (2004) apresenta a questão da multiplicidade de “educações ambientais”. Conforme a autora,

(...) as práticas agrupadas sob o conceito de Educação Ambiental têm sido categorizadas de muitas maneiras: Educação Ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas entre tantas outras (CARVALHO, 2004, p.15).

Tais denominações têm origem em diferentes contextos, relações dinâmicas de forças sociais e culturais, “poderes e contrapoderes” que condicionam a produção de cada proposta, “(...) onde o destinatário também constitui o artefato que a ele é endereçado” (ibidem).

No que se refere à Educação Ambiental crítica abordada pela autora em seu texto, duas marcas fundadoras são expostas, contidas nos adjetivos “ambiental” e “crítica”. O adjetivo “ambiental” se justifica e se legitima “(...) enquanto aspiração legítima, sócio-historicamente situada, que sinaliza para o reconhecimento da importância de uma Educação Ambiental na formação dos sujeitos contemporâneos” (CARVALHO, 2004, p.18). O adjetivo “crítica” se sustenta no reconhecimento da insuficiência – embora fundamental – da adjetivação da ação educativa como “ambiental”. Se o que se pretende é promover a perspectiva de uma práxis, faz-se necessária outra escolha, de caráter político.

Considerando a educação como sendo intrinsecamente envolvida na “(...) vida, na história e nas questões urgentes de nosso tempo, a Educação Ambiental acrescenta uma especificidade: compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais” (idem, p.18).

Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental (CARVALHO, 2004, p.18-19).

Sintetizando a proposta da Educação Ambiental crítica, ainda de acordo com a autora ao adotar a perspectiva de transformação social necessária para uma “justiça ambiental”, observa-se a recusa tanto à opção exclusiva por uma espécie de individualização. Essa tendência a considerar somente mudanças individuais sugere que a mudança virá da soma de mudanças individuais, do *cada um fazendo sua parte*. A mesma consideração crítica se dá no extremo oposto, em que se observa a generali-

zação e despersonalização do coletivo, gerando a ideia de que a transformação social é anterior àquela individual. Ao passo que é insuficiente nos responsabilizarmos como indivíduos por processos sociais e historicamente constituídos, não é possível escaparmos da responsabilidade de intervir nos mesmos processos como sujeitos históricos.

A ideia de Educação Ambiental crítica trabalha com a intenção de desenvolver processos nos quais os indivíduos, uma vez envolvidos, tomam consciência do que fazem, como o fazem e por que o fazem, sem perder de vista que não o fazem sozinho, e sobretudo, não o transformam sozinho. “*Assim a Educação Ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social*” (JACOBI, 2003, p.196), contrapondo-se ao que Guimarães (2004) apresenta como Educação Ambiental conservadora que, refletindo os paradigmas da sociedade moderna, reforça a crença que a transmissão de conhecimentos e informações corretas concorre à transformação do indivíduo (e que esta transformação individual basta).

Loureiro (2005) expõe o que denomina como dois blocos de práticas e compreensão do que vem a ser a Educação Ambiental e seu papel. De um lado se observa um bloco conservador ou comportamentalista e, de outro, um bloco chamado de transformador, crítico ou emancipatório. O primeiro teria entre suas características centrais a educação entendida em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas, despolitizadas e comportamentalistas; não problematizam os processos históricos de que resulta a problemática socioambiental que vivemos e que discute a necessidade de consumir menos sem relação com o modo de produção que define nosso padrão de consumo, além de responsabilizar o ser humano como espécie, naturalizando a discussão (LOUREIRO, 2005).

Já o segundo bloco se apoia em características mais identificadas com a reflexão e o debate sobre o modo como nos relacionamos em sociedade e com as demais formas de vida no planeta; politiza e torna pública a complexidade inerente a qualquer discussão sobre problemas ambientais, reconhecendo a participação social como intrínseco à EA; não compreende o conhecimento ambiente como única fonte de saber, mas sim a exposição dialógica deste com outras formas de conhecimento (popular, tradicional etc.); possui um posicionamento político de buscar a ruptura com padrões, valores e práticas sociais contrários ao bem estar público, à equidade e à solidariedade (LOUREIRO, 2005).

Nesse sentido, observa-se que “*a Educação Ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita*” (SORRENTINO, et al., 2005, p.287). Complementa-se: com a perspectiva inclusive de iniciar a busca pela promoção de um diálogo entre sociedade e Estado na direção de construir políticas públicas.

Assim, emerge a ideia de se compreender as unidades de conservação como *loci* privilegiados não somente para desempenhar um “*(...) papel fundamental como*

ferramenta para a gestão, o manejo e a proteção destas áreas, (...) propiciando conhecimento e experimentação direta com a natureza, motivando o interesse e a integração das populações com a natureza” (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009, s/p). Podem – e devem – ser tomadas como um grande tema gerador/espaco educador de debates na mesma proporção, contextualizando as próprias unidades em relação aos processos sócio-históricos dos quais são também expressão, como apresenta Loureiro *et al.* (2009) em relação à busca por não reproduzirmos ações – prenes de ingenuidade ou de má fé – em nossa prática educativa. Outra contribuição do autor se manifesta na seguinte afirmação:

(...) coerentemente com o método marxiano de compreensão e intervenção na realidade e diante das múltiplas possibilidades metodológicas, os objetivos de aprendizagem consistiriam basicamente em:

(a) entender a complexidade do ambiente, ou seja, superar uma leitura reducionista que enfatiza seus aspectos biológicos ou estritamente culturais e desconsidera as relações de determinação entre as esferas social e ecológica e as dimensões econômica e política, contribuindo para superar processos materiais de alienação e reinserir o ser humano em seu tempo e espaço (ser histórico, naturalmente humano ou humanamente natural);

(d) entender que “sua realidade” é tratada de forma fragmentada/ desarticulada pelo Estado, por meio de diferentes órgãos/políticas setoriais, o que contribui para o esvaziamento do poder de pressão da sociedade (necessidade) (LOUREIRO *et al.*, 2009, p. 91).

Trata-se, portanto, de contextualizar o espaço em questão, dicotomizado em ambientes distintos, porém resultantes de dinâmicas similares, considerando outras dimensões da tão evocada “questão ambiental”. Tais dimensões perpassam pela reflexão sobre a percepção cultural do que vem a ser tomado como “natureza”, bem como os condicionantes sociais, históricos e políticos que nos influenciam em nossa percepção, ação e interação com o meio.

### **Estudo do meio e turismo pedagógico de base local: subsídios para a educação crítica**

Na ideia de turismo pedagógico de base local, o conceito-chave é o Turismo de Base Local ou Comunitário, acompanhado de outro conceito também importante: o Turismo Pedagógico ou Educativo, que lança mão do estudo do meio como método para promover um ambiente formativo tanto para visitantes como para moradores. Compreendendo o turismo “ao lugar onde se vive<sup>4</sup>” como a criação de uma oportunidade de deslocamento, tanto físico como intelectual (de olhares, de compreensões, de ideias etc.) e observando a necessidade de transgredir a noção de educação como formação conservadora e adequação àquilo que se julga absolutamente verdadeiro - e que

promove assim a aceitação pacífica “do lugar de cada um” em nossa sociedade -, a seguir serão expostos os meios para buscar tornar isso possível, bem como algumas premissas básicas para não concorrer à sua deterioração por conta de incoerências.

Os estudos do meio se apresentam neste trabalho baseando-se na exposição de Pontuschka (2004). Segundo a autora, embora o conceito de estudo do meio sofra variações de acordo com as diferenças de escolas, professores e da própria localização no tempo, trata-se tanto de técnica e método, como também um fim em si mesmo. Apoiando-se em discussões promovidas por autores que se debruçaram sobre o tema a partir da década de 1950, Pontuschka (2004) apresenta que o estudo do meio pode ser compreendido

[...] como fim [...], ou seja, o do valor que um estudo do meio tem para que alunos assimilem conhecimentos relacionados às diferentes disciplinas escolares por meio do vivido; como método [...] a formação do educando como pessoa e como cidadão (PONTUSCHKA, 2004, p. 255).

Quanto às discussões e apresentações do estudo do meio como técnica, a autora identifica que se tratavam, na realidade, de referências ao estudo do meio como método, uma vez que serviam às mesmas proposições metodológicas apontadas na citação acima e, sobretudo, a compreensão de que o estudo do meio guarda uma complexidade que uma simples técnica não suporta.

Além da reflexão do estudo do meio servir tanto como fim em si, ao promover a apreensão de saberes disciplinares a partir de situações vividas em campo, como também um método, ao se tomar o estudo do meio como importante ação educativa que concorre à formação do ser humano e do cidadão trata-se de uma proposta importante por conta de sua gênese. Pontuschka (2004) apresenta que os estudos do meio têm origem em atividades semelhantes das escolas anarquistas do início do século XX. Mais especificamente, atividades identificadas com o pensamento destas escolas sobre educação. “*A escola deveria ser um espaço do debate, de diálogo que levasse os alunos a pensar com suas próprias cabeças*” (Idem, p. 251). Do ponto de vista da práxis, a ideia de estudo do meio se reforça considerando-se a afirmação apresentada por Imbert (1984, p.3): “*não é o educador que ensina, mas sim a situação*”. Uma definição de estudo do meio é apresentada por Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007). Afirmam as autoras que

O estudo do meio é uma metodologia de ensino interdisciplinar que pretende desvendar a complexidade de um espaço determinado extremamente dinâmico e em constante transformação, cuja totalidade dificilmente uma disciplina escolar pode dar conta de compreender (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007 p. 173).

Em sendo a escola um espaço identificado com a reprodução de saberes, atitudes e comportamentos tidos inicialmente pelo Estado - e hoje predominantemente pelo mercado - como aceitáveis em um *cidadão*, torna-se problemático imprimir a essa mesma escola uma educação essencialmente crítica e emancipatória. Embora esta seção não se proponha a discutir as condições da escola como instituição social, ao menos apresenta alternativas concretas de articular tais dificuldades institucionais com outras práticas educativas. Tais práticas se direcionam a dar cabo do estudo do meio de forma séria e comprometida com suas características de “fim em si” e de método por meio do denominado turismo pedagógico.

Esse tipo de prática de turismo é essencialmente vinculado ao ensino básico e, por certo, restrito a um público identificado com as escolas e outras instituições de ensino. Contudo, pode e deve ser estendido a outros níveis de ensino, inclusive propostas de educação não formal em nível superior. Vinha *et. al.* (2005), por exemplo, demonstra preocupação em apontar pressupostos apoiados nas discussões propostas por Freinet<sup>5</sup> para situar os parâmetros de um turismo pedagógico. A própria etimologia da palavra *pedagogia* sugere “*direção ou educação de crianças*” (CORDEIRO, 2007, p. 18).

Silveira, Martins e Vieira (2008) aceitam e expõem acriticamente a finalidade da educação vinculada à formação de um indivíduo produtivo, integrado à divisão do trabalho e, portanto, interessante ao capital e demonstrando a premente apropriação de possibilidades emancipatórias. As autoras destinam ao turismo pedagógico o papel de “qualificar” tal conformação com o mundo do trabalho. Além disso, o turismo pedagógico serviria também à educação e “conscientização” de residentes em destinações turísticas sobre a “importância do desenvolvimento do turismo”, principalmente nas *crianças*. Imbert (1984) produz a crítica à insistência em tal foco nas crianças para se buscar “transmitir o que é correto”. Evocando o paradigma do superior/inferior, o autor questiona a ideia de tomar a criança como algo vazio ou “em branco”, e o mestre como o responsável por preencher tal vazio ou imprimir todo seu conhecimento aos “pequenos”. Loureiro (2009) questiona a ideia de a educação “conscientizar” e transmitir informações e comportamentos tidos como adequados do ponto de vista de determinada parte da sociedade (que os sabe e os produz) em relação à outra parte (que não sabe e não teria condições de constituir seus próprios referenciais e compreensões).

Não é difícil identificar que a mesma visão que se tem das crianças em relação àquilo compreendido por falta de conhecimento é aplicado automaticamente a quaisquer pessoas, mesmo adultas, quando se parte do pressuposto no qual de um lado há os que sabem; de outro os que ignoram completamente.

Raykil e Raykil (2005, p.7) relacionam de forma mais abrangente o turismo com o processo educativo:

Turismo Pedagógico busca oferecer aos estudantes a oportunidade de aprender na prática o que foi visto nos conteúdos abordados em sala de aula. Através da utilização desse mecanismo facilitador no processo ensino aprendizagem o que mais chama a atenção é a possibilidade de se trabalhar efetivamente a interdisciplinaridade.

Partindo desta afirmação pode-se compreender, também, que a ideia de turismo pedagógico serve, inclusive, a um processo educativo não obrigatoriamente de crianças, mas de qualquer faixa etária. Os mesmos autores lembram que o turismo pedagógico possibilita a promoção do sentido daquele conhecimento que está sendo trabalhado, de maneira interdisciplinar e contextualizada – ou um “*mundo de referências palpáveis*” (RAYKIL; RAYKIL, 2005, p. 08). Isso não significa que o estudo do meio serve à intenção de reforçar, simplesmente, o conteúdo trabalhado em sala de aula. Trata-se de proporcionar o confronto entre teoria e realidade e, também, dar sentido e articulação entre diferentes saberes e disciplinas na maioria das vezes fragmentadas no currículo institucional. O turismo pedagógico se aproxima da ideia exposta sobre estudo do meio ao se considerar a afirmação de Taveira (2007, p. 255): “*no caso do Turismo Pedagógico, a atividade [é] fundamentada na aula-passeio de Freinet, que tem como principal objetivo facilitar o aprendizado a partir de experiências turísticas sem perder seu caráter pedagógico*”. Contudo, não se trata de um “segmento ou nicho de mercado” ou “modalidade”, como expõe o mesmo autor. Pode-se compreender o turismo pedagógico como um conceito que abriga características próximas àquelas anteriores ao denominado turismo moderno e mercantilizado, mas não as mesmas. Concepção de turismo inclusive antagônica àquela tida como “moderna”.

Quanto ao desenvolvimento das vivências promovidas pelo turismo pedagógico, Jesus, Wenceslau e Bortolança (2007) e Perinotto (2008) apresentam que devem ser planejadas por profissionais de diferentes áreas, ressaltando que não se trata de excursões ou passeios, mas sim deslocamentos de caráter formativo, nos quais se busca a criação de situações de aprendizagem, relacionadas aos conteúdos trabalhados em outras circunstâncias do processo educativo.

Em se tratando de turismo pedagógico de base local em um bairro periférico, torna-se importante a compreensão de que os moradores, além de visitantes externos àquele espaço na periferia da metrópole, envolvam-se com a proposta. Estes também compõem o público a ser considerado nos estudos do meio, na busca por promover o deslocamento do olhar e da compreensão que se tem daquele ambiente no qual residem. Por que aquele espaço é identificado como periferia (tanto em termos socioeconômicos como geográficos)? Quais são os sentidos de tal identificação? Por que aquele bairro existe e a que interesses pode corresponder?

Por turismo de base local ou comunitário entende-se a necessidade de envolvimento dos residentes tanto no planejamento e desenvolvimento da atividade turística,

bem como, principalmente, no direcionamento dos benefícios diretos da atividade, sejam eles econômicos, financeiros, culturais, ambientais, sociais etc. Ou seja, *“mais que um simples tipo de atividade turística praticada pelos visitantes, representa um modelo de gerenciamento turístico de caráter principalmente inclusivo e que tem como desdobramento desse aspecto o oferecimento de produtos diferenciados”* (PINHEIRO, 2006, p. 31). A mesma autora (2007, p. 483) aponta “elementos caracterizadores” e “*elementos estratégicos*” como categorias para seu entendimento. *“No primeiro grupo estão presentes as categorias essenciais à caracterização de uma experiência de gerenciamento comunitário do turismo, ao passo que no segundo encontram-se elementos facilitadores desta prática”* (idem, p. 486). Essa concepção de turismo atrela-se ao que Coriolano (2001, 2003) denomina “*eixo de desenvolvimento*” oposto àquele entendido como globalizado e voltado às necessidades sociais locais.

Os elementos caracterizadores são: protagonismo comunitário, organização comunitária e rentabilidade para a comunidade. Já os elementos estratégicos são aqueles aspectos julgados pela autora como importantes para uma boa e efetiva realização do turismo comunitário. São eles: turismo como atividade econômica complementar, posse da terra pela comunidade, conservação ambiental e cultural.

### **Algumas considerações**

Para finalizar o texto – e não o debate – apresenta-se a seguir algumas considerações para sintetizar a discussão realizada neste trabalho. A intenção, como já dito, é provocar uma reflexão relativa ao assunto que vincula o turismo, a Educação Ambiental e as unidades de conservação. Afinal, quando nos referimos às UC, nos referimos a elas ou a um modelo de preservação? Quando pensamos em Educação Ambiental, de que educação estamos tratando? E no momento em que compreendemos o turismo como um importante meio de promoção da Educação Ambiental em UC, qual a concepção de turismo que faz parte do senso comum a ponto de nos guiarmos por ele e homogeneizarmos nossa compreensão desse fenômeno? Como esse mesmo turismo está organizado para exercer papel tão caro à educação e às próprias UC? Há coerência nisso tudo?

Inicialmente, ao tratamos de turismo, Educação Ambiental e UC, torna-se importante discutir também sobre essa última. Ter em conta as condições sociais e históricas que influenciam tanto na criação e definição de áreas a ser protegidas, como também, e principalmente, a dinâmica socioespacial e produtiva que determina tal modelo de proteção de recursos naturais. Questões como o histórico de criação das UC no Brasil, qual visão do ambiente externo a uma UC (sobretudo aquele ocupado por populações pobres) se pode ter a partir do lado interno dos gradis, portões e guaritas, a relação tensa entre o núcleo preservado onde “nada pode” e o entorno algumas vezes em que “tudo pode”.

Quanto à proposta de EA que se pretende lançar mão, esta resulta tanto da a-

bordagem às UC e seu complexo contexto, como também às suas finalidades. É preciso refletir sobre o que se quer alcançar levando e conduzindo visitantes às UC.

Buscando manter coerência entre o que se pensa e o que se pratica, o meio de integrar as pessoas e os ambientes visitados, a concepção e a forma de organização do turismo apresentam-se relevantes, uma vez que há discussões importantes a subsidiar outra maneira de estruturar localmente uma atividade mais identificada com a noção de fenômeno social do que simplesmente trocas comerciais que mercantilizam as relações humanas.

Quando nos referimos ao turismo como importante meio de contribuição à conservação de áreas protegidas por meio da Educação Ambiental, é preciso realizar algumas reconsiderações com base em reflexões teóricas e conceituais. Sobre as UC, o turismo e a Educação Ambiental, os entendemos como determinações “normais” de nossa sociedade “naturalmente constituída”, ou como expressões de dinâmicas sociais, modo de produção e modelo de desenvolvimento sendo, a partir disso, plataformas e recursos expressivos para a reflexão crítica e construção de projetos transformadores? Cremos que a segunda possibilidade é mais adequada em se tratando de orientação teórica para o desenvolvimento de processos que envolvam os três objetos tratados nesse texto.

## Referências Bibliográficas

ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Lei n.º 9.985, 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, DF, 19 jul. de 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/index.cfm>>. Acesso em: 22 set. 2003.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 4.340, 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, 23 de ago. de 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/index.cfm>>. Acesso em: 22 set. 2003.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: AN-NABLUME, 2000.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. **Identidades da Educação Ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, pp.13-24, 2004.

CORDEIRO, J. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Boletim Goiano de Geografia**. 21 (2): 25-45. jun./dez.2001.

\_\_\_\_\_. (org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Editora Premium, 2003.

COSTA, P. C. **Unidades de conservação**: matéria prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ESTRATÉGIA Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC (ENCEA). Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/encea\\_docprel.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/encea_docprel.pdf)>. Acesso em 31 ago 2009.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **A Educação Ambiental nas unidades de conservação gerenciadas pela Fundação Florestal**. Disponível em: <<http://www.fflorestal.sp.gov.br/educacaoambientalConceito.php>>. Acesso em 01 set 2009.

GRUN, M. **Ética e Educação Ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. **Identidades da Educação Ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, pp.25-34. 2004.

IMBERT, F. **Para uma práxis pedagógica**. Brasília: Plano Editora, 1984.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, 118: pp.189-205, 2003.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Revista Educação e Pesquisa**, 31, (2): pp.233-250, 2005.

JESUS, D. L.; WENCESLAU, M. E.; BORTOLANÇA, M. D. Turismo Pedagógico como forma de sustentabilidade para a Reserva Indígena de Dourados. In: **II Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade**, 2007, Campo Grande. Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade. Campo Grande, UCDB, v. 01. p. 26-27, 2007.

LAYRARGUES, P. P. **Identidades da Educação Ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 26, (93), pp.1473-1494, 2005.

LOUREIRO, C.F.B.; TREIN, E.; TOZONI-REIS, M.F.C.; NOVICKI, V. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. **Cad. CEDES** [online], vol.29, n.77, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na Educação Ambiental. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 37-53, 2006.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação Ambiental e gestão participativa de Unidades de Conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 11, n. 2, 2008.

LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

PERINOTTO, A. R. C. Turismo pedagógico: uma ferramenta para Educação Ambiental. **Caderno Virtual de Turismo (COPPE-UFRJ)**, v. 8, p.100, 2008.

PINHEIRO, L. L. O turista aprendiz: uma viagem na dimensão pedagógica da atividade turística em Pipa e na Prainha do Canto Verde. **Monografia** (Graduação do Curso de Bacharelado em Turismo). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

\_\_\_\_\_. Turismo comunitário: alguns apontamentos conceituais. **Anais do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Tomo III. João Pessoa, 2007, pp. 481-490.

PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. *In*: VESENTINI, J.W. (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. Coleção Docência em Formação. São Paulo: Cortez, 2007.

RAYKIL, E. B.; RAYKIL, C. Turismo pedagógico: uma interface diferencial no processo ensino aprendizagem. **Revista Global Tourism - Periódico de Turismo**, v. 2, n. 1, 2005.

SAVIANI, D. **Educação e democracia**. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora e Editora Autores Associados, 1991.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set-dez, 2006.

SILVEIRA, C. R. F. D.; MARTINS, P. C. S.; VIEIRA, F. S. Turismo Pedagógico em Dourados/MS: uma atividade educacional. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SemintUR. Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**. Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, RS, 2008.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO-JUNIOR, L. A. Educação Ambiental como política pública. **Revista Educação e Pesquisa** 31 (2): 285-299, 2005.

TAVEIRA, M. S. Turismo pedagógico: planejamento e gestão em pequenas e médias localidades. **Anais do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Tomo III. João Pessoa, pp. 254-302, 2007.

UNG, Universidade Guarulhos. **Relatório da Parte I do Diagnóstico Ambiental para o manejo sustentável do Núcleo Cabuçu, do Parque Estadual da Cantareira e áreas vizinhas do Município de Guarulhos**. Guarulhos, UnG, 2003.

VINHA, M. L.; GARCIA, M.D.; ROMÃO, C.; OLIVEIRA, D.L.Y.; MARIN, F.; BOTELHO, F.; GIACOMO, F.; SCACCHETTI, M.C.F. O turismo pedagógico e a possibilidade de ampliação de olhares. **Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas**, Ourinhos, SP, Nº 03, 2005.

WAINBERG, J. Cidades como *sites* de excitação turística. *In*: CASTROGIOVANNI, A.C. **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

WALLAUER, M. T. B. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. *In*: ENCONTRO PRESENCIAL DA FUNIBER, 2003, Florianópolis. **Aula Presencial – Arquivos com as Palestras**. Florianópolis: FUNIBER, 2003. Disponível em: <<http://www.funiber.org.br/encontro-downloads2003.php>>. Acesso em: 30 jun. 2003.

WERLANG, J.C. **Educação, cultura e emancipação: estudo em Theodor Adorno**. Passo Fundo, RS: EdIFIBE, 2005.

## NOTAS:

<sup>1</sup>Preferimos nos referir à sociedade no lugar de simplesmente ao Homem. A primeira dá a ideia de complexidade da sociedade, abarcando condicionantes históricos, políticos, culturais etc. O segundo tende a naturalizar a relação entre sociedade e natureza, reforçando a dicotomização e biologizando qualquer debate, como se o ser humano como espécie, e não suas opções econômicas, políticas, culturais etc., fosse determinante no processo de degradação planetária.

<sup>2</sup>“[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.” (BRASIL, 2000, p.02).

<sup>3</sup>O objetivo básico das UC de proteção integral seria a preservação da natureza (e não a conservação), uma vez que somente é admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, exceto nos casos previstos em lei. (BRASIL, 2000).

<sup>4</sup>Aqui o “lugar onde se vive” diz respeito a duas perspectivas iniciais: uma relativa ao local no qual realmente residem moradores afastados de áreas metropolitanas centrais; outro à própria metrópole, espaço de habitação de grande parte da população.

<sup>5</sup>Segundo Cordeiro (2007, p.180), “*Freinet considerava a criança como um ser social, participante de uma comunidade, e não como um indivíduo. Assim, suas propostas pedagógicas insistem no trabalho coletivo em praticamente todas as etapas, inclusive na avaliação, que deveria ser feita em conjunto pelos alunos e pelo professor*”.

**Rodrigo Machado:** Mestrando em Educação pela Universidade de São Paulo.

Email: rodrigomachado@usp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8158716621756456>

Data de submissão: 28 de outubro 2009.

Data do aceite: 14 de dezembro de 2009.



## Ecoturismo e (Des)Educação Ambiental

*Euler Sandeville Júnior, Flávia Tiemi Sugimoto*

### RESUMO

Este trabalho decorre de observações em locais de ecoturismo (no interior do Estado de São Paulo) e de discussões anteriores dos autores sobre a forma de se pensar e se fazer o turismo na natureza. Essas pesquisas, juntamente com uma bibliografia atual sobre o tema, permitem questionar se os formatos padronizados no segmento podem ainda favorecer, ou em que medida, a formação de uma consciência ambiental. Ou seja, o ecoturismo, como se constitui, não estará contribuindo para uma idéia fantasiosa de consciência ambiental? O contato com a natureza é um grande estímulo à sensibilização sobre o ambiente e à sua conservação, mas existe um espaço a preencher entre essa sensibilização e a Educação Ambiental. O grande desafio se encontra em conseguir transformar essa sensibilização em educação e, conseqüentemente, em ações afetivas e efetivas. No entanto, a relação entre Educação Ambiental e o ecoturismo, que seria esperada como integrante desse segmento se aceitarmos as diversas definições e entendimentos para essa atividade, na prática, tem apresentado problemas que comprometem o próprio alcance da idéia de ecoturismo. Essas dificuldades têm sido apontadas tanto no âmbito acadêmico quanto no empresarial. Existem estudos recentes que identificam esse problema e procuram construir uma interpretação. Trazer os impasses à discussão é o grande mérito desses trabalhos, contribuindo para desmistificar a atividade. O entendimento da questão, contudo, deverá relacionar os problemas já apontados com quadros sociais nos quais se constituem. A questão tem sido reduzida a uma crítica (necessária) da espetacularização da sociedade de consumo, ou creditada a uma deficiência de conhecimento técnico e de falta de capacitação do setor para lidar adequadamente com essa integração entre ecoturismo e Educação Ambiental (o que certamente ocorre). A dificuldade, entretanto, não pode ser creditada apenas ao ecoturismo, e ao comportamento do turista ou do empresário, e nem mesmo aos impasses nas práticas de Educação Ambiental (estes não têm sido considerados nos trabalhos que consultamos). O arcabouço das práticas e suas referências empíricas e teóricas precisa ser trazido para a discussão da realidade social em que se dão, inclusive em seus aspectos estruturais, culturais e afetivos, o que poderá mostrar contradições importantes e mais profundas do que aquelas já indicadas acima. A não percepção dessas relações gera reducionismos que condenarão as soluções apresentadas a apenas renovar as dificuldades e a não colocar plenamente em cheque as suas causas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoturismo, Educação Ambiental, Consciência Ambiental

## ***Ecotourism and (un)Environmental Education***

### **ABSTRACT**

This paper stems from observations in the local ecotourism (within the State of Sao Paulo) and previous discussions of the authors on how to think and create tourism in the nature. These findings, together with a current bibliography on the topic, allow us to question whether the standard formats in the segment can still improve, and if so, to what extent, the formation of an environmental awareness. In other words, will ecotourism, as it is, not be contributing to an unrealistic idea of environmental consciousness? Contact with nature is a great stimulus to raise awareness about the environment and its conservation, but there is a space to fill between this awareness and environmental education. The challenge lies in achieving this change from awareness to education and, therefore, into affective and effective actions. However, the relationship between environmental education and ecotourism, which would be expected to be part of this segment if we accept the various definitions and understandings for this activity, in practice, has presented problems that compromise the very scope of the idea of ecotourism. These difficulties have been identified both by the academic body and the business people. Recent studies identify this problem and try to build an interpretation. Bringing the issue to be widely discussed is the great merit of this research, helping to demystify the activity. The understanding of the issue, however, should relate the problems which have been already discussed within their social contexts. The issue has been reduced to a (necessary) criticism of the ostentation of the consumer society, or credited to a deficiency of technical knowledge and lack of training in the industry to adequately deal with the integration of ecotourism and environmental education (what certainly occurs). The difficulty, however, cannot be credited only to ecotourism, neither the behavior of the tourist or businessman, not even to the difficulties in the practice of environmental education (they have not been considered in the research we consulted). The framework of practices and their theoretical and empirical references must be brought to the discussion of social reality where they lie, including their structural, cultural and emotional aspects, which may show deeper and more important inconsistencies than those already mentioned above. The non-perception of these relationships creates a reductionism that condemns the solutions presented as to only being able to renew the difficulties and not to fully investigate their causes.

**KEYWORDS:** Ecotourism, Environmental Education, Environmental Consciousness

O presente trabalho é fruto de observações realizadas em alguns destinos de Ecoturismo<sup>1</sup>, em especial na cidade de Itararé, localizada no interior do Estado de São Paulo e bastante freqüentada por pessoas que buscam essa modalidade e o turismo de aventura. Decorre também de discussões e observações sobre a forma de se pensar e se fazer o turismo na natureza (SUGUIMOTO, 2007; SANDEVILLE JR., SUGUIMOTO, 2008) e que, acredita-se, devem ser ainda pensadas e discutidas para avanços na área.

O empreendimento de Ecoturismo em Itararé está localizado em uma fazenda<sup>2</sup>, com muitos atrativos naturais e seu público alvo são famílias e jovens, que vão em busca, principalmente, do turismo de aventura. Um pequeno fato ocorrido pode ajudar na discussão que se apresenta. Observou-se, juntamente com um grupo de pessoas, comandadas por um guia local, uma criança que virou-se para sua mãe e disse que naquele local não se podia jogar papel no chão, pois “prejudicaria a natureza”. Muitas pessoas presentes não se mostraram interessadas nas explicações do guia, algumas disseram “que não queriam ter aula, pois estavam de férias”. Houve comentários que demonstraram algum tipo de resistência ao formato padrão que muitos empreendimentos desse segmento costumam realizar, que é a visita guiada, com o intuito de desenvolver Educação Ambiental. Essa dificuldade tem sido observada também na literatura especializada, mas acredita-se que é necessário avançar na discussão de suas possíveis causas.

O comentário da criança, a afirmativa de sua mãe e todos os outros comentários e comportamentos dos (eco?) turistas nos fazem pensar no papel da atividade como possibilidade para Educação Ambiental, em sua real eficiência, no modo como vem sendo praticada. O Ecoturismo é o segmento turístico de maior crescimento no Brasil, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 1994). A ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura) conta atualmente com 216 empresas associadas e afirmou que o segmento apresentou lucro nacional de R\$490 milhões em 2008<sup>3</sup>, com perceptível crescimento da oferta de destinos de Ecoturismo. Durante o 4º Salão de Turismo, realizado em julho de 2009, das 1,7 mil pessoas entrevistadas, 34,3% apontaram o Ecoturismo e o Turismo de Aventura como próximos destinos, ficando atrás apenas do Turismo de Sol e Praia, com 52,1%<sup>4</sup>.

O Ecoturismo, segundo as Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo é:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994).

Segundo os preceitos do Ecoturismo, é através da Educação Ambiental, favorecida pelo contato das pessoas com os lugares de natureza, que pode-se despertar uma consciência ambiental de conservação dos locais. Essa seria a base do Ecoturismo ser uma atividade de sustentabilidade para os locais que a desenvolvem. Porém, no caso observado, que certamente não é isolado, não foi possível perceber nenhum avanço sobre o despertar de uma consciência ambientalista dos turistas, além de nenhum grande esforço por parte empreendimento. Acredita-se que é importante questionar se esses formatos estão favorecendo uma conscientização, ou em que medida, e se a Educação Ambiental nesses moldes, não está levando a uma idéia fantasiosa

de consciência ambiental. Esse não é o único exemplo de tentativas mal sucedidas de Educação Ambiental nos locais de Ecoturismo, e isso só vem a contribuir para que se pense no real objetivo dos prestadores de serviços de Ecoturismo. Será mesmo o Ecoturismo uma alternativa ao turismo convencional?

Concorda-se que o contato com a natureza é um grande estímulo à sensibilização sobre o ambiente e à sua conservação, mas existe um espaço a preencher entre essa sensibilização e a Educação Ambiental. Neiman (2007, p.18) afirma que, se o contato com a natureza for proporcionado de forma adequada, estimulando todos os sentidos (sentir o cheiro da mata, olhar os animais, ouvir os barulhos), há uma melhora de sentimentos positivos em relação ao que deve ser conservado, afinal *“não é apenas através do sentimento ético de obrigação que se pode trabalhar o gosto pela natureza e pela conservação”*.

O grande desafio se encontra em conseguir transformar essa sensibilização em educação e, conseqüentemente, em ações afetivas e efetivas. Por falta de conhecimento e pela necessidade de geração de lucros, que decorre da boa aceitação do cliente, as empresas de Ecoturismo não sabem como inserir Educação Ambiental em meio a atividades de lazer e turismo. Esta dificuldade, em parte, é consequência de uma contradição mais ou menos velada, ou pouco explicitada, entre a oferta que se apresenta e o caráter convencional que padroniza a percepção em função do produto, mesmo que não se dê conta, perde-se assim a possibilidade de uma dimensão essencial de trabalho educativo.

Em estudo desenvolvido por Hintze (2008) com algumas operadoras de Ecoturismo, o autor afirma que as empresas não estão qualificadas e nem sabem como desenvolver programas de Educação Ambiental. Hintze analisa o Ecoturismo como segmento alternativo ao turismo convencional, buscando entender quais aspectos diferenciam uma atividade da outra e se o Ecoturismo pode realmente ser uma possibilidade de Educação Ambiental. Através de entrevistas com operadoras de Ecoturismo e com pesquisadores do tema, o autor defende a necessidade de integração entre academia e mercado e conclui que o Ecoturismo, como atividade de mercado, produz *“uma subjetividade consumista nos participantes do processo”* (HINTZE, 2008, p.13), o que torna o Ecoturismo uma *“atividade pouco utilizada para a disseminação para uma consciência ambientalista”* (idem). Discorda-se dessa associação de Hintze entre a academia e o mercado como base para a solução dos dilemas de um ou de outro, dada a natureza própria dessas atividades, que necessita ser entendida. No entanto, o autor parece ter razão em sua restrição à atual formado Ecoturismo, pois sua caracterização, essencialmente como negócio, está se impondo sobre os aspectos constitutivos alegados para a atividade.

É pertinente o alerta de vários autores, que rompe o acordo de uma aceitação frágil entre consumo, prestação de serviços e produção de conhecimento. Neiman (2007, p.172) numa direção próxima da que se aponta, observa que por ter o Ecoturismo transformado as viagens à natureza em um negócio, o que ele produz são viagens e não experiência e nem conhecimento, *“só reproduz experiências de marketing”*

*e conceitos administrativos convencionais, aplicados tradicionalmente a outras áreas do conhecimento humano”.*

A experiência é um dos pontos fundamentais quando se fala em turismo ou em Ecoturismo, e acredita-se que a sua redução a exterioridades em função das exigências do consumo de massa, estabelecem níveis de controle sobre o olhar do turista (SANDEVILLE JR., SUGUIMOTO, 2008). Urry (2001, p.16) acredita que a atividade turística é capaz de controlar a percepção do turista, pois *“existem profissionais qualificados que ajudam a construir e desenvolver nosso olhar enquanto turistas”* e também afirma que nesses lugares turísticos, as pessoas já vão com conceitos preestabelecidos.

Estabelecer laços afetivos com os lugares e com a paisagem é fundamental para dotá-los de sentido. É através da afetividade que as pessoas terão consciência da conservação dos lugares, porém, só se estabelece afetividade e vínculo com aquilo que se conhece. O estabelecimento de uma afetividade superficial decorrente da transformação dos lugares em produtos, talvez seja um dos obstáculos que faz com que o Ecoturismo não consiga aliar, de forma eficaz, a Educação Ambiental às suas atividades. O problema, não estaria assim, apenas na deficiência do conhecimento técnico e conceitual das operadoras, embora isso seja evidente e exagerado em muitos casos, mas reside na natureza mesma da atividade econômica.

Afetividade não se estabelece prontamente, ela é fruto de vivência, que muitas vezes os programas de Ecoturismo inviabilizam, quando substituem o conhecimento e a troca efetiva por um cenário controlado e destinado ao mercado. Assim, essa contradição intrínseca entre afetividade e o discurso que a sustenta é agravado pelas dificuldades de conceber um processo educativo subordinado às exigências tão tênues com a natureza e a cultura de que as empresas se valem, representando um “complicador”, um custo necessário da atividade e incapaz de organizá-la criativamente, tal como nos casos observados.

Esta poderia ser uma das causas pelas quais Hintze (2008, p. 79) afirma, através das entrevistas com as operadoras de Ecoturismo, que elas se encontram desconfortáveis em aliar turismo e educação, *“alegando que a inserção de discursos ambientalistas é fator de desgaste do produto, pois o momento de lazer proposto pela prática do Ecoturismo não combina com tal postura. Seria uma forma de se perder clientes”*.

Não deixa de surpreender, entretanto, uma alegação como essa, que empresas que atuam no setor de Ecoturismo, podendo indicar que já se ultrapassou, em muito, o primeiro momento de transformação da natureza em produto turístico, e que já se vive um refluxo, um desgaste devido à contradição que esses produtos engendram. Apresenta-se um desafio ao Ecoturismo. Para os discursos superficiais, o Ecoturismo é uma grande ferramenta para a Educação Ambiental, mas comprova-se na prática, que a realidade que se apresenta em um número expressivo de casos é outra.

Outro indicador da falta de preparo e interesse no desenvolvimento da educação através do Ecoturismo e da preocupação das empresas com o negócio turismo pode ser observado no site da ABETA<sup>5</sup>. A associação das empresas de Ecoturismo e turismo de aventura apresenta como “Projetos e Ações” um programa de promoção e comercialização internacional dos destinos brasileiros de Ecoturismo, onde todas as ações são voltadas a estratégias de aumento de vendas, não demonstrando preocupação com Educação Ambiental ou conservação dos lugares a serem comercializados. Fica claro, portanto, que as operadoras entrevistadas por Hintze ultrapassam o exemplo das operadoras anunciando a postura de todo o trade do Ecoturismo, no que diz respeito à Educação Ambiental.

Voltando à descrição dos comportamentos dos turistas, e da fala da criança de que naquele local não era permitido jogar papel no chão, além da reação dos outros participantes, deve-se pensar que o problema seja de ordem social e não simplesmente de estratégias de venda. A convergência atual entre consumidor (turista) e prestadores de serviços (da organização ao destino) apresenta fragilidades que são agravadas pela incorporação superficial de comportamentos de controle que se intrometem, mas que atuam no nível das exterioridades.

Educação, em um sentido amplo, significa um processo contínuo de ações conjuntas e nunca de fatores isolados. Segundo Morin (2000, *apud* HINTZE, 2008) a educação não deve limitar-se aos bancos escolares de um sistema formal, pois:

A educação em seu amplo significado tem como missão dedicar-se à identificação da origem de erros, ilusões e cegueiras, e com isso, armar cada um, para o combate vital para a lucidez; realizar o exame e o estudo da complexidade humana; e ensinar a ética da compreensão planetária, através de uma reforma em sua mentalidade (MORIN, 2000, *apud* HINTZE, 2008, p.66)

A Educação Ambiental é uma das diversas formas de educação não-formal<sup>7</sup> que pode oferecer aos indivíduos a oportunidade de uma consciência maior sobre seu papel enquanto cidadão, de conservação de seu habitat. Porém, tornar uma pessoa sensível ao ambiente não é algo que se ensine de forma fácil, talvez estimular seria a forma correta, já que não se trata de uma nova condicionante, mas de um desenvolvimento, aprendizagem no seu sentido mais rico, que deve incluir a descoberta e a possibilidade de transformação. Para isso, demanda-se tempo e remete-se, portanto, a questão para uma esfera além das exterioridades e suas conveniências, e para além do alcance do mercado, no âmbito da consciência da ação social e de sua capacidade ativa transformadora, a qual está, como se percebe, bastante além do momento em que se constrói tanto a oferta quanto o consumo. Ou também, vindo de outra forma, a realidade de mercado está aquém da aspiração humana que se quer ver aflo-  
rar.

O dinheiro e a troca no mercado põem um véu, mascaram as relações sociais entre as coisas, fazendo-as parecer relações entre pessoas. Essa ilusória transparência torna opacas as relações entre os consumidores e aqueles que produziram as mercadorias que são consumidas. Nas relações de compra e venda no mercado, os consumidores não reconhecem nenhum afeto por quaisquer sofrimentos, privações, dramas pessoais dos indivíduos que produziram tais mercadorias. É apenas com a mercadoria (e com o dinheiro pago por ela) que se dá a única relação (HINTZE. 2008, p. 41).

Acredita-se que estar e ser sensível a algo é conseqüência de vivências que se estabelecem durante algum tempo. Seja com pessoas ou com lugares, o tempo torna-se fator fundamental para que se criem laços afetivos, e que pode ser um dos fatores que dificulta qualquer trabalho de Educação Ambiental através do Ecoturismo. Nessas condições, as aspirações do Ecoturismo, tal como definido nos textos que o conceituam e o propõem, ficam seriamente comprometidas, não se diferenciando de outra forma de turismo, senão pelo cenário. Nesse contexto, a Educação Ambiental, acaba tendo pouco de educação, confundindo-se com recreação, distração, ocupação do tempo livre.

Normalmente, o tempo de permanência nos lugares de visitaçao não é tão extenso a ponto de tornar o turista sensível àquela realidade, e até mesmo a forma como essa realidade é vivenciada de forma controlada e espetacularizada a torna opaca. O turismo, enquanto mercadoria se traveste de outra imagem, como a do paraíso, da fantasia, do sonho, principalmente porque não é objeto palpável, que se compra e leva para casa, mas sua real intenção de lucro acaba por traí-lo e evidenciar os limites da mercadoria, para um público já pouco exigente, senão de distração.

Um fato que pode ser determinante na eficácia de programas de Educação Ambiental poderia ser o incentivo à valorização dos lugares do cotidiano das pessoas. Essa valorização nem sempre ocorre nos locais de visitaçao turística, devido aos diversos fatores já expostos, mas talvez possa ser estendida a esses locais, a partir do momento que as pessoas aprendem a valorizar, a compreender criticamente e a atuar positivamente na transformação dos lugares onde vivem. A complexidade para se instrumentalizar esse tipo de conduta, sem cair na mesma condição que aqui se questiona, deve ser evidente ao leitor, mas merece sua colocação.

Os laços de afetividade das pessoas com os lugares acontecem porque há uma história, houve acontecimentos, experiências que os tornaram especiais. Normalmente esses locais são os lugares onde se vive, onde se passou uma parte da vida, onde houve um acontecimento importante, enfim, geralmente são locais que pertencem ou pertenceram durante um tempo ao cotidiano das pessoas. É preciso valorizar esses locais, pois são eles que ajudam a contar a história de vida dessas pessoas. Se não se valoriza esses locais que pertencem ao cotidiano, como valorizar lugares, num primeiro momento, estranhos? No entanto, o que atrai os visitantes no turismo são

distensões, momentos que têm seu valor, mas são insuficientes para contribuir para uma consciência ambiental, que se constrói nas práticas do cotidiano.

A Educação Ambiental é realmente facilitada pelos ambientes naturais, porque a idéia de natureza pode causar nas pessoas uma maior sensibilidade. Porém, acredita-se que se as pessoas não conseguem valorizar e serem sensíveis aos ambientes de seu cotidiano, essa Educação Ambiental proposta em outros locais torna-se desconexa da realidade, fantasiosa. Pensar que não se pode jogar o lixo no chão porque se está em um lugar de natureza, ou que a consciência ambiental resida na atitude ocasional, diferenciando esse lugar de natureza do lugar de seu cotidiano torna-se leviano.

Na verdade, avançando nesse argumento, seria importante se estabelecer uma consciência do modo como são produzidos os lugares (a produção social do espaço para LEFÉBVRE, 1974, ou SANTOS, 2001), como se estabelecem suas relações de significação, suas contradições. No caso do lixo, a questão não é onde se deve jogar o lixo, mas que lixo é esse que foi produzido, com qual finalidade, com quais consequências, por quem, etc, evidenciando as relações de produção e consumo com as práticas que interligam ambientes invisíveis aos usuários.

É comum perceber espaços como praças e até mesmo parques, que são espaços destinados ao lazer e fruição cotidianos da população, que não são nem percebidos por ela, são meros espaços de passagem, muitas vezes mal conservados e que acabam sendo apropriados para outros usos, como lugares de prostituição e uso de drogas. Lugares que poderiam ser locais de sociabilidade, de usos para lazer, acabam se tornando locais de repulsa pela população, e de desvalorização dos lugares que pertencem ao seu cotidiano. Identificar e entender os fatores que levam à desvalorização, ao mal uso desses espaços pode ser um primeiro passo para que se consiga pensar em ações para a Educação Ambiental.

É essa a valorização, que parte da afetividade, que se defende para uma maior sensibilização das pessoas à Educação Ambiental. Acredita-se que se as pessoas não são capazes de conservar e valorizar os ambientes pertencentes ao seu cotidiano, percebendo de modo solidário as contradições e as interligações invisíveis, como se sugere acima, e que abrigam desigualdades injustas, elas não o farão em nenhum outro lugar, verdadeiramente.

Está claro, portanto, que a consciência de valorização e conservação dos lugares não se ensina com apostilas e falas superficiais. Interpretar os ambientes e suas paisagens não se aprende em nenhum manual, é vivência e conhecimento que se constrói a partir dessas experiências. Nas entrevistas que Hintze fez com as operadoras de Ecoturismo sobre a Educação Ambiental, percebe-se claramente que nenhuma delas sabe como implantar a atividade sem que isso cause prejuízo ao negócio. Muitas delas oferecem material informativo sobre os lugares, contratam guias locais, mas nenhuma delas julga o programa eficaz, e realmente não é tarefa fácil, pois não dependem apenas da criatividade e eficiência das operadoras e dos guias, que já ope-

ram em limites bastante estreitos, mas em grande parte à sensibilidade e predisposição dos turistas, no contexto discutido acima.

A base na qual as atividades de Ecoturismo estão alicerçadas, através de programas e projetos de desenvolvimento, são razoáveis, há de fato uma preocupação com a qualidade da oferta, porém, a prática observada não condiz com o que está no papel. Segundo o Projeto OCE (SALVATI. s/d) , os princípios do Ecoturismo são:

- conservação e uso sustentável dos recursos naturais e culturais;
- informação e interpretação ambiental;
- é um negócio e deve gerar recursos;
- deve reversão dos benefícios para a comunidade local e para a conservação dos recursos naturais e culturais;
- deve ter envolvimento da comunidade local.

Os critérios do Ecoturismo (SALVATI. s/d) são:

:

- manejo e administração verde do empreendimento;
- associações e parcerias entre os setores governamentais e não-governamentais locais, regionais e nacionais;
- Educação Ambiental para o turista e para a comunidade local;
- guias conscientes, interessados e responsáveis;
- planejamento integrado, com preferência à regionalização;
- promoção de experiências únicas e inesquecíveis em um destino exótico;
- monitoramento e avaliação constantes;
- turismo de baixo impacto;
- código de ética para o mercado de Ecoturismo.

Como se percebe, a atividade carece de conceituação, embora se mostre preocupada com as diversas variáveis do Ecoturismo, enquanto atividade de mercado e de interferência nos ambientes. De fato, não chega a construir uma teoria, já que seu vínculo imediato com a produção a impede de buscar entender como se dá essa produção, quais suas implicações. O como fazer, os métodos de aplicação e desenvolvimento não podem assim ser explicitados nem submetidos a um pensamento crítico. Não indicam um caminho, e pelo que consta, não há interesse dos envolvidos em sua prática, em encontrar esse caminho. Além disso, existem itens extremamente vagos e

superficiais, como por exemplo, a “promoção de experiências únicas e inesquecíveis em um destino exótico”, ou ainda contraditórios entre os princípios e os critérios, como ser um “negócio que deve gerar lucros” e ao mesmo tempo “um turismo de baixo impacto” em “ambientes exóticos”. Como fazer isso? Também quando cita as condições dos guias, o que se presencia é seu oposto, não há investimento adequado em capacitação, além de sua má remuneração. Observações em alguns destinos ecoturísticos indicam a baixa participação, quando há alguma, dos guias e população local nos negócios, reduzidos à mão de obra pouco qualificada.

Distribuir panfletos ou qualquer outro material informativo aos turistas não é Educação Ambiental, é apenas informação, por vezes discutível. Contratar um guia local com falas decoradas também não é Educação Ambiental, é superficialidade. Esse modelo de Educação Ambiental desenvolvido pelas empresas de Ecoturismo, através de material informativo e guias pouco habilitados, sem criatividade, não tem surtido o efeito necessário, pelo contrário, por vezes, cria-se repulsa, como observado no caso relatado como exemplo neste trabalho. Não é dessa forma que um ambiente é interpretado. Deve-se ainda observar que esse projeto é também pouco respeitoso com o guia local, já que não visa seu desenvolvimento e autonomia, mas ao contrário, o coloca como elo em uma cadeia de negócios à qual, de fato, não interessa seu crescimento, reforçando o caráter padronizado e superficial resultante dessa estratégia de negócios.

No caso mencionado no início, a falta de interesse dos turistas pelas explicações e pelas atividades monitoradas não causou preocupação ao guia (e acredita-se que nem ao proprietário da pousada). Diante desse fato, é possível afirmar que as atividades controladas, pelo menos da forma que vem sendo desenvolvida, não causam interesses em parte significativa das pessoas que procuram por destinos de natureza. A questão então seria verificar se esse desinteresse também pode indicar um caminho.

O desinteresse é pela forma programada de conduzir atividades, mas há muito interesse em se conhecer os atrativos, em vivenciar os locais, em conversar com os moradores locais (como observado também em Itararé). Quanto mais o turista conseguir vivenciar os lugares, estabelecendo relações de afetividade (que decorrem de experiências e histórias de vida de cada pessoa, e, portanto, é diferente para cada um), mais ele se interessará pelo lugar, por suas histórias e assim também o desejo de que aquele lugar seja conservado. Porém, isso não mudará, mesmo que se aprimore um pouco a situação, o fato de que se trata de uma atividade ocasional que não será suficiente para produzir um resultado em relação a uma condição de estranhamento. O que permite indicar mais uma dimensão essencial desse impasse. A “consciência ambiental” não existe nem é possível no âmbito do indivíduo, mas boa parte dos programas ambientais isola o indivíduo como foco da transformação desejada, como se a mudança de comportamento fosse o “fazer a sua parte”.

Essa fragilidade já não está somente no turismo, mas na própria forma adoci-

cada e superficial de parte das proposições no âmbito da Educação Ambiental. A recusa de entender e inventar uma prática coletiva, substituindo-a por uma condição exacerbadamente individualista, além de contraditória em relação a um fato que em todos os sentidos é público, é insuficiente para ultrapassar o nível comportamental mais superficial. Além disso, o espaço social não é harmônico e ignora-se deliberadamente isso, e as dimensões afetivas implicadas.

Pode-se saber tudo sobre a natureza, mas isso não é suficiente para preservá-la. Para preservá-la, deve-se ter com ela uma relação afetiva, de amor, que gere o desejo de que ela continue existindo. O amor é que dá um sentido maior às coisas. Mas isso é algo muito delicado de se introduzir nesse mundo objetivo, ou melhor, pretensiosamente objetivo (NEIMAN, 2002, p. 173-174) .

A Educação Ambiental através do Ecoturismo não deve ser uma atividade isolada de todas as outras, ela deve ser complemento, deve ser um meio de conscientização ambiental, deve ser uma possibilidade e exercício de interpretação e valorização dos lugares, que parte primeiramente da valorizar os lugares do cotidiano. Isolada, essa Educação Ambiental pelo Ecoturismo é apenas discurso e ferramenta de marketing.

Outra questão que precisa ser pensada é sobre esse modelo de (eco) turismo que vem sendo desenvolvido, que, se por um lado, causa um descontentamento para alguns que acreditam que vem sendo banalizada em sua oferta, para outros é considerada muito eficiente, portanto, que atende a uma necessidade. Quais são e de quem são essas necessidades? (SANDEVILLE JR; SUGUIMOTO, 2008, p. 09).

Partindo das premissas apresentadas, pode-se afirmar que para as empresas de Ecoturismo, esse modelo criticado pelos autores, é, na verdade, altamente interessante, suprindo suas necessidades. Atende também às necessidades de turistas, pois é comprovado o aumento da demanda para o segmento, que talvez se ausente no desejo vago de contato com a natureza, que pode ser satisfeito por modelos de Ecoturismo, que são apenas uma possibilidade de consumo de paisagens.

Como ferramenta de Educação Ambiental, o modelo apresentado é ineficaz, ou seja, não atende a real necessidade de conscientização ambiental que ecoe em atitudes de conservação. As duas atividades, turismo e Educação Ambiental parecem, na verdade, andar na contramão. Enquanto o turismo é uma atividade de mercado que instiga o consumo, tentando amenizar seus impactos (sociais e ambientais) através de discursos ambientalistas superficiais, a Educação Ambiental necessita de outras

ferramentas para acontecer. No entanto, o (eco) turismo precisa dessa Educação Ambiental para viabilizar a visitação a locais ambientalmente frágeis, iniciando um ciclo cuja reprodução é sua fragilidade.

O turismo no quadro atual, não terá como escapar da própria armadilha, porque pretende trabalhar um sintoma, sem dar-se conta que é parte deste sintoma. A questão se leva para além do problema do turismo e reduzi-la ao seu campo, sobretudo ao momento de uma relação comercial em torno do lazer, continuará evidenciando de um modo vago as contradições para os usuários, favorecendo seu breve esgotamento.

A forma como as duas atividades foram conectadas não tem se mostrado eficaz, nem por parte dos turistas que muitas vezes não se interessam pelos métodos de Educação Ambiental, nem pelos empresários que não sabem aliar educação ao turismo e não estão verdadeiramente dispostos a investirem nela. É necessário repensar se o turismo pode ser uma atividade menos impactante aos ambientes em relação a outras atividades econômicas e se pode, de fato, redundar em benefício social nos locais de visitação; se o Ecoturismo é realmente um segmento que contribui na conservação dos lugares ou se incentiva ainda mais o seu desgaste, inclusive socio-cultural, através do consumo.

É necessário também avaliar os métodos para Educação Ambiental. As emergências são visíveis, mas enquanto as questões subjetivas não forem levadas em consideração, ou seja, a afetividade, as experiências e vivências com os lugares e a valorização dos mesmos, as contradições que constroem essas experiências, será muito difícil alcançar uma consciência ambiental que faça diferença.

Com o incentivo cada vez maior ao consumo exacerbado, ao turismo que gera divisas imensuráveis, ao incremento da cadeia produtiva do turismo e a grande importância aos status de praticar turismo, é recomendado que se pense se o Ecoturismo não é, na verdade, uma forma de (des)Educação Ambiental. Através do aperfeiçoamento tecnológico que torna possível levar as pessoas a qualquer parte do planeta, e com os turistas cada vez mais afoitos pela descoberta e consumo de novos lugares, é possível pensar que o turismo ou o Ecoturismo, torna-se, na verdade, o grande incentivador da devastação cultural e ambiental dos lugares, tendo a educação como ferramenta de marketing e não como forma de conservação.

O discurso de sustentabilidade do turismo e com maior ênfase do Ecoturismo é, na realidade, um discurso fantasioso, que não engana os turistas, pois o grande atrativo são os lugares em si, a expectativa em se conhecer novos lugares, em se consumir suas paisagens, a Educação Ambiental não é atrativo. O desafio é encontrar uma forma que possibilite aos turistas interpretar os ambientes, estabelecerem vínculos que possibilitem a afetividade e sua valorização em quadros sociais, os quais, entretanto, devem permanecer invisíveis ou tronarem-se cenários.

## Referências Bibliográficas

ABETA. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Disponível em: <http://www.abeta.com.br>. Acessado em 16/09/2009.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, DF: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

HINTZE, H.C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo? **Dissertação** de Mestrado: ESALQ-usp, 2008.

LEFÉBVRE, H. **La Production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

NEIMAN, Z. O cerrado como instrumento para Educação Ambiental em atividades de Ecoturismo. In: NEIMAN, Z. (org) **Meio ambiente , Educação e Ecoturismo**. Barueri, SP: Manole, 2002.

\_\_\_\_\_. A Educação Ambiental através do contato dirigido com a natureza. **Tese** de Doutorado: Instituto de Psicologia - USP, 2007.

SALVATI, S.S. O Ecoturismo: conceitos e princípios. Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/Ecoturismo/index.html&conteudo=/Ecoturismo/artigos/conceitos.html>, acessado em 01/10/2009.

SANDEVILLE JR., E.; SUGIMOTO, F.T. **A natureza do Ecoturismo**. Artigo apresentado no V Seminário de Turismo do Mercosul, Caxias do Sul, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2001.

SUGIMOTO, F.T. Paisagens do Médio Tietê: formas de usos e apropriação de suas águas para lazer. **Dissertação** de Mestrado: FAU USP, 2007.

Turismo de Aventura e Ecoturismo estão em crescimento no Brasil. Notícia publicada em 12/08/2009, disponível em <http://www.viagembrasil.tur.br>, acessado em 04/09/2009.

URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 2001.

NOTAS:

<sup>1</sup> Foram visitados empreendimentos de ecoturismo nas cidades de Atibaia, Itu, Brotas, Lupércio, Cornélio Procópio e Ubatuba.

<sup>2</sup> Não foi autorizada a divulgação do nome do empreendimento por seu proprietário.

<sup>3</sup> Turismo de Aventura e Ecoturismo estão em crescimento no Brasil. Notícia publicada em 12/08/2009, disponível em <http://www.viagembrasil.tur.br>.

<sup>4</sup> Idem

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.abeta.com.br>

<sup>6</sup> Segundo a lei nº 9795, de 27/04/199, elaborada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental, “*entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente*”.

**Euler Sandeville Júnior:** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo (FAU-USP), e Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM-USP).

Página pessoal: <http://paisagemvivenciada.wordpress.com>

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0285344763071129>

**Flávia Tiemi Suguimoto:** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo (FAU-USP).

Email: [flatiemi@terra.com.br](mailto:flatiemi@terra.com.br)

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3325611126601865>

Data de submissão: 24 de outubro de 2009.

Data do aceite: 12 de dezembro de 2009.



## **Vivências com a Natureza: uma proposta de Educação Ambiental para o Uso Público em Unidades de Conservação<sup>1</sup>**

*Fernando Protti Bueno*

### **RESUMO**

As Unidades de Conservação são consideradas espaços territoriais que instituídos pelo poder público tem por principal objetivo a proteção dos recursos naturais. Em função da manutenção de suas áreas conservadas, as Unidades de Conservação representam espaços propícios para a pesquisa científica, o uso sustentável e para as diferentes formas de lazer e turismo em contato com a natureza. A partir desse contexto, vislumbra-se a visitação em Unidades de Conservação como um importante instrumento para a conservação da natureza desses espaços, em função do incremento econômico, do investimento em pesquisas, do desenvolvimento de compreensões sobre as formas de vida e seus ciclos vitais, e dos hábitos e costumes das populações tradicionais, além do fomento de atividades turístico-recreativas. Pressupondo que o contato com a natureza possibilita a ampliação da consciência ambiental dos indivíduos sobre a atual situação de degradação dos recursos naturais e de suas potenciais formas de utilização pela sociedade, evidencia-se a importância da realização de atividades de Educação Ambiental atreladas à visitação / uso público de Unidades de Conservação. Assim, essa pesquisa teve por objetivos caracterizar e analisar a técnica do 'Aprendizado Sequencial' enquanto uma possível proposta metodológica de Educação Ambiental, a ser implantada e desenvolvida para o uso público em Unidades de Conservação. Para tanto, adotaram-se como procedimentos metodológicos o método indutivo com abordagem qualitativa, as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de observação assistemática para coleta e análise dos dados. Por fim, a proposta metodológica desenvolvida pela técnica do aprendizado sequencial possibilita ao indivíduo aprender e desenvolver características de transformação interior, baseadas na afetividade e na experiência direta com a natureza, que elucidam os valores necessários para uma efetiva conservação da natureza, auxiliando assim, o planejamento e o manejo do uso público nas Unidades de Conservação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental, Uso público, Unidades de Conservação.

## ***Sharing with Nature: A Proposal by Environmental Education for Public Use in Protected Areas***

### **ABSTRACT**

The conservation areas are considered areas of land that, instituted by the government, have, as the principal objective, the protection of natural resources. Because of the maintenance of the conservation areas, the Protected Areas represent appropriate spaces for the scientific research, sustainable use and the different forms of leisure and tourism in contact with nature. From this context, we consider the visitation in Protected Areas as an important tool for the conservation of the nature of these spaces, due to the increase in the economy, the investment in research, the development of understandings about of the ways of life and their vital cycles, and the habits and customs of local people, as well as the encouragement of tourism-recreational activities. Assuming that the contact with nature allows the expansion of environmental awareness of individuals about the current situation of natural resource degradation and its potential forms of use by the society, the importance of carrying out Environmental Education activities tied to the visitation / use public in protected areas is highlighted. Thus, the objective of this study was to characterize and analyze the technique of 'Flow Learning' as a possible methodological proposal for Environmental Education, to be implemented and developed for public use in protected areas. Therefore, the instruments adopted were the inductive method with a qualitative approach, and the techniques of literature review, documental, and the systematic observation to collect and analyze data. Finally, the proposed methodology suggested by the technique of 'Flow Learning' allows individuals to learn and develop characteristics of inner transformation, based on affection and on direct experience with nature, what elucidated the necessary values for effective conservation, thereby assisting the planning and management of public use in Protected Areas.

**KEYWORDS:** Environmental Education, Public Use , Protected Areas.

## **Introdução**

A crescente busca por áreas naturais, principalmente as protegidas ou então àquelas denominadas Unidades de Conservação, promovida pela motivação do contato com a natureza retoma o chamado 'mito do eterno retorno' ou mesmo o reencontro com o 'paraíso perdido', onde os elementos naturais estão e são valorizados, por meio do estabelecimento de uma relação 'harmônica' e de um sentimento de felicidade nos homens em relação à natureza. Entretanto, essa busca por áreas naturais não

é algo novo, parece estar no subconsciente humano como sendo uma de suas necessidades básicas e imediatas, visto que o ser humano detém a curiosidade e a nostalgia pela busca de algo novo ou inédito, na tentativa de se reaproximar da natureza. Assim, na atualidade esses espaços tem sido buscados porque tornam-se propícios ao desenvolvimento de atividades de lazer, de educação e de contato com a natureza (CASCINO, 1998; PIRES, 2002; RODRIGUES, 2003; TAKAHASHI, 2004).

Além dessa procura por áreas naturais, torna-se necessário atentar que as mesmas detêm recursos naturais considerados raros ou únicos, fato que as têm tornado e as têm posicionado entre os principais atrativos turísticos de determinadas localidades, que se traduziu como uma tendência para o desenvolvimento da área de viagens e turismo (OMT, 2003). Entretanto, se tem ciência de que estas áreas, normalmente e de acordo com suas características bióticas, são consideradas frágeis e suscetíveis aos constantes impactos ocasionados pela sua utilização / visitação, tornando-se necessário compreender o ciclo evolutivo dos recursos naturais, para o manejo adequado perante as suas características de uso.

Mesmo sendo considerado um dilema para as Unidades de Conservação, tem-se como pressuposto a possibilidade de conciliar o uso recreativo e educativo com a conservação da natureza dessas áreas, afinal, dentre as possíveis justificativas para a criação das Unidades de Conservação está o uso público, bem como, a determinação de tornar favoráveis as condições para a promoção da educação e da interpretação ambiental, da recreação e do contato com a natureza, e do turismo ecológico, estabelecida pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000).

Assim, de acordo com cada uma das categorias de Unidades de Conservação (unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável) e suas diferentes categorias de manejo, previstas no SNUC, bem como, de acordo com seus objetivos, as atividades permitidas e suas proibições, há que se considerar o desenvolvimento de programas de uso público, devidamente planejados, que contemplem a recreação e a Educação Ambiental, como formas de conciliar o alcance do objetivo de conservação da natureza com o uso público das Unidades de Conservação.

Pressupondo o potencial da Educação Ambiental para a conservação da natureza, especialmente considerando o potencial educativo do contato dirigido com a natureza, a presente pesquisa teve por objetivos a caracterização e a análise da técnica do Aprendizado Sequencial enquanto uma possível proposta metodológica de Educação Ambiental implantada e desenvolvida ao uso público de Unidades de Conservação.

Adotou-se a premissa de que o aprendizado sequencial compreende uma forma metodológica sistematizada de Educação Ambiental possível de ser aplicada a diferentes atividades, entre estas as atividades turístico-recreativas desenvolvidas em áreas naturais, configurando-se assim como um processo educativo passível de ser realizado no âmbito do lazer, por meio da promoção de experiências diretas com a natureza.

No intuito de atingir os objetivos dessa pesquisa adotaram-se como procedimentos metodológicos o método indutivo, com abordagem qualitativa, que permitiu a elaboração de uma síntese teórica acerca do aprendizado sequencial e da Educação Ambiental, a partir da qual desenvolveu-se a análise da pertinência da aplicação desses processos educativos no planejamento e desenvolvimento de atividades turístico-recreativas no âmbito do uso público em Unidades de Conservação, com vistas à agregar nessas atividades um potencial educativo diretamente ligado ao desenvolvimento de valores e de mudanças de atitudes nos visitantes, alinhadas à conservação da natureza (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Também se adotaram como procedimentos metodológicos as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e observação assistemática<sup>2</sup> para coleta de dados, além da técnica de análise documental, para a análise dos dados coletados (LAKATOS; MARCONI, 2007; RICHARDSON, 1999).

## Uso público e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Ao considerar a possibilidade de integração entre o uso público, normalmente orientado por processos educativos, e a conservação da natureza em Unidades de Conservação, se torna salutar a retomada ao ponto de partida, ou seja, a criação, a implantação e o manejo dessas áreas, já que se pressupõe que esta integração somente seja possível a partir da conciliação entre uma série de fatores envolvidos em um processo de planejamento ao uso e gestão destas unidades.

As áreas naturais protegidas são consideradas espaços físicos demarcados para o cumprimento do objetivo primário de proteção (preservação e conservação) de relevantes recursos naturais, tendo seu surgimento em sua concepção moderna a partir de 1872 com a criação do *Yellowstone National Park*, nos Estados Unidos, que visava “[...] a proteção da natureza para o usufruto dos seus valores (naturais, estéticos, culturais e éticos) pelas gerações atuais e futuras [...]” (MILANO, 1997, p.151).

A partir desta iniciativa e do conceito básico vigente, várias outras áreas naturais foram criadas ao redor do mundo, se adequando as realidades e necessidades de cada país, bem como aos processos pelos quais cada instituição formaria para proceder com o gerenciamento destas áreas. A evolução relativa à criação e ao gerenciamento das áreas naturais protegidas foi notadamente marcada pelo avanço no campo da ciência e pelos diferentes intuitos e necessidades colocadas pela sociedade, formulando-se então, distintas categorias de manejo, postuladas como diferentes tipos de áreas naturais em virtude de seus objetivos de proteção da natureza (BRASIL, 2007a; MILANO, 1997).

Diante da elaboração das categorias de manejo, cada área natural protegida passa a compor a estrutura de um sistema planejado para a proteção da natureza,

oferecendo condições para o surgimento das Unidades de Conservação, que detinham os seus próprios objetivos aplicados às condições biofísicas, ecológicas e sócio-econômicas de uma determinada localidade (MILANO, 1997).

Atualmente sendo uma das tipologias previstas no modelo brasileiro (SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação), a criação das Unidades de Conservação deriva do conceito básico dos parques nacionais americanos, tendo seu marco em 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia e sendo até então, uma das principais estratégias para a proteção da biodiversidade. Entretanto, sua formulação enquanto sistema, bem como sua discussão e práxis de criação e de proteção da natureza percorreram todo o período histórico da república brasileira<sup>3</sup> (BRASIL, 2007a; MEDEIROS, 2006).

Instituído a partir do ano 2000 e constituído pelas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, o SNUC define unidade de conservação como sendo o conjunto do espaço físico do território, geograficamente delimitado, e os relevantes recursos ambientais nele inseridos, sob o qual serão aplicados objetivos e garantias de proteção da natureza. A partir do estabelecido, as Unidades de Conservação estão subdivididas em dois grupos e compostos por suas diferentes categorias de manejo, a saber:

- Unidades de Proteção Integral, que dispõe como objetivo básico a preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus recursos ambientais: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre.
- Unidades de Uso Sustentável, que dispõe enquanto objetivo básico a adequada conciliação entre o uso de partes dos seus recursos ambientais com a conservação da natureza: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Esse Sistema determina dentre os seus objetivos aquele que se torna determinante para o foco dessa pesquisa, pois visa favorecer adequadas condições para a promoção e o incentivo “[...] a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico<sup>4</sup> [...]” (BRASIL, 2000).

Notadamente, desde sua criação, as Unidades de Conservação e mais especificamente algumas categorias, já demonstravam especial atenção as questões do lazer, da recreação, do turismo e da Educação Ambiental nestas áreas naturais. Exemplo disso pode ser obtido em Medeiros (2006, p. 50) quando cita que já nas primeiras linhas do decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia, já estaria representada as pretensões para atender “[...] às [finalidades] de ordem turística, que se apresentem

em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros”.

Outro exemplo que facilita a visualização da associação e/ou relação entre turismo e Educação Ambiental são as vinculações atribuídas pelos diferentes instrumentos instaurados pelo poder público como forma de política pública, dentre estas estão as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (DPNE) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Respectivamente criadas em 1994 e 1999, delineiam-se de maneira a nomearem-se de modo invertido como importantes ferramentas para o controle dos visitantes e para o alcance do objetivo de conservar a natureza (BRASIL, 1994; BRASIL, 1999).

Entretanto, a partir então, da tentativa de garantir a efetiva proteção da natureza, como forma de valorar ou resguardar os recursos naturais, cada uma das categorias de Unidades de Conservação passou a adotar critérios e estratégias, bem como regulamentar permissões e restrições quanto ao uso de seus espaços (MEDEIROS, 2006). Assim, segundo o SNUC todas as categorias de Unidades de Conservação admitem visitação pública, com regras mais ou menos restritivas, como por exemplo, o caso das Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, que são as categorias mais restritivas quanto a presença e ao uso humano, pois apenas permitem a visitação pública com fins educacionais. Já as demais categorias, admitem a visitação pública de acordo com o estabelecido em seus planos de manejo (BRASIL, 2007b).

Acerca do uso público em Unidades de Conservação, Takahashi *et al* (1997) salientam que em grande parte das unidades, as atividades turístico-recreativas estão restringidas as caminhadas em trilhas e a contemplação da natureza, como formas mais emblemáticas do lazer e da educação em contato com a natureza. Por outro lado, Aoki e Andrade (1997), Takahashi *et al*. (1997), e Brasil (2006), ao mesmo tempo que identificam uma série de atividades, inseridas no contexto das atividades radicais<sup>5</sup>, tendo a natureza como a principal motivação, sendo desenvolvidas enquanto uso público em Unidades de Conservação, também fazem recomendações para um melhor ordenamento destas atividades, na tentativa de conciliar a satisfação dos visitantes - maximizando sua experiência, com a conservação na natureza - minimizando os impactos nocivos, prioritariamente aos aspectos ambientais.

Considerando o significativo aumento da visitação nas unidades e as múltiplas variedades de públicos visitantes e de possibilidades para o desenvolvimento de atividades turístico-recreativa, Takahashi *et al*. (1997) questionam o estímulo ao desenvolvimento de determinados tipos de atividades em função, prioritariamente, dos impactos provocados no ambiente natural, principalmente, quando se tratam de Unidades de Conservação sem adequadas condições de infra-estrutura, recursos humanos e sem um eficiente processo de planejamento para a gestão da visitação na unidade.

Assim, também diante da crescente procura por novos e diferentes usos, conjugado às mudanças de concepção sobre o planejamento e o gerenciamento da conservação da natureza, as Unidades de Conservação passam a investir no turismo e

na recreação, como forma de estreitar o contato da sociedade com a natureza, bem como forma de servir como um veículo para a Educação Ambiental, ao passo que esta favorece certas condições para o manejo dos recursos ambientais (BRASIL, 2007b; BRASIL, 2008; TAKAHASHI *et al.*, 1997).

Entretanto, esta crescente visitação ocorre de forma desordenada, muitas vezes por não dispor de um adequado planejamento, que coloca em risco a qualidade ambiental dos recursos afetados, assim, necessita desenvolver processos para ordenar, orientar e controlar o manejo e a gestão da visitação nas Unidades de Conservação (MILANO, 1997; TAKAHASHI, 2004).

Para Milano (1997, p. 152-153) o planejamento das Unidades de Conservação pode ser considerado como “[...] o estudo das alternativas de manejo aplicáveis a uma determinada área [...]”, ou ainda, como “[...] nome dado ao processo de identificação e ordenamento de fatores e meios, aí incluídos processos e tempo, necessários ao alcance dos objetivos previamente definidos [...] significa tratar do futuro, definir ações e identificar os agentes ou atores dessas ações”.

Assim, a apresentação de sínteses sobre o conceito de planejamento, contudo, parece não facilitar uma questão crucial que se coloca para as ações que visam a proteção da natureza nas Unidades de Conservação, que se explicita, portanto, no âmbito da prática, que é a questão da “[...] real função do planejamento das Unidades de Conservação dentro do contexto de utilidade que se espera desse procedimento, entendido em suas funções e dinâmicas plenas” (MILANO, 1997, p. 152).

Com isso, a iminente necessidade de maior reflexão sobre esta questão se faz presente, principalmente tendo-se em vista o aumento da demanda por atividades turístico-recreativas em Unidades de Conservação e o potencial que essas atividades reservam enquanto processos educativos não-formais, que tem um papel importante nos processos de orientação da visitação pública, na sensibilização dos visitantes/turistas para os valores da natureza e no delineamento dos programas de uso público e, primordialmente, na conservação / proteção da natureza.

Assim sendo, cabe a cada unidade de conservação formular programas e sub-programas de uso público, inseridos em seus planos de manejo, com vistas à estruturação e qualificação da visitação, na tentativa de superar a visão de que o incremento da visitação possa comprometer os objetivos de conservação. Para tanto, há a necessidade de um processo de planejamento, de investimentos em infra-estruturas básicas, de apoio e turísticas, de capacitação de pessoas, de adequadas formas de controle e gestão, de participação e valorização da população local, e de benefícios econômicos que promovam emprego e renda as comunidades, bem como garantam a manutenção da biodiversidade por incremento da pesquisa científica, entre outros (BRASIL, 2007b).

Como forma de propor indicações básicas ao processo de planejamento da visitação em Unidades de Conservação pontua-se a necessidade de efetuar um diagnóstico da realidade do local, como forma de caracterizar a diversidade de contextos

ambientais, sociais e econômicos, bem como a infra-estrutura, os recursos humanos e as possíveis possibilidades de atividades turístico-recreativas a serem desenvolvidas. Como uma das formas de esforço para a proteção da natureza caberá as Unidades de Conservação implantarem processos e ações preventivas realizadas na forma de Educação Ambiental. Contudo, o potencial educativo das atividades turístico-recreativas em contato com a natureza será favorecido a medida que tais atividades estejam baseadas nos princípios e objetivos da Educação Ambiental, bem como nos instrumentos de controle e monitoramento da visitação.

Cabe salientar que a metodologia de Educação Ambiental, Aprendizado Sequencial, aqui apresentada representa uma das possíveis formas estruturadas de desenvolvimento e aplicação da Educação Ambiental em diferentes contextos, entre estes no uso público de Unidades de Conservação, tendo como intuito a composição de um processo educativo relacionado ao aprendizado proporcionado pelas sensações e pelas experiências advindas do contato com a natureza que, supostamente, modificam os comportamentos e, conseqüentemente, as atitudes dos indivíduos perante a natureza perfazendo assim, o possível benefício de conservação da natureza dessas áreas visitadas.

## **Resultados e discussões – a proposta do Aprendizado Sequencial**

As possíveis experiências que se pode ter com a natureza fizeram o naturalista Joseph Cornell, profundo conhecedor de percepções na natureza e de educação ao ar livre, elaborar uma metodologia considerada original, que auxilia e, ao mesmo tempo, trata de maneira profunda a interação que se pode ter com a natureza (MENDONÇA, 2000).

Joseph Cornell difundiu seu trabalho e sua metodologia em palestras e workshops por meio da *Sharing Nature Foundation* (1979), com sede nos Estados Unidos e representada em vários países e dentre eles, o Brasil, sendo representada desde 1996 por intermédio do Instituto Romã e de sua coordenadora Rita Mendonça (FURIHATA, 2006; INSTITUTO ROMÃ, 2008a, 2008b; MENDONÇA, 2000 e 2006; SHARING NATURE FOUNDATION, 2008c).

A *Sharing Nature Foundation* e suas representações se dedicam a auxiliar as pessoas de diferentes faixas etárias a ter uma experiência única, alegre e inspiradora, de união e harmonia com todo tipo de vida, para isso, se utiliza de criativas atividades na natureza para ampliar a consciência de que as pessoas realmente podem alterar sua maneira de olhar e de se relacionar com o mundo à sua volta, basta que tenham a oportunidade de experienciar a natureza de maneira mais profunda (FURIHATA, 2006; SHARING NATURE FOUNDATION, 2008a).

Para tanto, a *Sharing Nature* criou um método estruturado em fluxos de aprendizado, denominado 'Aprendizado Sequencial'<sup>6</sup> para trabalhar com a sensibilidade das pessoas e com as complexas relações humanas provenientes das mesmas, vislum-

brando sempre a possibilidade de proporcionar as pessoas experiências profundas com a natureza a partir de sua estratégia de ensino, que consiste na escolha adequada de atividades lúdicas, como dinâmicas e jogos, a serem desenvolvidas em áreas naturais protegidas. Essas áreas se tornam privilegiadas, pois proporcionam experiências mais profundas de interiorização e imersão dos indivíduos participantes (MENDONÇA, 2006).

Cornell (1997) considera o aprendizado sequencial como uma das maneiras pela qual a Educação Ambiental organiza suas atividades com o intuito de proporcionar experiências puramente positivas com a natureza, que possibilitam ao indivíduo praticante penetrar de maneira completa no espírito do mundo natural, auxiliando assim, a descoberta interna do profundo sentimento de pertinência e compreensão relacionado a esse mundo. O autor afirma ainda que o desenvolvimento de sentimentos de afetividade e de preocupação para consigo, com os outros, bem como, para com o ambiente natural e para os demais seres que nos cercam, é a base para a construção de um processo educativo, pois caso contrário, as pessoas nunca serão tocadas de maneira profunda.

E, isso, poderá ocasionar uma interferência positiva na compreensão que as pessoas possuem em relação à conservação das áreas naturais, pois esse entendimento está impregnado na cultura da sociedade, por isso, cada país membro da *Sharing Nature* deve atentar e adaptar a metodologia do aprendizado sequencial às características culturais de sua população. Assim, a descrição dessa proposta vislumbra e indica a necessidade de adaptação dessa metodologia de acordo com cada realidade a ser trabalhada, como por exemplo, as categorias de Unidades de Conservação (proteção integral ou uso sustentável), as características de seu uso público, os programas de manejo estabelecidos (uso público, Educação Ambiental, recreação etc.), o tipo de público visitante (visitantes ou turistas), o tipo de atividade desenvolvida (trilhas guiadas), entre outras (MENDONÇA, 2000, 2006).

Assim, ao desenvolver o aprendizado sequencial, Joseph Cornell pensou em estabelecer e proporcionar uma melhor relação dos indivíduos com a natureza, pois ao longo de suas experiências com a natureza percebeu que havia uma sequência a ser trabalhada para que as atividades fossem mais produtivas, assim, concluiu que as pessoas reagiam favoravelmente a uma sequência determinada, posteriormente por ele, em função desta se harmonizar a determinados aspectos da natureza humana. Assim, considerou o aprendizado sequencial como um simples, porém, poderoso sistema de ensino baseado em princípios universais de consciência e de como as pessoas aprendem por meio de experiências (CORNELL, 1997; SHARING NATURE FOUNDATION, 2008b).

Em função disso, o método traz em sua proposta metodológica a realização de dinâmicas e jogos, organizados e direcionados perante uma sequência de 04 estágios (figura 01) – despertar do entusiasmo, concentrar a atenção, dirigir a experiência e compartilhar a inspiração – desenvolvidos de forma sutil, gradativa e divertida, com a

intenção de criar um fluxo de energia, que vá de um estado de maior agitação para um estado de maior concentração da atenção e envolvimento, sendo que esses estágios fluem de um para o outro de maneira suave e natural, configurando assim, um processo educativo, onde o indivíduo passa pelos diferentes estágios e alcança as estruturas mentais proporcionadas pelas experiências diretas e profundas com a natureza (CORNELL, 1997; INSTITUTO ROMÃ, 2008b).



Figura 01 – Fluxo dos estágios

Fonte: confeccionado a partir de Cornell (1996, 1997, 2005, 2008)

Relembra-se que a sua estrutura e dinâmica são extremamente flexíveis e adaptáveis, não se tratando de um sistema rígido que aplica as atividades sempre da mesma forma. Seus estágios não são estagnados e, por isso, fluem entre si, mas sempre mantendo as suas características principais, assim, o aprendizado sequencial possibilita a adequação de suas atividades para com a situação e o espaço em que o grupo se encontra, objetivando proporcionar uma significativa experiência com a natureza<sup>7</sup>.

O estágio 1 - 'Despertar o entusiasmo', é marcado pela diversão e pelo desenvolvimento de atividades que geram um intenso fluxo de energia, no sentido de haver um crescente interesse por aquilo que está sendo feito, assim, tem também a intenção de tornar o grupo homogêneo, no sentido dos graus de agitação e de consciência de grupo. Depois de entusiasmar, relaxar e captar a atenção dos participantes, os mesmos estarão eufóricos em função do divertimento das atividades do estágio 1. Assim, o estágio 2 - 'Concentrar a atenção', conduz o entusiasmo na direção de uma atenção mais refinada, somente assim, será possível perceber a natureza e, ao mesmo tempo, dispor de calma, atenção e entusiasmo. Alguns grupos demandam um maior tempo para se concentrarem, assim, para ter certeza de quando iniciar o estágio 3, o educador deve-se perguntar se o grupo já estaria preparado e concentrado para as atividades mais sensíveis, para uma 'Experiência direta'. Nesse terceiro estágio, o intuito é experimentar o contato direto com a natureza, abrir o coração das pessoas e intensificar um ou mais sentidos, para que os participantes possam descobrir um íntimo e profundo sentimento de pertencimento e compreensão. E por fim, o estágio 4 'Compartilhar a inspiração' é o momento em que os integrantes do grupo estão calmos, alegres e sensíveis a ouvir e contar (compartilhar) suas histórias, seus sentimentos, suas emoções etc. Agora é o momento propício para a inserção de atividades que contemplem o lado bonito e tocante da natureza. Nessas atividades de encerramento, o intuito é a consolidação da experiência proporcionada por uma vivência com a natureza, no sentido de ficar marcada no coração e na memória de cada participante (CORNELL, 1996, 1997, 2005 e 2008; MENDONÇA, 2000 e 2006).

Contudo, como fundamentos dessa metodologia há a crença de que o aprendizado efetivo deva incluir e, por vezes até priorizar, a vivência e a experiência, sendo que apenas as transmissões de informações, por mais importantes que sejam não são suficientes para promover o aprofundamento, o enraizamento e o estímulo às mudanças de comportamentos. Nesse sentido, salienta-se que o aprendizado proporcionado por meio da experiência não é algo novo, mas a novidade dessa técnica está baseada nos diferentes estágios que a compõe, pois auxiliam os indivíduos a alcançarem uma estrutura mental ocasionada pelo potencial que a experiência direta e profunda permite (quadro 01) (CORNELL, 1997; INSTITUTO ROMÃ, 2008b; MENDONÇA, 2000, 2006).

Quadro 1 – Quadro do aprendizado sequencial

<b>ESTÁGIO 1 : Despertar o Entusiasmo</b>	<b>ESTÁGIO 2 : Concentrar a atenção</b>
<i>Qualidade:</i> Divertimento e Vivacidade	<i>Qualidade:</i> Receptividade
<p><i>Vantagens:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve o gosto de brincar;</li> <li>• Cria um ambiente de entusiasmo e de envolvimento;</li> <li>• Incentiva um alto grau de atenção e supera a passividade;</li> <li>• Concentra a atenção (reduz problemas de disciplina);</li> <li>• Cria uma boa dinâmica de grupo;</li> <li>• Proporciona direção e estrutura;</li> <li>• Prepara para as atividades mais sensíveis dos estágios seguintes.</li> </ul>	<p><i>Vantagens:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumenta o nível de atenção;</li> <li>• Aumenta a percepção por meio da atenção concentrada;</li> <li>• Canaliza de modo positivo o entusiasmo gerado no Estágio 1;</li> <li>• Desenvolve habilidades perceptivas;</li> <li>• Tranquiliza a mente;</li> <li>• Desenvolve receptividade para experiências mais sensíveis com a natureza;</li> </ul>
<b>ESTÁGIO 3 : Dirigir a experiência</b>	<b>ESTÁGIO 4 : Compartilhar a Inspiração</b>
<i>Qualidade:</i> Absorção	<i>Qualidade:</i> Idealismo
<p><i>Vantagens:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilita o aprendizado por meio de descobertas pessoais;</li> <li>• Proporciona compreensão direta, experiencial e intuitiva;</li> <li>• Incentiva a admiração, a empatia e o amor;</li> <li>• Desenvolve comprometimento pessoal com os ideais ecológicos.</li> </ul>	<p><i>Vantagens:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aclara e fortalece as experiências pessoais;</li> <li>• Eleva o estado de espírito;</li> <li>• Introduce modelos inspiradores da vida de outras pessoas;</li> <li>• Reforça o sentido de união entre os participantes e aproxima o grupo;</li> </ul>

Fonte: adaptado a partir de Cornell (1997, p. 46-47)

Assim, o aprendizado sequencial tem o poder de auxiliar as pessoas a esquecerem as suas preocupações, permitindo que elas se descontraíam, se divirtam e apreciem a natureza, sugerindo que o aprendizado seja por inteiro (corpo e mente), pois o método é, ao mesmo tempo, pedagógico e terapêutico, sendo que diante desse processo (dos estágios) o indivíduo acalma a mente e realiza melhor suas atividades, aprendendo a ouvir, a respeitar os outros e a refletir sobre suas necessidades e seus desejos (CORNELL, 1997; INSTITUTO ROMÃ, 2008b; MENDONÇA, 2000, 2006).

Mediante a apresentação da estrutura e do funcionamento da metodologia do aprendizado sequencial, o que se procurou demonstrar é que o contato com a natureza realizado por meio de um processo educativo sistematizado pode possibilitar o alcance dos objetivos da Educação Ambiental, conforme pontua Dias (1993, 2000), o desenvolvimento da consciência (processo de sensibilização e conscientização), do conhecimento e compreensão, do comportamento, por valores e atitudes, de habilidades e da ação participativa. E, assim, ao mesmo tempo promove uma experiência significativa e reconfortante ao visitante das Unidades de Conservação. Entretanto, isso só é possível a partir do momento em que a visita a esta unidade seja planejada de acordo com o que prevê os programas inseridos em seu plano de manejo.

## Conclusões

O programa de uso público, bem como o programa de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, mediante as propostas desenvolvidas por meio do seu planejamento e do plano de manejo necessitam implantar formas educativas que realmente ofereçam aos visitantes momentos de contato direto com a natureza e momentos de reflexão acerca das questões ambientais.

Pressupondo que grande parte do que se realiza enquanto Educação Ambiental em Unidades de Conservação não consegue atingir o ponto de sensibilização – desenvolvendo as atividades aos visitantes do ponto de vista meramente contemplativo ou puramente informativo – necessitam-se então, de formas específicas de Educação Ambiental que fomentem a sensibilização e a reflexão, como formas de um processo de transformação crítica, nos visitantes. Somente a partir de processos educativos, potencializados por meio de metodologias de Educação Ambiental é que se podem alcançar os objetivos desenvolvidos pelo SNUC, bem como os objetivos da Educação Ambiental.

Assim, o planejamento e o desenvolvimento de processos educativos por meio de atividades turístico-recreativas no âmbito das Unidades de Conservação são passíveis de comporem os critérios estabelecidos pelas diferentes categorias de manejo, bem como pelos planos de manejo e seus programas de uso público, conciliando assim, o uso público com a proteção da natureza.

Isto se deve ao fato desse contato dirigido com a natureza ser permeado por

uma estrutura sistematizada, como por exemplo, a estrutura do aprendizado sequencial, baseada no fluxo de seus estágios, que proporciona a sensibilização de indivíduos em prol da conservação das áreas naturais e estimula a mudança de comportamentos por meio das novas visões de mundo, estabelecidas nas experiências diretas com a natureza. Dessa forma, os programas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação poderiam auxiliar de maneira mais direta e educativa o lazer da população local e o turismo dos visitantes.

A partir dessas considerações, enfatiza-se que como toda atividade humana desenvolvida no âmbito das Unidades de Conservação também há a necessidade de que possa ser monitorada, como forma de verificar e avaliar o grau de impactos nocivos causados prioritariamente nos aspectos ambientais. Pressupõe-se que por se tratar de uma atividade que apenas utiliza a natureza enquanto cenário para o desenvolvimento e a aplicação de atividades lúdico-recreativas, seja considerada de baixo impacto, ocasionando de maneira branda e remediável apenas o pisoteio, a compactação e a abertura de trilhas secundárias.

Por fim, acredita-se que a forma de Educação Ambiental, prioritariamente o Aprendizado Sequencial, tem a possibilidade de auxiliar a gestão das Unidades de Conservação no monitoramento do impacto, já que são atividades de baixo impacto, bem como ser uma das formas de manejo e orientação dos visitantes, tornando-se assim uma importante ferramenta para a gestão, para o monitoramento e para o manejo do uso público, estritamente com características educativas, ou seja, visitas voltadas exclusivamente para contemplação e o contato direto com a natureza, em Unidades de Conservação.

## Referências Bibliográficas

AOKI, H.; ANDRADE, W.J. Programa de uso público e seu papel na conservação da natureza. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba - Paraná. **Anais...** Curitiba: Unilivre, vol. I, 1997, p. 370-377.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 julho 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 abril 1999. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, DF: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dap\\_publicacao/149\\_publicacao26022009041254.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao26022009041254.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de Conservação do Brasil**. Brasília: MMA, 2007a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Informe Nacional sobre as Áreas Protegidas no Brasil**. Brasília: MMA, 2007b. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dap\\_publicacao/149\\_publicacao15122008105137.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao15122008105137.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Turismo. **Turismo nos parques**. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dap\\_publicacao/149\\_publicacao15122008103259.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao15122008103259.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2009.

CASCINO, F. Do turismo convencional ao ecolazer: análise dos fundamentos éticos e estéticos do lazer associado à natureza. **CEDEC**: debates socio ambientais, ano III, nº9, p. 08-10, mar./jun., 1998.

CORNELL, J. **Brincar e aprender com a natureza**: um guia sobre a natureza para pais e professores. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Editora SENAC São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **A alegria de brincar com a natureza**: atividades na natureza para todas as idades. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Editora SENAC São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Vivências com a natureza**: guia de atividades para pais e educadores. São Paulo: Aquariana, 2005.

\_\_\_\_\_. **Vivências com a natureza 2**: novas atividades para pais e educadores. São Paulo: Aquariana, 2008.

DIAS, G.F. A Educação Ambiental: valores humanos e estilos de vida sustentáveis. **Boletim Informativo**: desenvolvimento urbano e meio ambiente, ano 2, n.11, p. 02-03, jul./ago. 1993.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

FENNELL, D. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FURIHATA, S.I. O desafio do movimento Sharing Nature na Educação Ambiental contemporânea. *In*: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O desafio do movimento *Sharing Nature* na Educação Ambiental contemporânea. **Série Documentos Técnicos**. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006, p. 09-15.

INSTITUTO ROMÃ. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.institutoroma.org.br>>. Acesso em: 11 mai. 2008a.

INSTITUTO ROMÃ. **Fundamentos**. Disponível em: <<http://www.institutoroma.org.br>>. Acesso em: 04 set. 2008b.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.9, n.1, p. 41-64. Jan./Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2009. ISSN: 1414-753X.

MENDONÇA, R. A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. *In*: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e Educação Ambiental. São Paulo: Chronos, 2000, p. 135-154.

\_\_\_\_\_. A proposta da *Sharing Nature* do Brasil. *In*: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O desafio do movimento *Sharing Nature* na Educação Ambiental contemporânea**. Série Documentos Técnicos. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006, p. 16-20.

MILANO, M.S. Planejamento de Unidades de Conservação: um meio e não um fim. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba - Paraná. **Anais...** Curitiba: Unilivre, vol. I, 1997, p. 150-165.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

RAMOS, M. Aventura e turismo de aventura: faces mutantes. *In*: TRIGO, Luiz G. G. (Edit.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005, p. 469-479.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, .A. Ecoturismo: limites do eco e da ética. *In*: RODRIGUES, .A. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-45.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SERRANO, C. A educação pelas pedras: uma introdução. *In*: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e Educação Ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000a, p. 07-24.

SHARING NATURE FOUNDATION. **Country Coordinators**. Disponível em: <<http://www.sharingnature.com/CountryCoordinators.html>>. Acesso em: 09 nov. 2008c (tradução nossa).

\_\_\_\_\_. **Flow learning™**. Disponível em: <<http://www.sharingnature.com/FlowLearning.html>>. Acesso em: 09 nov. 2008b (tradução nossa).

\_\_\_\_\_. **Sharing Nature Foundation**. Disponível em: <<http://www.sharingnature.com>>. Acesso em: 09 nov. 2008a (tradução nossa).

TAKAHASHI, L.Y. *et al.* Uso público em Unidades de Conservação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba - Paraná. **Anais...** Curitiba: Unilivre, vol. I, 1997, p. 587-594.

TAKAHASHI, L.Y. Uso público em Unidades de Conservação. **Cadernos de conservação**, Curitiba, v.2, n.2, 2004. 40 p.

NOTAS:

<sup>1</sup> Artigo apresentado com recursos fornecidos pela Fundunesp – Fundação para o Desenvolvimento da Unesp.

<sup>2</sup> Educador participante da 10<sup>ª</sup> Oficina de Formação de Educadores Multiplicadores do Aprendizado Seqüencial (julho 2007) promovida pela Associação Brasileira de Vivências com a Natureza – Instituto Romã.

<sup>3</sup> Medeiros (2006) analisa a trajetória e a evolução dos principais instrumentos políticos utilizados para proteção, criação e implantação das áreas naturais protegidas no Brasil, ao longo de seu período republicano, chegando a conclusão de que o SNUC, apesar de suas falhas, representa um inegável avanço a consolidação das áreas naturais brasileiras.

<sup>4</sup> Apesar de mencionar o termo turismo ecológico esta produção indis põe do intuito de estabelecer significativas distinções acerca da segmentação de turismo em áreas naturais e de suas conseqüentes classificações (turismo de natureza, ecoturismo e turismo de aventura) como propõem Fennel (2002) e Ramos (2005).

<sup>5</sup> As atividades turísticas realizadas em áreas naturais estão inseridas no contexto da segmentação turística representada pela classificação / tipologia de ecoturismo, sendo uma rotulação ampla e indiscriminada, uma espécie de idéia ‘guarda-chuva’, para contemplar um conjunto variado e pouco definido de atividades e de atitudes relacionadas ao turismo e aos ambientes naturais conservados. Nesse sentido, pode-se descrever as seguintes atividades inseridas nesse contexto: caminhada, mergulho, canoagem e *rafting*, voo livre, rappel, canionismo e cachoeirismo, montanhismo e escala, ciclismo, espeleologia, cavalgadas, acampamento, entre outras (BRASIL, 2006; PIRES, 2002; SERRANO, 2000).

<sup>6</sup> Termo traduzido do inglês *Flow Learning* e utilizado até o presente momento para representar o denominado ‘fluxo de aprendizado’.

<sup>7</sup> Normalmente dirigida pela presença e atuação de um educador na natureza, que tenha como princípios: ensinar menos e compartilhar mais; ser receptivo e sensível; concentrar a atenção dos participantes; observar e sentir primeiro e falar depois; e criar um clima de alegria que prevaleça durante toda a experiência (CORNELL, 1996 e 2005).

**Fernando Protti Bueno:** Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Câmpus Rosana (UNESP)

Email: fernando@rosana.unesp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2008211573437117>

Data de submissão: 01 de novembro de 2009.

Data do aceite: 12 de dezembro de 2009.

## **Envolvimento Comunitário no planejamento do Uso Público do Parque Nacional do Pau Brasil: ações para o desenvolvimento humano das comunidades rurais e guias regionais do entorno**

*Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira*

### **RESUMO**

O Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB) está localizado no município turístico de Porto Seguro no extremo sul da Bahia, esta unidade de conservação (UC) por não possuir um plano de manejo e um programa de uso público não é aberta para visitação. Este artigo foi construído utilizando técnicas de observação participante e aplicação de questionários mistos com a finalidade de descrever e refletir sobre as ações iniciais do processo de construção participativa do uso público no PNPB e entorno, promovidas pelo PNPB/ICMBio, Projeto Corredores Ecológico (PCE/BA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estas ações tiveram como objetivo iniciar uma co-responsabilidade no planejamento do uso público desta UC realizando oficinas para qualificação de condutores de visitantes do PNPB e entorno, com guias regionais e comunidades rurais, que utilizaram técnicas participativas visando o desencadeamento de mudanças de pensamentos e atitudes individuais e coletivas sobre as temáticas abordadas. Estas resultaram na potencialização de inserção, através de um processo de desenvolvimento humano, de dois agentes sociais na gestão do uso público do PNPB: os guias regionais de Porto Seguro e comunidades rurais do entorno da UC. A reflexão sobre os resultados alcançados com estas ações de desenvolvimento humano oportunizaram indicações de atividades necessárias para continuidade deste processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Uso Público, Condutores Visitantes, Gestão Participativa

***Community Involvement in Planning the Use Public Pau Brasil National Park: Action for Human Development of the Rural Community and Regional Guides in Surrounding Protected Area.***

### **ABSTRACT**

The Pau Brasil National Park (PBNP) is located in the tourist town of Porto Seguro in the extreme south of Bahia, Brazil; this protected area (PA), for not having a management plan and a program for public use, is not open to visitors. This article was built by using methods of participative observation and application of questionnaires with a view to describing and reflecting on the actions of the process of participatory construction of public use in and around PBNP, promoted by PBNP/ICMBio, Ecological Corridors Project (ECP/BA) and United Nations Development Program (UNDP). These actions had the objective of starting a co-responsibility in the planning of public use of this PA by conducting workshops for the training of guides of visitors PBNP and the surrounding, with regional guides and rural communities, using participatory techniques with the objective of triggering changes in individual and collective thoughts and attitudes on the issues addressed. These resulted in the enhancement of inclusion, through a process of human development, of two social agents in the management of the public use of PBNP: the regional guides in Porto Seguro and the rural communities surrounding the PA. The reflection on the results achieved with these actions of human development subsidized indications of activities necessary to the continuity of the process.

**KEYWORDS:** Public Use, Visitor Guide, Management Plan.

## 1. Introdução

Os Parques Nacionais são Unidades de Conservação (UC) federais de proteção integral, que de acordo com o art. 11º da Lei No 9.985 e Decreto No 4.340, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), tem como objetivo:

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2002, p.14).

Nesta categoria, de UC de acordo com o Parágrafo 2º do Art. 11 do SNUC “a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade” (BRASIL, 2002, p.14).

O Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB) foi criado em 1999, pelo Decreto s/n de 20 de abril deste ano, possui 11.538 hectares e 70 quilômetros de perímetro situado no município de Porto Seguro no extremo sul da Bahia. O principal objetivo da área é proteger um importante remanescente de Mata Atlântica que possui fitofisionomia predominante de Ombrófila Densa com a presença de espécies endêmicas da Mata Atlântica e protegidas legalmente no Brasil sendo uma área prioritária para conservação na região pela sua integridade e qualidade ambiental (IESB, 2002). Esta biodiversidade junto ao relevo e paisagem apresenta potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo<sup>1</sup> como beleza cênica, quedas d’água, rios e trilhas.

O município de Porto Seguro em sua sede e nos distritos Arraial D’Ajuda e Trancoso e no povoado Caraíva tem como uma das principais atividades socioeconômicas o turismo. De acordo com o governo estadual e federal (PRODETUR NE II, 2002) o município está inserido em uma área prioritária para o desenvolvimento do turismo, denominada Pólo de Turismo do Descobrimento<sup>2</sup>. O turismo neste pólo, por razão de sua importância ambiental e cultural, deve ser planejado para servir como fonte e distribuição de renda, instrumento de melhorias sociais para população local e incentivador da conservação dos patrimônios naturais e culturais (PRODETUR NE II 2002, 2003).

Ainda neste município, existem cinco localidades que possuem comunidades com estreitas relações socioculturais e econômicas no meio rural tendo muitas vezes suas propriedades e/ou trabalhos fazendo fronteira com a área do PNPB. Estas cinco localidades são: Vale Verde, Projeto Vale Verde, Coqueiro Alto, Vera Cruz e Boa Esperança.

O PNPB até o momento não possui um plano de manejo, documento técnico onde estabelece o zoneamento da UC e as normas de uso e manejo da área (BRASIL, 2002). A ausência deste documento impossibilitou até o momento a implantação do uso público e o desenvolvimento do ecoturismo no PNPB. Empresários e

prestadores de serviços de turismo do município de Porto Seguro vêm questionando o órgão responsável pela UC sobre o impedimento do desenvolvimento das atividades turísticas, argumentando que a atividade poderia proporcionar melhorias socioeconômicas na região (OLIVEIRA, 2008).

Os Parques Nacionais de acordo com o capítulo V do SNUC poderão ter um conselho consultivo, formado por representações de órgãos públicos e da sociedade civil organizada atuantes na região, com a competência de participar da elaboração, implementação e revisão do plano de manejo da UC. O PNPB possui um conselho consultivo com a participação de membros de associações representantes das comunidades rurais, das empresas e prestadores de serviço de turismo do entorno. Estes vêm fortalecendo a urgência da elaboração do plano de manejo do PNPB, enfatizando a necessidade deste documento para o desenvolvimento do ecoturismo no interior da UC.

O Ministério do Meio Ambiente em 2006 elaborou as Diretrizes para Visitação em UC's no Brasil com o objetivo de apresentar um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas, para servir de norte no planejamento e ordenamento da visitação nestas áreas. Neste documento apresentam diretrizes que enfatizam a necessidade da participação da comunidade local e dos diferentes atores sociais envolvidos diretamente na questão da UC:

Promover e fortalecer a participação e a co-responsabilidade dos atores interessados no planejamento e gestão da visitação, incluindo comunidade local, entidades representativas dos praticantes de atividades recreativas, operadores de turismo, associações locais, entre outros.(BRASIL, 2006, p.16).

No PNPB as comunidades rurais, os empresários e prestadores de serviços do turismo residentes e atuantes no entorno da UC, buscam a implantação do uso público como nova opção de trabalho e renda, sem apresentar conhecimento e reflexão sobre a importância da elaboração e implantação do plano de manejo e especificamente o programa de uso público, parte integrante do plano, como condicionante para conservação da área e sustentabilidade<sup>3</sup> da própria visitação que poderá iniciar. Este fato resulta em um processo de participação falho, que cumpre apenas a exigência legal, mas não se apresenta como uma proposta de construção participativa com co-responsabilidade dos atores interessados. Ao mesmo tempo o órgão gestor da UC, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), desconhece o funcionamento das atividades turísticas de Porto Seguro e as características socioculturais da comunidade rural do entorno ocasionando uma lacuna que atrapalha elaborar ações que promovam o envolvimento efetivo destes diferentes atores no planejamento do uso público.

Considerando os objetivos de conservação do PNPB, a sustentabilidade da visitação e o ecoturismo nesta área pública, a importância econômica do turismo na re-

gião, as relações espaciais estreitas das comunidades rurais do entorno com a UC observa-se a necessidade de desenvolver um trabalho de gestão coletiva deste patrimônio natural público no que diz respeito à atividade de visitação. De acordo com Lima (2001) a gestão coletiva é um processo que envolve a participação desde a discussão, planejamento, implantação, gerenciamento, monitoramento e avaliação oportunizando a elaboração coletiva de políticas públicas ambientais e de desenvolvimento.

O Projeto Corredores Ecológicos<sup>4</sup> (PCE) em 2007 junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a pedido do ICMBio/PNPB e aprovação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Bahia<sup>5</sup>, financiaram duas consultorias: uma para capacitação de condutores de visitantes no PNPB e entorno envolvendo guias regionais<sup>6</sup> que já atuam na condução de turistas na região e comunidades rurais do entorno da UC; a outra consultoria foi direcionada a capacitação de agentes de viagem do município de Porto Seguro na elaboração e formatação de roteiros ecoturísticos no entorno do PNPB.

Os analistas ambientais do ICMBio/PNPB avaliaram que o momento era oportuno para iniciar, através destas ações de desenvolvimento humano, um processo de gestar participativamente o uso público da UC.

## **2. Objetivo**

Este trabalho visa apresentar a metodologia e os resultados e discussões sobre o processo de elaboração participativa do planejamento do uso público do PNPB, iniciado através de ações de desenvolvimento humano que envolveram comunidades rurais e guias regionais do entorno desta UC.

## **3. Metodologia: ações e métodos para capacitação de condutores de visitantes do PNPB e entorno**

O ofício de condutores de visitantes em UC's existe em diversas regiões do país, já há alguns anos. Em documentos e programas do governo federal como as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação e o Programa de Normalização do Turismo (ABNT/MTur<sup>7</sup>) o condutor é recomendado como importante profissional do turismo nestas áreas. Mesmo com este reconhecimento ainda existem problemas na regularização e conquista de espaço desta função na cadeia produtiva<sup>8</sup> do Turismo, mais este problema, pela sua complexidade, é importante ser tratado em outro trabalho com foco específico para o assunto. Ressalto apenas que de acordo com as diretrizes para visitação em UC's (MMA, 2006) o condutor de visitantes em UC's tem um importante papel na experiência do visitante, proporcionando incremento educativo, interpretativo, e segurança durante a visita.

Foram realizadas reuniões para elaboração e discussão do projeto pedagógico das oficinas com os servidores públicos da UC e os membros do seu conselho consultivo. Durante a construção participativa do projeto pedagógico foi decidido que era necessário realizar atividades didáticas e aplicação de técnicas participativas em formato de oficinas direcionadas para comunidade rural e outras para os guias regionais por tratarem de públicos diferenciados tanto no tipo de conhecimentos que possuíam como modo de aprendizagem e de interesses a respeito da visita no PNPB com previsão ao final do trabalho de uma oficina que unissem os dois públicos e mais um terceiro, as agências de viagem e turismo participantes da outra consultoria, para a construção de um produto final que integrasse os diferentes conhecimentos, pontos de vistas e interesses.

Foi realizada uma oficina, direcionada para os guias regionais, durante o período de 3 dias totalizando vinte quatro horas de duração, com a participação de dezesseis oficinairos, dividido em dezesseis horas de atividades em sala de aula e 8 horas em campo especificamente nas áreas de Mata Atlântica no entorno do PNPB. A oficina direcionada às comunidades rurais ocorreu durante o período de 5 dias com trinta e duas horas de duração e envolveu a participação de vinte e oito membros das comunidades rurais. As atividades foram divididas em dezesseis horas em sala de aula e dezesseis horas em campo nas áreas de Mata Atlântica e nos povoados do entorno do PNPB.

Durante as oficinas foram utilizadas técnicas participativas para a transmissão e obtenção de informações, provocação de reflexões sobre as condições socioambientais do PNPB e entorno, e envolvimento da co-responsabilidade e participação do planejamento da visita do PNPB. Estas técnicas visam o desencadeamento de mudanças de pensamentos e atitudes individuais e coletivas sobre as temáticas abordadas. As técnicas utilizadas foram baseadas na descrição de Drumond (2002) com adaptações necessárias para a localidade e temas trabalhados. Foram utilizadas as seguintes técnicas: exposição dialogada, apresentação de slides sobre temas chaves, tempestade de idéias, dinâmicas de sensibilização ambiental, travessia (desenho de roteiros), matriz de opções.

Baseados na pesquisa bibliográfica (GIL, 1987) realizada sobre o PNPB e visita em UC's, e nas reuniões com o conselho consultivo do PNPB, os temas escolhidos e abordados nas oficinas foram: ecologia, meio ambiente e UC's: histórico, conceitos e legislação; PNPB e o seu ecossistema, introdução ao ecoturismo, técnicas de condução de visitantes em trilhas, técnicas de interpretação ambiental, monitoramento de impacto socioambiental na visita, planejamento e manejo de trilhas na Mata Atlântica, planejamento da visita em UC's.

Durante as oficinas foi aplicada a técnica de observação participante (JONES, 1993) classificada como participante observador (GOLD, 1958) com objetivo de compreender e interpretar as experiências ocorridas com os atores sociais envolvidos neste processo inicial.

Foram elaborados e aplicados, ao final das oficinas, questionários mistos (ALENCAR, 2003) com o objetivo de levantar o perfil profissional dos oficinairos e conhecer suas opiniões sobre as ações futuras necessárias para o planejamento do uso público no PNPB.

#### **4. Resultados e Discussões das oficinas de condução de visitantes no entorno do PNPB**

Os locais para as atividades em campo foram: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Veracel, Reserva Indígena Aldeia Velha (etnia Pataxó) e ruas históricas do povoado Vale Verde.

##### **a) Oficinas guias regionais**

Durante as oficinas ocorreram discussões e reflexões sobre o turismo no município onde foi demonstrado o interesse dos participantes em diversificar os roteiros turísticos de Porto Seguro, o que poderia aumentar e diversificar o público na região, enfatizando que as potencialidades ecoturísticas nas áreas naturais do município não fazem parte dos roteiros e quando fazem são trabalhadas com banalização e massificação dos serviços. As causas apontadas foram que por razão da tipologia turística desenvolvida é o turismo sol e praia os empresários do turismo e o poder municipal local desconhecem e/ou não acreditam em novas oportunidades. Apontaram que este fato limitaria e dificultaria o planejamento e a sustentabilidade do turismo no PNPB.

Foi observada, nos resultados obtidos com as aplicações das técnicas participativas, a necessidade de um fortalecimento organizacional dos guias regionais no intuito da conquista de espaço e representatividade no setor turístico da região podendo demonstrar o valor e a qualidade dos seus trabalhos e propor novas ações para o turismo na região.

As atividades realizadas em espaço interno e externo resultaram, além dos conhecimentos adquiridos sobre condução de visitantes em UC's, na sensibilização dos guias regionais participantes em pensar e planejar o turismo não só em áreas naturais como também em todo o município com princípios e objetivos de sustentabilidade e que para isso concluíram que são necessárias ações de envolvimento e compromisso de diferentes atores inclusive deles que assumiram terem problemas de organização dificultando a representação e as conquistas dos objetivos individuais e coletivos.

##### **b) Oficinas comunidades rurais**

Os participantes da comunidade rural apresentaram conhecimentos locais sobre a Mata Atlântica e a história dos povoados em que residem demonstrando uma ótica diferenciada dos guias regionais, sobre os patrimônios naturais e culturais da

área, fator que precisa ser considerado e ressaltado nas suas características profissionais de condutor o que poderá valorizá-los nesta função. Este conhecimento popular constatado foi utilizado durante aplicações das técnicas participativas, como instrumento de envolvimento maior dos oficinairos sobre os temas socioambientais trabalhados, fazendo uma relação com a memória e identidade social.

A etapa da oficina realizada na Reserva Indígena Aldeia Velha os oficinairos observaram como o conhecimento popular da Mata Atlântica e da história local enriquece o trabalho na condução de visitantes. Nesta foi trabalhada a técnica da travessia onde foi possível desenhar roteiros em trilhas que os condutores identificaram a oportunidade de apresentar os seus conhecimentos e características histórico-culturais integrada com as curiosidades do ambiente natural durante o trabalho de condutor. Esta percepção obtida serviu para desenvolver em grupo um trabalho de planejamento de roteiros ecoturísticos em trilhas da Mata Atlântica. Os roteiros que resultaram do trabalho foram utilizados na oficina de encerramento junto com as agências de turismo participantes deste processo inicial.

Ao final da oficina foi identificado, através de avaliações, o aprimoramento do conhecimento sobre técnicas de condução e o uso público em UC's. Os participantes demonstraram aptidão e interesse em exercer a profissão ressaltando a necessidade de realizarem cursos de primeiros socorros e resgate em áreas remotas, e criarem uma associação como forma de organização e fortalecimento para a conquista de espaço na região como condutores de visitantes.

### **c) Oficina com as agências de turismo da região**

A oficina teve a finalidade de oportunizar um encontro para trocas produtivas entre os atores envolvidos neste processo de capacitação em ecoturismo, promovido pelo PNPB e os apoios dos parceiros, através da realização de um exercício que instigou a necessidade de inventariar e planejar o uso sustentável dos recursos turísticos naturais e culturais do PNPB e entorno, envolvendo a comunidade rural e local representada pelos condutores e guias regionais, e as empresas de turismo da região, representadas pelos agentes de viagem, sendo estes inicialmente os principais interessados na implantação do ecoturismo nesta UC.

Os produtos finais desta oficina demonstraram a compreensão básica do planejamento de atividades ecoturísticas em um Parque Nacional e entorno e serviu como fonte de informações para o ICMBio/PNPB utilizar no envolvimento destes atores no planejamento do uso público.

### **d) Perfil profissional dos oficinairos**

Os dados coletados sobre o perfil dos oficinairos servem como informações vá-

lidas para ICMBio/PNPB conhecer os atores que necessitam serem envolvidos no planejamento do uso público do PNPB.

**Perfil guias regionais:** 70% possuem mais de 5 anos de experiência, 15 % de 3 a 5 anos e 15% de 1 a 3 anos; 100% atuam nos atrativos recife de fora e centro histórico de Porto Seguro, 70% manguezais e rios e 30% em trilhas da Mata Atlântica; 60% trabalham como autônomo sem vínculo com nenhuma agência de turismo, 20% com vínculo e 20% outros.

Importante ressaltar o dado que apresenta apenas dois atrativos no qual todos os guias entrevistados atuam, demonstrando oportunidades de diversificação nas experiências do guia e nos roteiros mais vendidos em Porto Seguro, fortalecendo os apontamentos feitos pelos guias regionais durante as oficinas sobre o mercado limitado, comparando com as potencialidades existentes na região.

**Perfil comunidade rural:** as profissões apresentadas foram: 30 % agricultor, 20 % brigadista (combate a incêndio florestal), 20 % pescadores e 30% estudantes. As principais expectativas dos oficineiros como condutores foram: 40% trabalho, 30 % resgatar e interpretar os fatores histórico-culturais da região em que vivem para os visitantes; 20% aprendizagem com a natureza; 10% apoio institucional para organização social da comunidade rural como condutores do PNPB.

### **e) Envolvimento dos condutores na gestão do uso público da UC**

Com o questionário aplicado no final da oficina foi levantado quais são as sugestões dos oficineiros sobre as ações a serem feitas visando gestão coletiva do uso público do PNPB. As sugestões foram: participação efetiva das comunidades do entorno e do conselho consultivo em todas as etapas, capacitar a comunidade sobre a temática UC e ecoturismo para a participação mais efetiva e produtiva, objetivar no planejamento a geração e distribuição de renda local, diversificar as opções recreativas para os visitantes, trabalhar o planejamento da interpretação ambiental nas trilhas utilizando temas da história e cultura da região, ordenamento turístico através do cadastramento das agências e guias/condutores que passaram pelas capacitações realizadas sendo permitida a operação e execução das atividades turísticas apenas por estes, identificar as singularidades do PNPB.

Resultados obtidos com as ações de desenvolvimento humano envolvendo diferentes atores sobre uma mesma temática, ecoturismo em UC's, fortalece um processo que Lopes (2006) denomina por "ambientalização" que corresponde a interiorização das questões ambientais como questão pública neste caso destas comunidades rurais, empresários e profissionais do Turismo que residem e trabalham no entorno do PNPB e pouco sabiam e refletiam sobre as relações estreitas entre melhoria socioeconômica e conservação ambiental.

A mobilização e envolvimento destes atores foram fortalecidas pelas atividades relacionarem a história e cultura local da região, principalmente junto às comunidades rurais, o que facilitou a participação e o sentimento de pertencimento na construção deste processo inicial (LOPES, 2006).

## 5. Conclusão

Os trabalhos realizados, através das oficinas de capacitação, iniciaram o envolvimento de três atores sociais na gestão do uso público do PNPB. Os atores já envolvidos profissionalmente com o Turismo demonstraram-se descontentes com o turismo da região principalmente por sua tipologia de sol e praia e características massificantes e exploradoras tanto do turista quanto dos profissionais da cadeia produtiva do setor. Com as informações e ações construídas durante as oficinas foi reconhecido que para mudança desta situação profissional é necessário união e organização dos guias regionais buscando representatividade no setor. Sobre as transformações sugeridas como necessárias para sustentabilidade do turismo em Porto Seguro e futuramente no PNPB, foi destacado a necessidade de envolvimento maior dos atores dos poderes públicos municipais e estaduais, empresários do setor e comunidade local organizada e que para isto são necessárias ações de desenvolvimento humano, como esta realizada, e construção participativa de políticas públicas direcionadas para democratização do setor turístico, ambiental e cultural de Porto Seguro.

Ao final do trabalho foi possível sugerir ações para o andamento no processo iniciado de gestão participativa do uso público no PNPB:

- Priorizar a continuidade da capacitação e a integração com a UC dos condutores envolvidos neste processo oportunizando suas participações no planejamento e implantação do uso público do PNPB;
- Planejar com a participação dos condutores o uso dos atrativos naturais e culturais considerando os conhecimentos populares e a cultura das comunidades rurais do entorno para elaboração dos temas interpretativos e as atividades ecoturísticas a serem realizadas;
- Incentivar os elementos culturais das comunidades rurais do entorno integrando estes aos atrativos ecoturísticos do PNPB;
- Promover ações que divulguem a importância e discutam as ações necessárias para o planejamento e implantação do ecoturismo na região e no entorno do PNPB;
- Apoiar a viabilização de capacitações contínuas e graduais dos condutores referentes à segurança dos visitantes como primeiros socorros e resgate em áreas remotas e que estes sejam adaptados ao grau de conhecimento do público e a realidade da infra-estrutura de atendimento hospitalar da região;

- Elaborar com a participação dos condutores um plano de emergência para visita-ção do PNPB;
- Apoiar a capacitação dos condutores em planejamento e manejo de trilhas em Ma-ta Atlântica, viabilizando sua participação no planejamento, implantação e manuten-ção das trilhas no PNPB;
- Promover capacitações específicas para os condutores do PNPB que contemplem o conhecimento popular e científico sobre os atrativos e as atividades possíveis de serem realizadas neles, como também as regras e condutas estabelecidas para visita-ção nestes;
- Incentivar a organização dos condutores de visitantes do PNPB;
- Considerar a necessidade de cadastramento de todos os condutores que queiram atuar no PNPB;
- Estabelecer critérios mínimos no plano de uso público para o cadastramento dos condutores e que estes contemplem a necessidade de capacitações específicas já iniciadas neste processo;
- Promover a integração das agências de turismo participantes deste processo com os condutores facilitando parcerias enriquecedoras para ambas as partes e o planeja-mento integrado do uso público do PNPB;
- Incentivar a elaboração de roteiros ecoturísticos que integrem os atrativos do PNPB com o seu entorno fomentando a geração e distribuição de renda para as loca-lidades rurais de entorno e oportunizando a diversificação recreativa e educativa na experiência do visitante;
- Divulgar e incentivar aos agentes de viagens e os visitantes sobre a importância de realizar visitas ao PNPB acompanhados dos condutores, promovendo assim a o-portunidade de trabalho e geração de renda a estes e a superação das expectativas e a sensibilização ambiental dos visitantes;

Estabelecer no plano de uso público métodos participativos de monitoramento de im-pactos socioambientais que incluam a participação dos condutores.

## **6. Referências Bibliográficas**

ALENCAR, E. **Pesquisa Social e Monografia**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.109p.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002. Institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. 5. Ed. Aum. Brasília: MMA/SBF, 2002. 56p.

DRUMOND, M. A. **Participação comunitária no manejo de Unidades de Conserva-ção: manual de técnicas e ferramentas**. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de

Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOLD, R. L. Roles in sociological field observations. **Social forces**, v.36, n.3, p.217-223, mar. 1958.

IESB. **Abordagens ecológicas e instrumentos econômicos para o estabelecimento do corredor do descobrimento**. Ilhéus – BA: PROBIO/MMA, 2002.

JONES, P. **Studying society: sociological theories and research practices**. Londres: Collins, 1993.

LIMA, R. B. O Princípio da Participação em Gestão Ambiental: A fronteira entre gerir e gestar. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2001, Belém. **Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, 2001.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p.31-64, jan./jun. 2006

BRASIL. MMA . **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2006, 70p.

BRASIL. MTur. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

OLIVEIRA. C. A. F. **Relatório Técnico: oficina de condutores de trilhas na Mata Atlântica e do Parque Nacional do Pau Brasil**. Porto Seguro: PNUD/PCE, 2007.

PCE. **Síntese do processo de definição e planejamento dos corredores prioritários no Espírito Santo**. Cariacica: PCE, 2006.

PRODETUR NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa do Descobrimento**. Fundação Getúlio Vargas/HVS International/Governo do Estado da Bahia. São Paulo, 2002.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-55.

TOMELIN, C. A. **Mercado de agências de viagens e turismo: Como competir diante das novas tecnologias**. São Paulo : Aleph, 2001.

NOTAS:

<sup>1</sup> Segmento turístico realizado em patrimônios naturais e culturais, que incentiva sua conservação e a formação de uma consciência ambientalista, promove o bem-estar das populações envolvidas (MICT/MMA, 1994).

<sup>2</sup> O Pólo Turístico do Descobrimento é formado pelos municípios da área costeira do extremo sul da Bahia onde o zoneamento foi realizado durante o a implantação do P-PRODETUR/NE com a finalidade de integrar a cadeia produtiva do Turismo das zonas turísticas do estado da Bahia (PRODETUR/NE II 2002, 2003 ).

<sup>3</sup> O termo sustentabilidade e desenvolvimento sustentável referidos neste trabalho está baseado nas cinco dimensões do ecodesenvolvimento apontado por Sachs (1993): sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

<sup>4</sup> Projeto do MMA junto com os órgãos ambientais dos estados participantes que tem como objetivo reduzir a fragmentação dos remanescentes florestais, através do aumento da conectividade entre eles (PCE, 2006).

<sup>5</sup> Instância de deliberações de ações planejadas pelo PCE/BA (PCE, 2006).

<sup>6</sup> Profissional do Turismo que, devidamente cadastrado no órgão oficial de Turismo (nacional/estadual), exerça atividade de acompanhar, orientar e transmitir informações a turistas e grupos de visitantes, em todo território do Estado da Bahia.

<sup>7</sup> Programa entre o Ministério do Turismo (MTur) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tem o objetivo de estabelecer participativamente as normas e regras para o correto desenvolvimento das diferentes atividades turísticas no Brasil podendo fundamentar a certificação de produtos turísticos no país (MTur, 2005).

<sup>8</sup> Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (apud Tomelin, 2001) conceitua a cadeia produtiva como: “o conjunto de atividades (elos) que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final”.

**Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira:** Mestrando em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

Email: cferrazgp99@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1561110382196376>

Data de submissão: 17 de outubro de 2009.

Data do aceite: 04 de dezembro de 2009.

## **Políticas públicas e participação social: perspectivas de turismo sustentável em Vargem (SP)**

***Almerinda Antonia Barbosa Fadini, Evandro da Silva Fermino, João Luiz de Moraes Hoefel, Cristiane Ferráz e Silva Suarez***

### **RESUMO**

O turismo desempenha um importante papel na proteção de Unidades de Conservação, tendo como um dos grandes desafios a implementação de uma gestão baseada na participação social, na ética e na sustentabilidade dos seus recursos naturais. Neste sentido, o município de Vargem-SP que está inserido na Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira, busca consolidar a atividade turística como uma fonte de renda mais sustentável e complementar para o município. Este artigo, que é parte integrante de uma pesquisa financiada pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, trata das articulações que vem ocorrendo em Vargem, voltadas para estimular uma maior participação dos diversos atores sociais nas políticas públicas locais, em especial, as relacionados ao turismo. A metodologia foi baseada na coleta de dados com os diferentes atores e em pesquisas de campo de forma a identificar as características do município e da comunidade local. Os resultados obtidos até o presente momento denotam que existem diversos atrativos naturais e culturais na localidade, porém, a população não os percebe como potenciais para incrementar as atividades turísticas e outra constatação é a incipiente participação desta nos processos decisórios de Vargem-SP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo Sustentável, Participação Social, Políticas Públicas.

***Public Policies and Social Participation: Perspectives on Sustainable Tourism in Vargem - SP, Brazil***

### **ABSTRACT**

Tourism plays a key role in the protection of conservation areas, having as one of the greatest challenges the implementation of a management plan based on social participation, ethics and sustainability of the natural resources. In this sense, the municipality of Vargem - SP, Brazil, which is part of the Cantareira System Environmental Protected Area, seeks to consolidate tourism activity as a sustainable and complementary source of local income. This article, which is part of a research funded by FAPESP (São Paulo State Research Fund), studies the articulations in Vargem -SP that stimulate a greater participation of the diverse social actors in local public policies, in particular those related to tourism. The methodology was based on data collection with several social actors and with field surveys in order to identify the characteristics of the region and the local population. The results obtained so far denote that there are several natural and cultural attractions in the locality, however, the population does not perceive them as potential to increase tourism activities and another finding is the incipient participation of the local people in decision-making process of Vargem – SP.

**KEYWORDS:** Sustainable Tourism, Social Participation, Public Policies.

## Os movimentos ambientalistas e o processo de participação

A participação social nos movimentos ambientalistas vem se intensificando nos últimos anos no Brasil e no mundo em decorrência de diversos fatores como o agravamento da crise ambiental, o acesso aos meios de comunicação e a sensibilização e a necessidade de se posicionar frente a problemática socioambiental e buscar de forma coletiva soluções.

Estes movimentos se acentuaram especialmente a partir da década de 1960, possibilitando extraordinárias repercussões e mudanças de conceitos e de atitudes, sendo que dentre as articulações e ações destacam-se as relacionadas aos encontros e conferências mundiais voltados para a sustentabilidade ambiental. No entanto, é importante destacar que estes eventos retrataram, respeitando as suas especificidades, os diferentes interesses econômicos relacionados com esta questão.

Na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo em 1972, durante a sua preparação, apareceram duas posições apostas, uma denominada dos *catastróficos* que segundo Sachs (2000), era considerada como pessimista e anunciava o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico – ou pelo menos o crescimento do consumo – não fossem estagnados (defensores do crescimento zero); idéias estas derivadas do estudo desenvolvido pelo Clube de Roma, denominado *Limites do Crescimento*, e as assumidas entre os que previam abundância dos recursos naturais (chamados também de defensores do desenvolvimento a qualquer custo), acreditando que as preocupações eram descabidas e que atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização (SACHS, 2000; BRUSEKE, 1998).

Para Furtado (1974), no que diz respeito ao Clube de Roma, não era o caso de concordar com todos os aspectos metodológicos e conclusões desse estudo, e sim destacar o mérito das primeiras discussões em torno da destruição dos recursos naturais, em especial os não-renováveis, durante todo o processo de civilização por determinados países, questões que, segundo o autor, os economistas do desenvolvimento econômico sempre trataram de deixar à sombra.

Furtado destaca ainda que os dados desse relatório confirmavam a grande dependência e consumo dos países altamente industrializados por recursos naturais dos demais países, os quais em sua maioria eram subdesenvolvidos. Deste modo, para o autor, a visão de vários economistas que defendiam que o progresso dos países do terceiro mundo ocorreria mediante a reprodução dos sistemas adotados pelos países que lideraram a sociedade industrial, ou seja, através do acúmulo do capital e dos investimentos nos meios tecnológicos, reforçavam “o mito de um desenvolvimento econômico”, o qual, segundo o autor, não considerava as consequências da tese do crescimento, que se expressavam em diversos e significativos impactos socioambientais e culturais.

O relatório *Limites do Crescimento* alertava que se o conceito de desenvolvi-

mento econômico chegasse a concretizar-se, isto é, se as formas de vida dos povos ricos universalizassem, a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria em um colapso (FURTADO, 1974; BRUSEKE, 1998).

A partir destas discussões, durante a Conferência em Estocolmo, estas posições extremistas foram descartadas e iniciou-se a formulação de novos paradigmas, como a ideia de um outro desenvolvimento, fundado no conceito de desenvolvimento sustentável. Este debate envolveu os representantes de mais de 100 países e de 250 organizações não governamentais que a partir de diferentes interesses participaram e defenderam posições em nome de cidadãos numa esfera global.

Embora o novo conceito tenha sido debatido em Estocolmo, apenas em 1987 é que foi apresentado o documento *Nosso Futuro Comum*, considerado como um dos mais importantes sobre a questão ambiental, formulado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMA, no qual se define o termo desenvolvimento sustentável, como: “aquele que responde às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras”, estabelecendo que a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental não podem ser analisadas de maneira isolada (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD, 1991).

No documento *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1991), propõe-se também rever valores, comportamentos e pensamentos, como se verifica a seguir:

Para conseguir resolver problemas globais, temos de criar novas maneiras de pensar, desenvolver novos critérios morais e de valores, e sem dúvida novos padrões de comportamento. A humanidade se encontra às portas de um novo estágio em seu desenvolvimento. Deveríamos não só promover a expansão de sua base material, científica e técnica, mas também, o que é mais importante, incutir novos valores e aspirações humanistas na psicologia humana, pois a sabedoria e o humanismo são “verdades eternas” que constituem a base da humanidade (CMMAD, 1991, p. 39).

No entanto para Morin (2002), é necessária uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento, já que até mesmo o dito sustentável, segue o modo técnico-econômico. Desta forma, para o autor, o desenvolvimento não deve ser compreendido somente como material, mas também intelectual, afetivo, moral, entre outros. Seguindo nesta linha, Sachs (2000) destaca que para alcançar de forma solidária a sustentabilidade, tanto para a geração atual quanto para as próximas, devem ser considerados os seguintes critérios: o respeito e responsabilidade a existência e diversidade da natureza e aos princípios de igualdade, de educação e justiça, da diversidade das culturas, dos valores humanos e enfoca o papel da gestão participativa.

Quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, as discussões se fundamentavam na elaboração de estratégias e medidas com a finalidade de deter e reverter a degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável do meio ambiente (FOLADORI, 2001). No entanto, embora os países em desenvolvimento tenham aprofundado as análises da responsabilidade dos países desenvolvidos que apresentam desde a primeira Revolução Industrial; padrões elevados de vida, consumo exacerbado, desperdício e poluição; estes países ricos, em especial os Estados Unidos, tentaram conduzir as discussões no plano global e sem fixar pontos específicos, deste modo, não assumiriam responsabilidades quanto à questão da produção e do próprio funcionamento do capitalismo (NOVAES, 2002; FOLADORI, 2001).

Embora os resultados deste encontro tenham gerado muitas críticas desfavoráveis, a maioria dos participantes creditou como avanços a criação das Convenções sobre Mudanças Climáticas e sobre a Conservação da Diversidade Biológica e a Agenda 21. Esta Agenda consiste em um plano que define as estratégias e ações para chegar ao desenvolvimento sustentável para este século, através de medidas governamentais e não-governamentais, e que de forma participativa sejam adotadas nas escalas mundiais, regionais e locais, atingindo toda a esfera planetária.

Esta conferência teve uma imensa repercussão envolvendo mais de uma centena de representantes de países, de chefes de Estado, ONGs, jornalistas e de milhares de participantes, propiciando um forte debate e mobilização da comunidade internacional em torno da necessidade de mudança de comportamento para garantir a preservação da vida no planeta.

Em 2002 ocorreu a Conferência Rio+10 em Johannesburgo, na África do Sul, a qual contou com um público parecido com o das conferências anteriores. Neste evento, os países concordaram que é necessário cumprir as convenções de reduzir as emissões de poluentes e conservar a diversidade biológica, que é preciso aumentar a ajuda dos países mais ricos aos mais pobres, como se estabeleceu na Agenda 21, porém pouco se avançou. Foi adotado o Compromisso de Johannesburgo para o Desenvolvimento Sustentável, o qual, como declaração, foi considerado muito prolixo, mas, quanto aos compromissos, ficou a desejar por estar distante de uma verdadeira agenda para ação. Outra crítica refere-se ao fato dos compromissos serem considerados vagos e sem prazos para serem alcançados (SELA *apud* DIAS, 2003).

Outra ressalva é que, embora as discussões que inicialmente eram voltadas para levar os compromissos à prática, fragilizaram-se devido ao atentado ao World Trade Center nos Estados Unidos em 2001, o qual acabou por ocupar o panorama ambiental com questões voltadas aos ataques terroristas e como contê-los, além da ausência de importantes lideranças políticas internacionais e de um maior espaço na mídia para a importância de tal evento

Fadini (2005) destaca que embora outros interesses não essencialmente ambientais apresentem-se constantemente nas conferências mundiais, as discussões sobre o agravamento dos problemas de poluição, contaminações, uso dos recursos não-

renováveis, juntamente com a maior atenção e divulgação destes conteúdos, por parte dos veículos de comunicação, vêm acentuando e aprofundando a discussão da questão ambiental em todas as esferas da sociedade, extrapolando as decisões estritamente técnicas e governamentais. Estes avanços se apresentam na implantação de instrumentos de mudanças de atitudes e de valores e que vem transformando-se em políticas públicas, como os projetos de Educação Ambiental, a gestão integrada e planejamentos participativos que apontam para decisões conjuntas, como planos diretores, estatutos das cidades, projetos de cidades sustentáveis e a implantação de Agendas 21 regionais e locais, os quais vêm se fortalecendo e consolidando como importantes agentes de ação sustentável.

Neste sentido, a formulação de políticas públicas vem possibilitando a participação social, que segundo Loureiro (2003) entende-se como um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais. Embora nos últimos anos pode-se verificar um interesse público para a descentralização do Estado, possibilitando a gestão participativa, um dos grandes desafios ainda, para Irving (2006), é o “fazer coletivo” e o entendimento da participação social como garantia ética de sustentabilidade em projetos de conservação de recursos renováveis e/ou desenvolvimento.

O segmento do turismo desempenha, dentro deste contexto, um importante papel na construção de uma gestão participativa e sustentável dos lugares, já que o mesmo abrange uma ampla gama de serviços e apresenta um papel importante no conjunto das atividades produtivas. Nesse contexto, para Cruz (2000) a atividade turística ganha destaque entre as políticas públicas setoriais no país, tornando-se uma das prioridades nacionais.

## **Turismo, Meio Ambiente e Participação Social**

O turismo é reconhecido como uma atividade importante dentro da área de lazer que, como tal, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, desde que a mesma tenha conseguido satisfazer suas necessidades mínimas de subsistência e atingido boas condições de saúde, moradia e educação.

Neste contexto, o planejamento e a gestão do turismo vêm apresentando-se como uma grande preocupação para todos os profissionais interessados na sustentabilidade da atividade. Tal preocupação se fundamenta nos inúmeros exemplos de impactos socioambientais, econômicos e culturais negativos existentes em todo o mundo, decorrentes do crescimento desordenado da atividade turística.

Assim, sem negar a relevância econômica da atividade e seu potencial como difusora de culturas, é importante promover pesquisas sobre os reflexos efetivos da atividade turística na sociedade, tornando-se necessário propostas de turismo sustentável, o qual é caracterizado como uma alternativa ao turismo de massa, que, durante anos vem agredindo as paisagens e destruindo os ecossistemas (SUAREZ, 2005).

Entre os sérios problemas decorrentes do segmento turístico encontra-se a ausência de planejamentos que consideram a participação como prioridade para as tomadas de decisão da localidade, originando novos problemas decorrentes das transformações do uso do solo e da descaracterização sociocultural e ambiental dos lugares.

Neste contexto, Maricato (2000) desenvolve uma crítica aos planos que consideram a força do mercado, num processo de criação e de reprodução de excluídos, enfatizando a importância de planejamentos participativos:

[...]sem a participação social a implementação do plano se torna inviável e, ele mesmo, inaceitável ao tomar os moradores como objeto e não como sujeitos. O processo de formulação participativa de um plano pode ser mais importante que o plano em si, dependendo da verificação de certas condições. Isto porque ele pode criar uma esfera ampla de debate e legitimar os participantes com seus pontos de vista diferentes e conflitantes. A constituição e consolidação dessa esfera de participação política é que poderá auxiliar na implementação de um sistema de planejamento e nas reorientações ao plano (MARICATO, 2000, p. 180).

Maricato (2000), deste modo, enfatiza que na maioria das vezes há a ausência de uma sintonia entre idéias (diretrizes, metas, propostas) com a realidade do lugar, e como muitas vezes o lugar está fora das idéias, tornando-ilegítimo, como demonstra na citação de Francisco de Oliveira para Maricato (2000): *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias*.

Deste modo, a necessidade de uma maior participação nos processos decisórios ocorrerá segundo Dowbor (1999), a partir de um engajamento que busque uma melhor qualidade de vida a todos, e que esse esforço conjunto resulte em um poder local:

O poder local, com os seus instrumentos básicos, que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu provas de eficiência, em particular nos países desenvolvidos. Ele é sem dúvida o grande recurso subutilizado no país (DOWBOR, 1999, p. 83).

Moreira (1980) em seu livro intitulado *A força do povo*, discute sobre a importância de planos conjuntos que envolvam o cidadão comum nos processos de decisões, demonstrando aos mesmos a necessidade de atitudes comunitárias e democráticas para a obtenção de conquistas mais efetivas, consistentes e por que não dizer, prazerosas.

Estas colocações demonstram que para a obtenção de um turismo sustentável este deve perpassar por planejamentos que busquem agregar idéias e posicionamentos conjuntos visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e ambiental dos lugares onde estiver inserido. Neste sentido, destaca-se a sua presença nas Unidades de Conservação (UC's), as quais, no Brasil, foram criadas com o objetivo de minimizar os impactos ambientais causados pela ocupação desordenada em áreas com características naturais e culturais singulares, bem como difundir na sociedade a importância da preservação e conservação (SÃO PAULO, 2000).

Dentre as diversas UC's, encontram-se as Áreas de Proteção Ambiental – APA's, as quais devido as suas características socioambientais e culturais necessitam de um planejamento que considere a manutenção da integridade da biodiversidade e da qualidade de vida das populações humanas presentes nesta unidade, tornando um grande desafio o cumprimento dos objetivos propostos para esta Unidade de Conservação.

Por este motivo, é necessário exercer um conjunto de ações políticas, legislativas e administrativas de forma democrática, visando uma gestão que contemple a participação equitativa dos diversos atores sociais, os quais possam manifestar e defender as suas necessidades, anseios, oportunidades e interesses no planejamento sustentável das APA's.

Um planejamento que considera a comunidade local em todas as fases, desde a sua elaboração, implantação, monitoramento até a avaliação, pode ser denominado de participativo. Porém como já mencionado este processo nem sempre é contemplado, devido à ainda incipiente experiência em planos que consideram a participação funcional, interativa e/ou a automobilização.

Sobre a participação no manejo de áreas protegidas, Pimbert e Pretty (2000), definem a *participação funcional* como uma prática utilizada quando a comunidade ainda não está organizada, dependendo muitas vezes de agentes externos para o estabelecimento dos objetivos e condução das discussões. Este processo pode tornar-se mais ágil e rápido, porém deve-se atentar para a possibilidade de dependência externa no processo de decisão, por este motivo deve-se estimular a comunidade para uma transição desta atuação para uma participação mais interativa. Para estes autores, a *participação interativa* enriquece a todos os envolvidos, desde os planejadores técnicos como a própria comunidade, já que envolve uma conjunção de conhecimentos e uma autodeterminação na solução de problemas locais através de um contínuo processo de aprendizagem. Já com relação à *automobilização*, esta depende de uma sociedade organizada e muitas vezes, altamente politizada, já que envolve a iniciativa conjunta de discutir os sistemas político-econômicos, sócio-culturais e ambientais estabelecidos e propor a transformação a partir de ações coletivas.

Todas estas formas de participação apresentadas por Pimbert e Pretty (2000) denotam a importância de uma gestão participativa e democrática não somente para Unidades de Conservação, mas também, para qualquer outra unidade de planeja-

mento. Para Diegues e Nogara (1999), uma gestão deve considerar não somente as necessidades de conservação dos ecossistemas, mas também as aspirações locais, os modos de vida e, sobretudo a contribuição histórica das populações tradicionais para a conservação ambiental.

Uma maior participação dos atores sociais em um planejamento é fundamental para a solução de conflitos existentes, principalmente no interior de uma APA, já que os direitos de propriedade são preservados, o que para Cabral & Souza (2002), pode afetar interesses políticos/econômicos particulares e também o modo de vida da população. Outra preocupação é o fato de que muitas Unidades de Conservação ainda não foram regularizadas, comprometendo a gestão e o planejamento, no que concerne à implantação do plano de manejo, do diagnóstico e zoneamento ambiental e a criação do conselho gestor, como é o caso da APA do Sistema Cantareira, a qual foi criada em 1998 e somente em 2009 é que houve a composição do Conselho Gestor.

Por este motivo a gestão participativa torna-se um instrumento valioso para minimizar conflitos e também para de forma conjunta exigir a agilização dos processos burocráticos para a definitiva instalação de uma APA. Neste contexto, deve-se também identificar quais são os principais usos e seus impactos, para buscar formas adequadas de minimizá-los e até mesmo apresentar novas alternativas econômicas sustentáveis para estas áreas protegidas, assim, a adoção do planejamento turístico é extremamente importante para incentivar processos participativos.

Uma das formas para alcançar a participação de todos os segmentos sociais, inclusive do turista, é através da incorporação da Educação Ambiental em projetos de sensibilização, de orientação e de propostas de solução que visem à promoção do uso sustentável dos recursos naturais e a garantia da melhoria da qualidade de vida a todos (FADINI, 2005).

A Educação Ambiental pode promover a reflexão sobre o papel do cidadão na conservação dos recursos naturais e dos aspectos sócio-culturais, através da valorização dos lugares e de mudanças de comportamento, auxiliando numa gestão participativa, em que todos os atores sociais possam buscar conjuntamente a construção de alternativas sustentáveis para as localidades turísticas em especial em Áreas de Proteção Ambiental, contribuindo para, como aponta FREIRE (1975), uma práxis transformadora através da ação e reflexão.

### **Processos Históricos de Emancipação Municipal**

Desde meados de 1960 vem-se incrementando a participação social nos espaços públicos, como fóruns coletivos, audiências públicas e abaixo-assinados, contribuindo assim para uma mudança radical das políticas públicas. Mesmo que anteriormente esta participação estivesse mais voltada ao caráter reivindicatório, principalmente pautada em embates com o Estado, não se deve descartar a importância destes movimentos como um processo de amadurecimento social.

Santos (2005) destaca as experiências da gestão municipal com o envolvimento popular, nos municípios de Lajes/SC e Boa Esperança/ES, no início da década de 1970, onde:

O poder público local procurou valorizar o envolvimento e a participação das pessoas na construção de alternativas para a superação da situação de estagnação econômica, pobreza e dependência diante dos governos estadual e federal (SANTOS, 2005, p.85).

Estas experiências, entre outras, vêm contribuindo para que a participação social se consolide, sendo que um dos exemplos ocorreu em 1986 quando a Assembleia Nacional Constituinte, durante a elaboração da nova constituição, procurou incorporar este tema, inclusive criando planos de ação buscando a legalização desta participação social. Neste sentido, é que neste artigo são apresentadas as transformações socioambientais e os processos participativos em Vargem-SP. Este município encontra-se localizado na Região Bragantina e integra a Área de Proteção Ambiental - APA do Sistema Cantareira. Esta Unidade de Conservação foi instituída pela Lei Estadual nº. 10.111/1998 e abrange os municípios de Mairiporã, Atibaia, Nazaré Paulista, Piraícaia, Joanópolis, Vargem e Bragança Paulista (SÃO PAULO, 2000).

Este município, historicamente, vem passando por transformações geradas por diversos fatores – políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais – afetando diretamente a população local, a qual tem devido a estas circunstâncias se posicionado, como é o caso do processo de emancipação política do município.

Para Molinari (2004), a população residente no Distrito de Vargem decidiu em 1963 buscar a emancipação do município de Bragança Paulista, sendo que neste período foi realizado um plebiscito, que segundo as palavras do autor, "por incrível que pareça resultou em empate".

Devido a este empate, a decisão teve de ser tomada pela Assembleia Legislativa Estadual, que conforme a Lei Estadual nº 8059, de 28 de fevereiro de 1964, foi elevado à categoria de município. No entanto, em 1964, foi expedido um mandado de segurança pelo então prefeito de Bragança Paulista-SP, que não se conformou com a decisão de Vargem ter se tornado um município, utilizando como argumento as perdas econômicas, territoriais e eleitorais de Bragança Paulista pressionando Vargem a retornar em 1969 a condição de Distrito de Bragança Paulista.

Segundo Molinari (2004), as lideranças locais quando souberam desta decisão organizaram um dos primeiros grandes movimentos sociais, em uma tentativa de derubar este mandado de segurança, indo até mesmo alguns representantes ao Supremo Tribunal Federal, porém esta tentativa não surtiu resultados positivos.

Após a assinatura pelo governador de São Paulo, aos 31 de julho de 1990, da Lei Complementar nº 651, que dispunha sobre: a criação, fusão, incorporação, e desmembramentos de município, outro grupo composto por diferentes atores sociais elaboraram o *Estatuto Social de Comissão de Emancipação do Distrito de Vargem*, de 13

de maio de 1991. Após o cadastramento nos órgãos competentes descritos na Lei, esta comissão iniciou o movimento pela emancipação com os moradores da localidade, enquanto Bragança Paulista lutava para a continuidade da área como distrito.

Em 1991, ocorreu a segunda tentativa de emancipação e participaram deste novo plebiscito 2.111 de um total de 2.718 eleitores, sendo aprovada a emancipação por um total de 1.761 votos e em 1992, houve a eleição para prefeito e para nove vereadores (MOLINARI, 2004). Uma curiosidade apresentada pelo autor é que entre a data da realização do plebiscito e a da primeira eleição passaram-se 17 meses e neste período houve um aumento significativo de eleitores, passando de 2.718 para 3.614.

Assim no primeiro dia do ano de 1993, foi realizado o primeiro grande evento do novo município, contanto com um grande numero de participantes, e segundo Molinari (2004) esta foi uma conquista que contou com uma ativa participação popular.

## **Turismo e Participação em Vargem**

A APA do Sistema Cantareira, na qual o município de Vargem - SP está inserido, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e seus objetivos na região relacionam-se com a manutenção e melhoria da qualidade da água especialmente dos municípios no entorno dos reservatórios do Sistema Cantareira, que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo e regulam o fluxo de água para a Região Metropolitana de Campinas.

Nas últimas décadas, em função do acesso facilitado a esta região, através das Rodovias D. Pedro I e Fernão Dias, esta APA, a qual está em processo de regulamentação, vem se tornando alvo de empreendimentos imobiliários os mais diversos, consolidando um processo crescente de ocupação do solo e uso turístico desordenado. Esta realidade tem exigido a elaboração e implantação de estudos, projetos e planos de ação que identifiquem as principais transformações regionais e que possibilitem uma gestão sustentável de seus recursos naturais.

Uma análise do município de Vargem-SP indica que existem entre os diferentes grupos sociais, abordagens e percepções diferenciadas sobre a problemática ambiental que vêm refletindo-se nas propostas de desenvolvimento regional e gerando determinados conflitos. Entre estes grupos é possível destacar representantes do poder público, técnicos de órgãos públicos e privados, moradores da região, turistas de fim de semana, de segunda residência e excursionistas, empresários e membros de entidades ambientalistas.

Os conflitos existentes podem ser claramente evidenciados nas atuais propostas de uso para o Sistema Cantareira, em especial no entorno dos reservatórios. Apesar das restrições impostas pela legislação ambiental vigente e por compor a Unidade de Conservação, usos econômicos diversos, muitas vezes inadequados para a área, vêm sendo sugeridos e implantados gerando impactos socioambientais e culturais,

que precisam ser adequadamente analisados.

Com relação às principais atividades econômicas do município, destacam-se as do ramo imobiliário associadas ao parcelamento do solo, as práticas agropecuárias, as olarias, atividades de mineração e as do segmento turístico. Dos usos identificados, os mais dinâmicos, impactantes e transformadores são os associados aos processos turísticos e de urbanização que vêm reconfigurando a paisagem e afetando as condições ambientais da área de estudo.

Esta expansão urbana estimulada pelo crescimento da Região Metropolitana de São Paulo, rumo à Região Bragantina, e por políticas municipais de incremento urbano, vem ocorrendo de forma intensa e caracteriza-se pela proliferação de loteamentos de alta densidade populacional, implantados sem uma adequada infraestrutura básica. O crescimento turístico vem ocorrendo em especial no entorno do Reservatório dos Rios Jaguary/Jacareí, e é caracterizado pela presença de marinas, pousadas, condomínios de segunda residência e chácaras de final de semana, como se pode verificar na Figura 1.

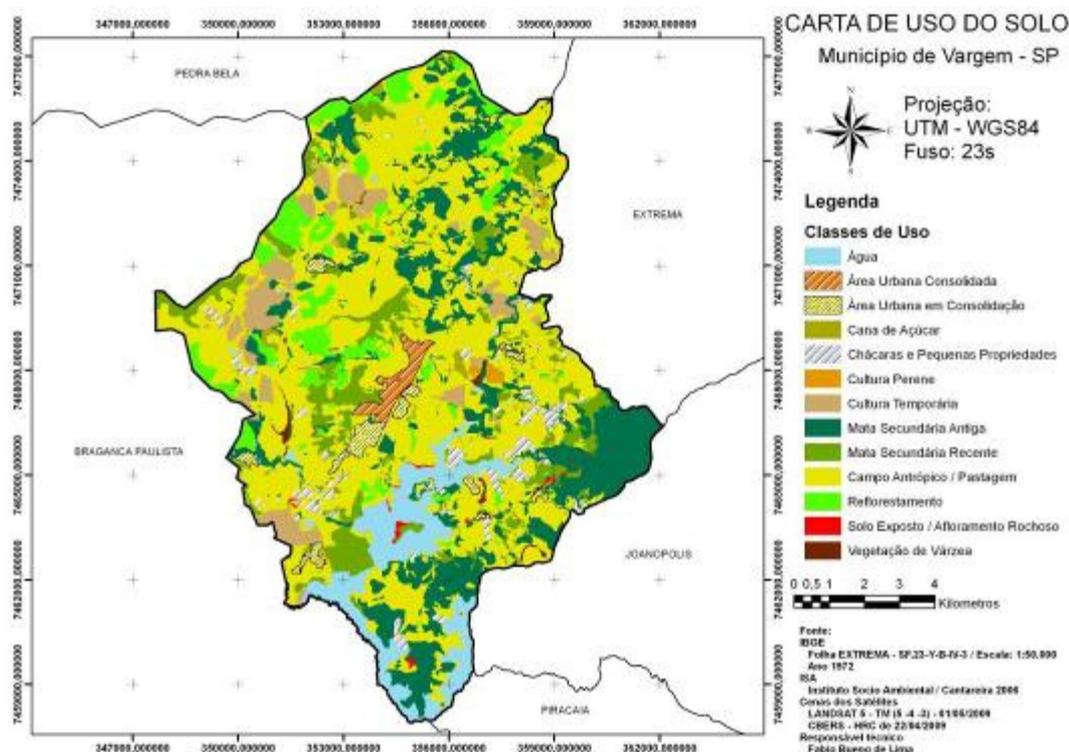


Figura 1. Carta de Uso do Solo de Vargem-SP

Os impactos ambientais decorrentes destes usos podem ser observados através do acúmulo de lixo em vários pontos da represa, dos desmatamentos, queimadas

e limpezas de sub-bosque e da grande aglomeração de pessoas em diversas áreas naturais e urbanizadas, que não apresentam infra-estrutura adequada, planejamento turístico e práticas de Educação Ambiental.

Entretanto, a resolução dos conflitos ambientais e de uso dos recursos naturais presentes no município exige a formulação de políticas públicas que subsidiem propostas de planejamento, entre elas, as de turismo sustentável e as de Educação Ambiental, e que envolvam parcerias, tanto na sua elaboração quanto na sua implantação, entre os diferentes atores sociais locais, tais como, membros da comunidade, representantes do poder público, técnicos de órgãos públicos e privados e instituições de ensino e pesquisa.

Neste sentido vem se desenvolvendo o projeto de pesquisa Parcerias Ambientais – Diagnóstico Turístico e Propostas de Educação Ambiental em Vargem-SP, processo 2006/51790-8, integrante do programa de Políticas Públicas da FAPESP, visando contribuir para a implementação de políticas municipais voltadas ao turismo sustentável e participativo em Vargem.

Dentre as metodologias adotadas, destaca-se a adaptada do trabalho de Irving (2006), para construção do plano de trabalho, que envolve quatro fases:

#### **Fase Exploratória:**

Fase em que os pesquisadores de forma integrada definiram o tema, o plano de trabalho, os objetivos e as metodologias, preocupando-se em realizar coletivamente as reflexões e ações.

#### **Fase de Desenvolvimento:**

Nesta fase os pesquisadores estão desenvolvendo o inventário, as pesquisas de oferta e demanda turística, a confecção de mapas temáticos e as propostas de Educação Ambiental visando a elaboração do diagnóstico turístico-ambiental a partir de trabalhos de campo e bibliográficos e as análises e interpretações dos dados. Conforme as etapas da pesquisa vão consolidando-se estão sendo apresentadas de forma conjunta para os diferentes atores sociais participantes do projeto. A discussão e a interpretação de dados estão sendo realizadas juntamente com o grupo de trabalho, formado pelos proponentes do projeto e pesquisadores do Centro de Estudos Ambientais Sociedades e Naturezas da Universidade São Francisco, os parceiros representados por membros da Prefeitura Municipal de Vargem e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e os colaboradores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Zagaia Consultoria, Planejamento e Pesquisa em Turismo e Associação Entre Amigos (FIGURA 2).



Figura 2: Reunião de Trabalho juntamente com os parceiros e colaboradores

Destaca-se nesta fase a realização de duas audiências públicas, cujos convites foram distribuídos em lugares estratégicos do município, como supermercados, feiras, saídas das missas, entre outros (FIGURA 3), onde foi possível apresentar a proposta do trabalho e os resultados obtidos até o presente momento para os diferentes atores sociais do município de Vargem. Relevante também foi a possibilidade, nestes encontros, de obter a contribuição dos presentes com informações complementares e também identificar das aspirações destes para com a localidade.



Figura 3. Convite de lançamento para 1º Audiência Pública em Vargem - SP

As próximas audiências ocorrerão para apresentação dos dados das pesquisas de oferta e demanda e também do diagnóstico turístico-ambiental. Estes encontros vêm possibilitando à equipe de trabalho lidar com determinados conflitos decorrentes de percepções divergentes e choques de personalidades, porém acredita-se que este processo está sendo enriquecedor para todos os atores e em especial para o fortalecimento do espírito participativo em formulação de políticas públicas (FIGURAS 4 e 5).



Figuras 4 e 5: Participação popular durante as audiências públicas

Estas audiências estão sendo um marco do projeto, já que vem sendo possível enfatizar a pesquisa como um instrumento de análise e de potencialidades turísticas existentes no município, mas que deve ser implementado e transformado em políticas públicas, cabendo aos atores sociais, a partir de sua participação e tomadas de decisão, a exigência da incorporação destas propostas pelo poder municipal. Este processo de audiências integra uma das propostas de Educação Ambiental que busca o fortalecimento da sociedade civil a partir de propostas participativas.

#### **Fase de Ação (construção):**

Com base nas fases anteriores e na concretização dos objetivos, será entregue à gestão pública municipal os resultados da pesquisa, buscando assim subsidiar a implementação de um Plano de Ação visando um turismo sustentável.

#### **Fase de Avaliação e Acompanhamento:**

Durante todo o processo observa-se e debate-se sobre os rumos da pesquisa, visando redirecionar e/ou ajustar as metas e as prioridades. Esta etapa vem envolvendo a análise conjunta do trabalho e a projeção de cenários de curto, médio e longo prazo e iniciou-se imediatamente após o planejamento das ações e a sistematização dos resultados alcançados, por meio da participação de todos os envolvidos.

Estas etapas metodológicas vêm ocorrendo desde 2006, quando foi aprovada pela FAPESP a Primeira Fase do Projeto de Auxílio à Pesquisa - Políticas Públicas (seis meses) e a partir de 2008 iniciou-se a Segunda Fase com um período de dois anos, sendo que o mesmo terá o seu término em Maio de 2010. Destaca-se que a primeira fase ocorreu junto a uma gestão administrativa municipal e a segunda fase, devido ao processo eleitoral, com outra administração pública, porém deve-se mencionar que este fato não alterou, até o presente momento, significativamente o andamento do mesmo.

### **Algumas Considerações**

Nas últimas décadas a participação social tem sido a tônica em questões que envolvem diversos temas, em especial, assuntos controversos apresentados por órgãos governamentais que necessitam de tomadas de decisões conjuntas para tornarem-se válidas frente à opinião pública. No entanto, na maioria das vezes, a temática a ser votada não foi devidamente debatida, deixando para a população uma incumbência para a qual a mesma não se encontra totalmente preparada, já que necessitaria de um entendimento mais amplo sobre as complexidades das propostas.

Neste sentido, tornam-se válidas as pesquisas voltadas para a criação de estratégias de fortalecimento das opiniões e decisões populares, que envolvam mecanismos que promovam o encontro e estimulem a participação. O projeto de políticas públicas aqui apresentado - um diagnóstico turístico-ambiental para o município de Vargem - busca envolver a população no processo de pesquisa, já que o compromisso da implementação deste estudo cabe ao órgão governamental, necessitando desta forma do apoio e da pressão popular para que o mesmo se efetive.

Vargem que teve a sua emancipação decorrente de processos reivindicatórios, embora com diversos e diferentes interesses, torna-se um município interessante para se buscar um fortalecimento de participação a partir de sua própria história, podendo até mesmo destacar-se como uma localidade que valoriza os princípios democráticos de decisão. Acredita-se que a construção de um processo participativo que busque junto com a população identificar potenciais e possibilidades de atividades econômicas possa viabilizar um processo de desenvolvimento local sustentável, incluindo as atividades turísticas.

## Referências Bibliográficas

BRUSEKE, F. J. O problema do Desenvolvimento Sustentável. *In*: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998, p. 29-40.

CABRAL, N.R.A.J.; SOUZA, M.P. **Área de Proteção Ambiental: Planejamento e Gestão de Paisagens Protegidas**. São Carlos: Rima, 2002.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque – Estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1999.

DOWBOR, L. **O que é poder local?** São Paulo: Brasiliense, 1999. Col. Primeiros Passos, n. 285.

FADINI, A.A.B. Sustentabilidade e Identidade Local: Pauta para um Planejamento Ambiental Participativo em Sub-Bacias Hidrográficas da Região Bragantina. Rio Claro: **Tese** de Doutorado em Geografia – Organização do Espaço. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2005.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, 221p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

IRVING, M.A.; **Áreas de Protegidas e Inclusão Social: Construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (Orgs.). **Educação Ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBASE/IBAMA, 2003.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento Urbano no Brasil. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs). **A cidade do pensamento único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-92.

MOLINARI, J. B. **VARGEM: Origem e Formação** Questão de Divisas São Paulo – Minas Gerais. Gráfica Leal, 2004.

MOREIRA ALVES, M. **A força do povo: Democracia participativa em Lages**. São Paulo: Brasiliense, 1980, 150 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNESCO, 2002, 118 p.

NOVAES, W. **A década do impasse: Da Rio 92 à Rio + 10**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2002, p. 381.

PIMBERT, M. P. & PRETTY, J. N.; Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. *In*: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Annablume; NUPAUB-USP; Hucitec, 2000, p. 183-223.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2000, 95p.

SANTOS, A. D. dos. **Metodologias Participativas: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo: SMA, 2000.

SUAREZ, C. F. e S. Turismo e Sustentabilidade: A demanda turística e seus principais impactos sócio-ambientais em Monte Verde – Camanducaia – MG. **Dissertação** de Mestrado. São Paulo: UNIBERO, 2003.

**Almerinda Antonia Barbosa Fadini:** Universidade São Francisco.

Email: almerindafadini@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7835878522109146>

**Evandro da Silva Fermino:** Universidade São Francisco (bolsista).

Email: eubio4@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9969411236981563>

**João Luiz de Moraes Hoefel:** Universidade São Francisco.

Email: jlhoeffel@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7635072427530391>

**Cristiane Ferráz e Silva Suarez:** Doutoranda em Ambiente e Sociedade pelo NEP-AM/UNICAMP; e Universidade São Francisco.

Email: cristiane.suarez@saofrancisco.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7955383731847589>

Data de submissão: 29 de outubro de 2009.

Data do aceite: 12 de dezembro de 2009.



## **Perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia - Valença (RJ)**

*Delfina Maria Soares Vaz*

### **RESUMO**

O objetivo do presente trabalho foi traçar o perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia, em Valença (RJ). A pesquisa consistiu na aplicação de 70 questionários no período de fevereiro a maio de 2008 aos visitantes do Parque de Valença. Os resultados obtidos foram eficazes para conhecer as características estruturais dos visitantes, suas motivações, suas expectativas, suas demandas para direcionar as atividades de manejo, atender as necessidades de lazer e promover melhorias nos serviços oferecidos. Fez-se um paralelo dos resultados obtidos com trabalho semelhante efetuado no Parque Natural Municipal do Mendanha, no Bairro de Bangu, no município do Rio de Janeiro. Constatou-se que a motivação que mais estimula as pessoas a visitarem esses parques é apreciar a natureza. O trabalho mostrou que as preferências e padrões de comportamento dos visitantes são influenciados por características sociais, econômicas e culturais dos visitantes. Com os resultados obtidos pretende-se oferecer à Administração do Parque subsídios para a elaboração do seu Plano de Manejo e a viabilização das expectativas dos visitantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Unidade de Conservação, Ecoturismo, Percepção Ambiental.

### ***Profile of Concordia Reservoir City Natural Park Visitors - Valença – RJ, Brazil***

### **ABSTRACT**

The aim of this study was to establish the profile of visitors to the Concórdia Reservoir Natural Municipal Park, in the city of Valença (RJ). The research consisted in the application of 70 questionnaires, from February to May 2008, to visitors to the park. The results were effective to meet the structural characteristics of visitors, their motivations, their experiences, their expectations and demands for direct management activities, meet the needs of leisure and promote improvements in services offered. It has a comparison of results with similar work done in the Mendanha Municipal Natural Park in the Bairro de Bangu, Rio de Janeiro county - RJ. It was found out that the motivation that encourages more people to visit these parks is to enjoy the nature. The study showed that the preferences and behavior patterns of visitors are influenced by social, economic and cultural views. With the results obtained intends to offer to the Park Service grants to the preparation of its Management Plan and the viability of the expectations of visitors.

**KEYWORDS:** Protected Areas, Ecotourism, Environmental Perception.

## **1- Introdução**

A procura por áreas verdes, parques naturais e mesmo áreas arborizadas é cada vez maior, pois conciliam-se o bem estar e descanso com a sensação de prazer através do contato com a natureza, conseqüentemente essas áreas são cada vez mais valorizadas, principalmente se aliadas com lazer.

Muitos lugares que apresentam parques estaduais e nacionais são alvo de atração de turistas, que crescem constantemente.

Como uma forma de conhecer este público frequentador, vários trabalhos são realizados para esta finalidade. O resultado dos levantamentos é que vai subsidiar os projetos futuros das áreas naturais, a partir da compreensão dos visitantes. Os visitantes de Unidades de Conservação podem ser valiosos para a administração destas áreas, tanto para apoiar os seus esforços para a conservação, como indiretamente pelo aumento de renda na manutenção das áreas naturais e das populações locais, diminuindo a pressão sobre recursos naturais.

O turismo em Unidades de Conservação, se regulamentado e controlado adequadamente, oferece um dos usos econômicos menos prejudiciais destas áreas. Especialmente o ecoturismo pode ser uma ferramenta poderosa para assegurar a verdadeira proteção destas áreas.

Várias Unidades de Conservação trabalham com os resultados de pesquisas para fazer modificações ou mesmo para implantar o Plano de Manejo. Como as atividades recreativas tornam-se pontos de atração à visitação, também trazem a vantagem de geração de renda, como forma de ajudar na manutenção dos parques. Os visitantes das áreas naturais sentem a necessidade de experimentar sensações diferentes do dia-a-dia, principalmente quando buscam o contato com a natureza para o seu bem estar. Portanto, eles mesmos, podem ser valiosos para apoiar os esforços da administração destas áreas como na colaboração de sugestões.

## **2 - Objetivos**

O presente trabalho buscou analisar o perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia, em Valença (RJ). Como objetivo específico foi analisar as características socioculturais, motivacionais, oportunidades vivenciadas e grau de satisfação dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia.

## **3 – Material e Método**

### **3.1 – Área de estudo**

De acordo com Ribeiro (1999), o Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia está localizado no município de Valença (RJ), na Serra da Concórdia, entre os vales do Rio Preto e do Paraíba do Sul. A Serra da Concórdia está inseri-

da na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (UNESCO/IEF) e no Corredor Ecológico da Serra do Mar – SP/RJ. Suas coordenadas UTM são X= 7.528.000 ao norte e Y= 627.300.000 a leste, sua sede tem como waypoint S 22°20'885" e W 43° 45'756". Possui aproximadamente 23 ha (hectares) e está 760 metros acima do nível do mar.

É uma área protegida por lei e encontra-se inserida na categoria de manejo de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

O açude, com águas límpidas e transparentes, tem profundidade máxima de 14 metros e mínima de 6 metros, seu contorno é irregular com cerca de 4,2 Km. O acesso se dá pela BR 116 em seguida a RJ 145 até a localidade de Vira-Tábua, daí por 5 Km de estradas vicinais até sua entrada principal.

De acordo com o Projeto de Criação, Implantação e Gestão da Primeira Unidade de Conservação do Município de Valença (RIBEIRO, 1999) referência de onde foram tiradas as informações, são objetivos do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia:

- proteger e preservar os remanescentes da Mata Atlântica;
- preservar os exemplares raros, endêmicos e ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da fauna e da flora;
- integrar corredores ecológicos capazes de garantir a preservação da diversidade biológica da região;
- proporcionar o desenvolvimento de iniciativas que conciliem viabilidade econômica da região com utilização racional dos recursos naturais;
- estimular as atividades de recreação, Educação Ambiental e pesquisa científica quando compatíveis com os demais objetivos do Parque;
- proteger os recursos hídricos do município.
- 

O Parque tem funcionamento diário com portaria, sede administrativa, abrigo para pesquisadores, banheiros públicos, churrasqueiras, área de camping e trilhas interpretativas. Também possui aluguel de barcos e caiaques. Não é permitido banhar-se ou pescar no açude.

O Parque atende a turistas que vão visitar a região para apreciar a natureza, relaxar, fazer trilhas, acampar, utilizar os quiosques disponíveis no local e praticar atividades de recreação, e também atende a alunos dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na região. É mister informar que estes visitantes buscam o local particularmente em número reduzido, com maior frequência nos períodos de abril a setembro, que é o período de menor índice pluviométrico. A maioria dos alunos do ensino fundamental ou médio, quando visitam o Parque, o faz junto com seus familiares.

### 3.2 – Histórico da Área

Segundo Ribeiro (1999), o açude da Concórdia foi construído por volta de 1890, nos tempos do Barão de Santa Mônica, na fazenda do mesmo nome.

Em 1929 o engenheiro militar Sr. José Vicente de Araújo e Silva apresenta minucioso estudo de abastecimento de água, acompanhado de projetos das novas instalações, que viriam dotar a cidade de Valença. O açude é estudado, realiza-se análise de suas águas e constata sua potabilidade e sua boa vazão.

Em 11/12/1930 o governo do estado do Rio desapropria a área do açude e cede ao Município de Valença, que o mantém e o administra desde então.

Em 1950 a população passa a consumir toda a água do açude que torna-se insuficiente no final dos anos 60, devido a má captação, por ocasião das secas.

Em 1990, com a promulgação da Lei Orgânica do Município o Açude da Concórdia passa a ser reconhecido oficialmente como Área de Preservação Permanente APP.

Em 1992 várias tentativas são feitas por parte da organização não governamental local, como a Associação de Defesa do Meio Ambiente do Médio Paraíba AMA Médio Paraíba, de sensibilizar as autoridades dos governos municipal e estadual da importância de ser criada uma Unidade de Conservação da natureza na área do açude. A partir de 2000 estudos preliminares são efetuados em parceria com o Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro que demonstra a viabilidade técnica da proposta.

Através do Decreto Municipal 65, de 12 de setembro de 2001 é criado o Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia, ficando a cargo da Ong AMA Médio Paraíba a responsabilidade pela sua administração.

### 3.3 - Método

Um estudo do perfil sócio econômico cultural dos visitantes do parque, além de suas expectativas, só é possível através da aplicação de questionários que possam levantar esses dados para tomadas de decisões.

Para a elaboração dos questionários procuraram-se referências bibliográficas dos seguintes trabalhos: Tomiazzi e Villarinho (2005) e Castro *et al.* (2007).

Como resultado, para atender aos objetivos, foram elaborados dois tipos de questionários:

1º - levantamento de informações sócio, econômico e cultural dos visitantes e a motivação dos mesmos para irem visitar. Entregue na entrada do Parque.

2º - experiências vivenciadas durante a visita, expectativas futuras e grau de satisfação. A ser entregue na saída do Parque.

Os questionários foram aplicados no período de fevereiro a junho de 2008. Contou-se com a colaboração dos funcionários do Parque para entrega de alguns

questionários e outros foram através de entrevistas. Como resultado final, participaram 70 visitantes, não participando os menores de 15 anos.

De posse dos questionários respondidos, os dados foram analisados quantitativamente, através de porcentagens e colocados em quadros e gráficos.

Os resultados obtidos são comparados com o trabalho de Tomiazzi e Villariño (2005) efetuado no período de abril de 2004 a janeiro de 2005 no Parque Natural Municipal do Mendanha, no bairro de Bangu no município do Rio de Janeiro (RJ), com amostra de 407 entrevistados.

#### 4 . Resultados e Discussão

No quadro abaixo buscou-se conhecer a faixa etária dos visitantes que frequentam o parque, para entendermos melhor as suas necessidades.

Quadro 1 – Faixa etária dos entrevistados

Visitantes %	Respostas
13,3%	10 a 20 anos
9,8%	21 a 30 anos
14,7%	31 a 40 anos
11,2%	41 a 50 anos
7,0%	+ de 50 anos

Observou-se, no quadro acima, que os visitantes de 31 a 40 e 41 a 50 anos, juntos, correspondem a 25,9% dos entrevistados. Nota-se que por estarem dentro da faixa economicamente ativa, tais usuários preferem afastar-se do ritmo das cidades, na procura por lazer em áreas naturais, o que sugere a busca por qualidade de vida. Acredita-se que a faixa de 10 a 20 anos, com a porcentagem de 13,3%, possa representar os filhos que acompanham os pais, e também grupos de jovens que buscam um lazer alternativo. Já a pouca procura pela faixa etária de 21 a 30 anos, deve-se a necessidade de mais opções de lazer urbano.

Já o interesse dos visitantes acima de 50 anos, que representam 7%, pode insinuar a necessidade de contato direto com a natureza.

No trabalho efetuado no Parque do Mendanha, no bairro do Bangu, município do Rio de Janeiro (RJ), a faixa etária predominante foi acima dos 40 anos correspondendo a 42% dos entrevistados. As faixas etárias entre 21 a 30 e 31 a 40 anos, características da população economicamente ativa, apresentaram o mesmo percentual de 21% cada faixa, o que demonstra que as opções de lazer em áreas verdes urbanas públicas atendem suas expectativas. Observa-se, porém, que apesar de o Par-

que do Mendanha estar melhor localizado, dentro de área urbana, e dispor de opções de recreação, o público jovem entre 11 e 21 anos, que correspondem a 16% da pesquisa, é o que menos frequenta, preferindo outras atividades de recreação e lazer.

No quadro 2, levantou-se o nível de escolaridade dos visitantes.

Quadro 2 – Escolaridade dos Entrevistados

Visitantes %	Resultados
4,9%	Fundamental completo
5,6%	Fundamental incompleto
6,3%	Médio completo
4,2%	Médio incompleto
7,0%	Graduação completo
7,0%	Graduação incompleto
10,5	Pós-grad completa
5,6%	Pós-grad incompleta

Observa-se no quadro 2 acima, que a escolaridade dos visitantes do parque é alta, por ele ser visitado por estudantes de curso superior da região.

Nota-se pelos percentuais de 7% para os entrevistados com graduação completa e incompleta, que representam as visitas técnicas dos cursos e o retorno após o término destes. O mesmo acontece com os entrevistados com nível de pós-graduação. A porcentagem total da escolaridade superior foi de 30%, que pode coincidir com a faixa etária que mais frequentam o parque de 31 a 40 anos. Como o acesso é dificultado pela estrada, a visita fica restrita a classe de pessoas que possui veículo próprio e praticamente não recebe visitas escolares. O resultado foi diferente no trabalho do Parque do Mendanha em que a escolaridade mais expressiva foi de ensino médio, correspondente a 47% dos entrevistados. A porcentagem total da escolaridade superior foi de 24%, acima do percentual da população com nível superior na região (10%). Uma explicação para o fato é que o Parque do Mendanha apesar de estar situado na área urbana do município, o bairro situa-se no subúrbio da cidade e concentra pessoas com menor escolaridade e que buscam na proximidade de onde moram o lazer mais acessível.

No quadro 3 abaixo, foi levantado a atividade que os visitantes exercem. Observa-se que a maioria estuda e trabalha, correspondendo a faixa etária da população ativa e complementando o resultado da questão anterior, onde os usuários fazem parte do grupo de estudantes de graduação e pós-graduação em grande parte. Na resposta referente à não estudar e não trabalhar acredita-se estar incluídos os apo-

sentados.

O resultado deste item no diagnóstico do Parque do Mendanha, foi que a maioria é composta por trabalhadores formais e informais, com percentual de 52%, não foi abordada a atividade relativa ao estudo, mas evidencia-se pelos resultados anteriores que os visitantes só trabalham. O percentual de aposentados é de 20%, superior ao de estudantes e dona-de-casa ambos com 14%. Talvez demonstre a ligação entre disponibilidade de tempo e a intensidade em ocupações recreativas.

Evidencia-se a relação entre a atividade exercida com a faixa etária dos usuários que mais se utilizam do Parque.

Quadro 3 – Atividade exercida pelos entrevistados

Visitantes %	Respostas
16,1%	Só trabalha
9,8%	Só estuda
20,3%	Estuda e trabalha
1,4%	Não estuda, não trabalha
2,8	Cuida do lar

No quadro abaixo (4) se verificou que a maior porcentagem de visitantes é do sexo feminino, sugerindo a crescente preocupação com a qualidade de vida, atividades físicas e de lazer. Também confirmado no trabalho do Parque do Mendanha a porcentagem de 55% para o sexo feminino.

Quadro 4 – Gênero dos entrevistados

Visitantes %	Respostas
52,8%	Feminino
47,14%	Masculino

No próximo quadro (5) analisamos o nível salarial dos visitantes, em termos de salários mínimos (SM).

Quadro 5 – Nível salarial dos entrevistados

Visitantes %	Respostas
23,1%	1 a 3 SM
17,5%	4 a 6 SM
1,4%	7 a 8 SM
1,4%	9 a 10 SM
5,6%	+ de 10 SM

Observando o quadro 5 acima verificamos que a maior parte dos entrevistados estão na faixa salarial de 1 a 6 salários mínimos, correspondendo a 40,6%, apesar da alta escolaridade. O que conclui o baixo padrão de remuneração da região.. Observa-se que as menores porcentagens 1,4% estão para rendimento entre 7 a 10 salários mínimos, possivelmente representam profissionais com estabilidade financeira, portanto dentro da faixa etária já analisada anteriormente. Destaca-se ainda, os entrevistados com renda acima de 10 salários mínimos que optam por visitação em Unidades de Conservação. Este item não constou no questionário realizado no Parque do Mendanha foi mencionado em material e método sobre a área de estudo, que a renda média da região e de cerca de 4 salários mínimos.

Observa-se no quadro 6 abaixo que o fator de apreciar a natureza é a maior motivação dos visitantes do parque. A seguir vem relaxar, o que demonstra a busca por descanso em área natural. O interesse de fazer trilhas ser maior que as atividades de recreação, sugere-se um maior interesse ambiental pela área visitada.. Também confirmamos que a porcentagem de estudo é bem expressiva, devido as visitas técnicas de estudantes de faculdade. A utilização de churrasqueiras e quiosques foram percentualmente iguais com a recreação, onde conclui-se que grupos de amigos ou familiares que permanecem no parque durante todo dia, desfrutando das atividades de lazer oferecidas. No levantamento do Parque do Mendanha dentre os motivos que atraem os visitantes é o clima agradável do local, devido o subúrbio do Bangu possuir as maiores temperaturas da região. Confirma-se ali a atração pela natureza como maior motivação de visitação correspondendo a 40% dos entrevistados, seguido da piscina 31%, devido a grande distância das praias. As trilhas também são consideradas como terceira opção de preferência. Devido à diversidade de opções de lazer que o parque oferece a presença marcante de visitantes do próprio local evidencia a popularidade e a sua importância na região. Também ocorre elevada visitação de grupos, coordenados por profissionais, como de turismo ecológico, de Educação Ambiental, de escolas, de terceira idade e esportivos, motivados pelos atrativos naturais do Parque. A frequência de visitação por moradores do próprio local é bem alta, pois além do parque oferecer opções de lazer e recreação, ocorre fornecimento de serviços ambientais associados às questões relativas à melhoria de qualidade de vida regional. A gratuidade e a segurança também são fatores motivacionais, devido a elevados índices de criminalidade na região.

Quadro 6 – Motivações que atraem os visitantes do Parque

Visitantes %	Resultados
28%	Apreciar a natureza
18%	Relaxar
14%	Fazer trilhas
12,6%	Acampar
11,9%	Estudo
6,3%	Usar quiosque e churrasqueiras
6,3%	Recreação

A seguir no quadro 7 serão observadas as experiências vivenciadas pelos visitantes durante a permanência no Parque.

Quadro 7 – Experiências vivenciadas dos visitantes

Oportunidades experienciadas	Situação Atual (%) *				
	1	2	3	4	5
Tratar a natureza com respeito	0%	0,7%	6,3%	12,6%	25,8%
Experimentar paz, tranquilidade	0%	1,4%	11,9%	14,0%	16,8%
Sentir-se livre	0,7%	2,1%	9,8%	17,5%	15,4%
Não ter a sensação das horas	2,1%	1,4%	11,9%	12,6%	15,4%
Confraternizar-se com amigos	2,1%	1,4%	11,2%	16,8%	14,0%
Exercitar-se	2,8%	4,9%	11,9%	16,8%	8,4%
Aventurar-se	2,1%	7,0%	18,9%	9,8%	7,0%
Recreação	2,1%	9,8%	16,1%	10,5%	6,3%

\*Opções: ( 1 ) nenhuma (2 ) baixa (3)média (4)alta (5) muito alta

No quadro 7 acima observa que as experiências vivenciadas coincidem com a motivação dos visitantes de contato com a natureza juntamente com a de relaxar. Observa-se a necessidade de desligar-se do dia-a-dia, da sensação de liberdade e de não ter noção das horas. A busca por atividades físicas e recreação fica em segundo plano. Observa-se a relação das oportunidades vivenciadas com a escolaridade (superior), a faixa etária (31 a 40 anos) e com as atividades exercidas dos visitantes. Os padrões de comportamento diferem devido ao perfil sócio, econômico e social,

conforme observado nos quadros anteriores.

No diagnóstico realizado no Parque de Mendanha, foi questionado sobre a atividade principal dos entrevistados durante a sua permanência no local, onde destacou-se a prática de caminhadas com 55% da preferência, que podemos relacionar com a faixa etária mais predominante acima de 40 anos. Como segunda atividade mais escolhida foi de nadar (26%), visto que o local possui piscinas, o bairro apresenta temperaturas elevadas e situa-se distante das praias. Observa-se que as atividades escolhidas estão mais adequadas com as características dos visitantes do parque, que buscam o lazer mais acessível ao padrão de vida do local.

No quadro 8 abaixo, serão analisadas as expectativas futuras dos visitantes:

Quadro 8 – Expectativas futuras dos visitantes do Parque

Visitantes % Expectativas dos Visitantes	Respostas
Oferecer esportes radicais	26,6%
Disponibilizar guias para trilhas	22,4%
Oferecer mais barcos e caiaques	21,0%
Mais trilhas	19,6%
Oferecer venda de alimentos	13,3%
Aumento da área de camping	12,6%
Oferecer mais quiosques e churrasquei-	12,6%

Os resultados do quadro 8 acima apontam a necessidade no incremento de atividades de lazer, como esportes radicais relacionados com a natureza, cuja procura para estas atividades é cada vez mais frequente em ambientes naturais. A presença de guias para trilhas demonstrou a precisão de maior conhecimento sobre a área visitada. Oferecer mais barcos e caiaques também indica a preferência para um lazer alternativo, principalmente em contato com a água, pois a região não possui rio para a prática de esportes aquáticos e porque está também distante de praias. Observou-se menor interesse em ampliar as áreas de camping e a quantidade de churrasqueiras. Como o Parque não oferece venda de alimentos, alguns visitantes sentiram esta carência. Não houve expectativas referentes a cursos e palestras com temas ambientais, em função da bagagem cultural dos estudantes de curso superior e também devido o Parque não ser visitado por estudantes de ensino fundamental e médio. Em outras expectativas que não constava no questionário somente 1,4% sugeriram o trabalho de Educação Ambiental. Já no Parque do Mendanha a sugestão mais significativa foi a implantação de cursos e palestras com temas ambientais com 33% das respostas, seguida da abertura de novas trilhas, com 30%. A distribuição de folhetos informativos e a instalação de novos equipamentos de recreação obtiveram 13% das respostas em ambos. No item outros (11%) foram incluídas as demais sugestões,

que não constavam no questionário, como: aumento do trabalho junto as escolas, identificação das espécies, interpretação das trilhas ecológicas, instalação de equipamento de ginástica, cobrança de taxa de visitação e a liberação da utilização de aparelhos sonoros. Estas respostas demonstram a necessidade dos visitantes de obter mais conhecimento sobre a área ambiental.

O grau de satisfação dos usuários que frequentam o Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia pode ser verificado no quadro 9 abaixo, superando as expectativas dos visitantes, devido a sua boa infra-estrutura, sinalizações e atrativos naturais, apesar do Parque não ter assiduidades de frequências. O grau de satisfação também percebido no Parque Natural Municipal do Mendanha, pela sua acessibilidade, segurança e a gratuidade atendendo a boa parte da população que frequentam de 1 a 3 vezes por ano (81%).

No quadro 9 abaixo analisamos o grau de satisfação dos visitantes.

Quadro 9 – Grau de satisfação dos visitantes

Visitantes %	Respostas
34%	Superou as expectativas
27%	Atendeu as expectativas
14%	Razoável

## 5. Conclusão

O levantamento dos resultados obtidos foi eficiente para traçar o perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia, além de permitir o conhecimento de suas motivações e expectativas. Embora ambos os parques satisfaçam os visitantes, os mesmos sugerem implantações de alternativas de recreação.

Como o Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia possui pouco tempo de existência para visitas e pouca divulgação, o fluxo de usuários ainda é pequeno e diminui bastante quando o acesso torna-se prejudicado pelas chuvas. Devido a isto a maior parte da população da região desconhece o local.

Conclui-se que fatores como idade, escolaridade, nível salarial e atividade dos visitantes ditam as necessidades, as preferências e o comportamento dos visitantes como também influência nas motivações, experiências vivenciadas e principalmente nas expectativas futuras.

Os dados obtidos neste trabalho permitem uma maior compreensão da vital importância do Parque para o município, tanto como potencial turístico, como para estudo de campo. Sugere-se que a Secretaria de Educação promova:

- capacitação dos professores de ciências na área de Unidades de Conservação;
- organização de visitas programadas de escolas com guias para trilhas;
- palestras nas escolas, com apresentação de slides, sobre o Parque e sua importância para a região;
- trabalhos referentes ao Parque, principalmente por ocasião de datas alusivas ao meio ambiente;
- trabalhos de Educação Ambiental com o envolvimento da comunidade.

Deve ser feita a distribuição de folhetos informativos sobre o Parque para serem entregues aos turistas visitantes que tiverem interesse em conhecer mais sobre as características do local. Importante se faz também a divulgação junto à rede hoteleira para a formação de grupos de turistas visitantes, com a presença de guias capacitados que possam desenvolver uma consciência ambiental de conservação atrelada ao conhecimento sobre a natureza do parque.

É preciso divulgar, valorizar e preservar o patrimônio natural para agora e para as futuras gerações.

## 6. Referências Bibliográficas

RIBEIRO, L.F. Implantação do Parque Natural Municipal do Açude da Concórdia, Valença, Rio de Janeiro. **Monografia**, Curso de Pós-Graduação em Administração e Manejo de Unidades de Conservação – AMUC, Valença, 1999. Disponível em <http://www.amamedioaraiba.xpg.com.br/mono.doc>, acessado em 16-out-2009.

CASTRO, J.F.; FARIA, H.H.; PIRES, A.S.; OLIVIER, S.D. O Perfil dos Visitantes do Parque Estadual do Morro do Diabo, Estado de São Paulo. *In*: Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia, **Anais ... Itatiaia**, out. 2007, p.113-116.

TOMIAZI, A.B.; VILLARINHO, F.M. Perfil dos Visitantes do Parque Natural Municipal do Mendanha, Município do Rio de Janeiro (RJ).2005. **Tese** (Pós-Graduação em Ciências Florestais), Universidade Federal de Lavras, Lavras.

**Delfina Maria Soares Vaz:** Pós Graduada em Gestão e Auditoria Ambiental pela Universidade Gama Filho  
Email: delfinavaz@hotmail.com

Data de submissão: 29 de outubro de 2009.

Data do aceite: 12 de dezembro de 2009.

## **A Inter-relação do artesanato tradicional com a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados na Rota Turística do Verde e das Águas (ES)**

*Mário Vinícius Cinelli Zanetti, Ubirajara Corrêa Nascimento*

### **RESUMO**

O objetivo geral deste estudo foi catalogar as matérias-primas oriundas da flora local da Mata Atlântica na Rota Turística do Verde e das Águas (ES), composto pelos municípios de Vitória, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra. Foram definidas as seguintes metas: 1. Identificar amostras de peças artesanais produzidas pelos artífices da Rota, sendo 1 (um) artesão (a) por município; 2. Elencar as matérias-primas extrativistas oriundas da Mata Atlântica e de seus Ecossistemas Associados e 3. Propor ações de valorização do artesanato tradicional através do desenvolvimento do Ecoturismo. A metodologia utilizada foi: Pesquisa de Gabinete; Visitas de Campo; Tabulação de Dados e Formatação dos Resultados; Redação Final e Publicação dos Resultados. A partir da análise das informações obtidas nas entrevistas foi possível identificar que em grande parte, as matérias-primas são coletadas nas áreas de cobertura vegetal caracterizadas pela Mata Atlântica, a Restinga e o Manguezal. Ao final do estudo, foi concluído o levantamento textual do artesanato local (embasado na metodologia apresentada) e suas respectivas matérias-primas utilizadas pelos artesãos entrevistados. Sugerem-se como intervenções: mobilizar e sensibilizar os moradores, turistas e visitantes no que se refere à preservação ambiental; assegurar o desenvolvimento econômico local através do desenvolvimento da cultura, do meio ambiente e do turismo; propor ações de Educação Ambiental além de outras ações necessárias para o desenvolvimento local e a preservação da natureza.

### ***Inter-relationship of traditional craftsmanship with the Atlantic Forest and associated ecosystems in the 'Tourist Route of the Green and Water', Espírito Santo, Brazil***

### **ABSTRACT**

The aim of this study was to catalog the materials originated from the local flora of the Atlantic Forest in Tourist Route of Green and Water (ES, Brazil), composed of the municipalities of Vitoria, Aracruz, Linhares, São Mateus and Conceição da Barra. The following goals were defined: 1. To identify samples produced by craftsmen of the Route, 1 craftsman by municipality; 2. Relate the extractivist raw materials from the Atlantic Forest and associated ecosystems and 3. Propose actions for the recovery of traditional crafts through the development of Ecotourism. The methodology used was: Research Office, Field Visits, Data Tab and Formatting of Results; Writing and Publication of Final Results. From the analysis of information obtained in interviews it was possible to identify that a large extent of raw materials are collected in the areas of vegetation characterized as the Atlantic Forest, restinga and mangrove. At the end of the study the textual survey of local crafts who were interviewed (grounded in the methodology presented) and their raw materials was completed. Measurements are suggested: mobilize and sensitize the residents, tourists and visitors into the environmental preservation, and ensure local economic development through the development of culture, environment and tourism; by proposing actions to promote environmental education or other activities necessary for local devel.

**KEYWORDS:** Crafts, Environment, Tourism.

## **Introdução**

Há muito tempo o mundo inseriu em sua pauta de conversações a temática ambiental como uma de suas diretrizes para orientar diversas questões na inter-relação entre os países. As políticas públicas dos governos em âmbito federal, estadual e municipal no Brasil já têm trabalhado em seus órgãos internos e com as comunidades diversos programas, projetos e ações com vistas a minimizar os impactos ambientais causados pelas intervenções humanas na natureza.

Constantemente encontra-se na mídia a exposição de termos como a sustentabilidade ambiental, consciência ambientalista, preservação da flora e fauna além dos recursos hídricos e minerais existentes no Brasil com vistas a atrair a atenção da população quanto à importância de valorizar as ações que buscam mitigar a constante busca de elementos da natureza para o consumo humano.

Desde idos do século XVI existe a exploração de recursos naturais expressa na retirada de pau-brasil na costa brasileira, sendo este o primeiro item visado pelos portugueses. Posteriormente, com a chegada dos donatários, a faixa litorânea recebeu uma tentativa inicial de investimento, com a intervenção na Mata Atlântica e em seus Ecossistemas Associados<sup>1</sup>, sofrendo desde modo grande perda de cobertura vegetal.

A partir de dados disponibilizados pelo INSTITUTO BIOATLÂNTICA (2009, s/p) tem-se que

A área geográfica que compreende a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados - manguezais e restingas na costa, o ambiente marinho e áreas de transição com Cerrado e Caatinga no continente - é hoje uma das regiões mais ameaçadas no mundo pela ocupação e atividade humanas. Originalmente a Mata Atlântica cobria mais de 1,3 milhões de km<sup>2</sup>. Atualmente, restam apenas cerca de 8% de sua cobertura florestal original. A história e a vida econômica do Brasil estão fortemente relacionadas à Mata Atlântica, que está distribuído por 17 estados, onde são produzidos 80% do Produto Interno Bruto (ou seja, 80% do valor da produção industrial e dos serviços do país) e vivem 70% de sua população total. Tanto as atividades econômicas quanto a população, de maneira geral, dependem diretamente dos recursos naturais que são produzidos ou regulados pela Mata Atlântica.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados

envolviam, originalmente, uma área de 1.360.000 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 16% do território brasileiro e distribuídos por 17 Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Devido a séculos de destruição ambiental, o bioma foi reduzido a me-

nos de 8% de sua extensão original, dispostos de modo esparsos, ao longo da costa brasileira e no interior das regiões Sul e Sudeste, além de fragmentos no sul dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul e no interior dos estados do Nordeste. A dinâmica da destruição foi mais acentuada durante as últimas três décadas, resultando em sérias alterações para os ecossistemas que compõem o bioma, devido, em particular, à alta fragmentação do hábitat e perda de sua biodiversidade. Ao longo de toda sua extensão, a Mata Atlântica apresenta uma variedade de formações, engloba um diversificado conjunto de ecossistemas florestais com estruturas e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando as características climáticas da vasta região onde ocorre, tendo como elemento comum a exposição aos ventos úmidos que sopram do oceano (BRASIL, s/d, s/p).

Posteriormente o plantio de cana-de-açúcar, café e a mineração aliado com o processo de industrialização, urbanização e a especulação imobiliária da faixa litorânea promovidas sistematicamente, prejudicaram em muito a cobertura vegetal original existente, neste caso particular, em todo o território do Estado do Espírito Santo.

Percebe-se, a partir dos fatos históricos, que o litoral foi o ponto de partida para a exploração local, e que passados cinco séculos, ainda sofre com problemas oriundos da má gestão do aproveitamento dos recursos naturais e da demanda originada pelas comunidades existentes. Para este estudo de caso, optou-se por analisar “A inter-relação do Artesanato Tradicional e a Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados na Rota Turística do Verde e das Águas no Estado do Espírito Santo”.

A divisão político-administrativa do território capixaba<sup>2</sup> em 2009 compreende 78 municípios divididos em 12 microrregiões conforme registrado nos mapas do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. Para fins de organização, a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR - tem desenvolvido junto com a iniciativa privada e a Sociedade Civil Organizada as Rotas Turísticas<sup>3</sup> diversas ações com vistas a fomentar o fluxo de turistas e visitantes aos municípios capixabas.

Conforme o que estabelece o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo – Mtur (BRASIL, 2005, p.3 )

As orientações para elaboração de roteiros turísticos são importantes para que se inicie de forma organizada, o processo de roteirização, o que subsidiará o fortalecimento dos vários processos já existentes, nas diversas regiões turísticas. Estas Possuem caráter norteador e devem ser acolhidas dentro do princípio da flexibilidade.

A partir da reflexão quanto ao crescimento do fluxo turístico, faz-se importante conhecer o contexto dos artífices e seu artesanato em relação à preservação ambien-

tal da Mata Atlântica e de seus Ecossistemas Associados. Sendo assim é necessário demonstrar a importância do desenvolvimento de atividades econômicas extrativistas e do Turismo a partir do viés da sustentabilidade de modo a reduzir os impactos na natureza.

A atividade turística possui diversos segmentos que variam conforme o tipo de atividade desenvolvida nas viagens, sobretudo o objetivo de cada indivíduo. Denomina-se esse processo de Segmentação do Turismo<sup>4</sup>, como por exemplo, Turismo Religioso, Turismo Cultural, Turismo de Eventos, Turismo Histórico, Turismo Esportivo, dentre outros, que por sua vez não são excludentes entre si. Devido à magnitude que o turismo conquistou no contexto socioeconômico, é considerado uma indústria “limpa”, que gera importantes divisas sem poluir ou danificar o ambiente. Esta é uma afirmação que merece uma avaliação mais delicada, pois se sabe que o turismo de massa não controlado e sem planejamento é capaz de degradar a estrutura sócio-ambiental local de maneira bastante crítica (BRASIL, 2005).

Um importante vertente do turismo que tem crescido muito rapidamente nos últimos anos é o Ecoturismo que de acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008, p.16)

é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Com uma propagação rápida entre os adeptos, principalmente jovens, o Ecoturismo passou a ser desenvolvido de maneira muito aleatória, quase sempre utilizando as Unidades de Conservação brasileiras como espaço turístico, mas sem qualquer regulamentação técnica e legal, por meio de diretrizes que estabelecessem sua real função e princípios.

É importante dizer que a atividade turística tem propiciado diversos impactos ambientais e socioeconômicos, principalmente nos locais que não conhecem ou aplicam as diretrizes de preservação ambiental proposto em diversas instâncias de governo e da sociedade civil brasileira.

O Ecoturismo tende a crescer bastante no Brasil nos próximos anos, pois a cada dia percebe-se que seus atrativos são realmente interessantes e merecem destaque, no entanto, espera-se que esta atividade caminhe paralelamente a um excelente planejamento, seguido de uma boa gestão e recursos financeiros necessários, para que num futuro bastante próximo, seja possível contar com uma atividade ecoturística no Brasil mais responsável, que envolva as comunidades tradicionais, valorize e respeite seus devidos modos de vida e utilize os recursos naturais de forma adequada, pois estes, na verdade, são os próprios atrativos turísticos do local.

Uma das maneiras de potencializar os impactos positivos do Ecoturismo, conforme afirmado pelo Mtur (BRASIL, 2008, p. 53) é a

valorização da diversidade cultural nas viagens, que enfatiza os saberes e fazeres e a identidade cultural na experiência turística que, antes de tudo, é uma experiência cultural. Entre essas vivências destacam-se as artes, o artesanato, a gastronomia típica, os sítios históricos, as danças, as músicas, o folclore, os museus. A história, os costumes, o cotidiano da comunidade são, também, fontes de aprendizado e experiência cultural para o turista, proporcionando o intercâmbio entre a comunidade e o turista. Essa vivência cultural pode ser incorporada ao segmento de Ecoturismo por meio de visitação a atrativos turísticos culturais ou à incorporação e valorização desses elementos de identidade local na oferta de serviços de alimentação, de hospedagem, de recreação e outras atividades, tais como oficinas de arte e ofícios. Para que isso ocorra de forma autêntica para o turista e com o devido respeito à cultura local, pressupõe que a comunidade deve participar do processo de planejamento do segmento, assinalando os aspectos importantes e significativos no seu cotidiano, na sua história.

A partir do processo de Roteirização promovido pela SETUR<sup>5</sup>, optou-se em promover o estudo nos municípios componentes da Rota do Verde e das Águas que compreende: Vitória, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra.

De acordo com o *site* institucional do Governo do Estado do Espírito Santo temos que

Vitória é o ponto de partida para as Rotas Turísticas Capixabas devido sua infraestrutura de logística pelos modais rodoviários, ferroviário, portuário e aéreo. A capital congrega em seu território manguezais, Unidades de Conservação, rico patrimônio histórico, artístico e cultural. A 50 km da capital, encontra-se o município de Aracruz que, cercada de atrativos naturais, abriga reservas das tribos Tupiniquins e Guarani, que comercializam seu artesanato. A seguir, tem-se Linhares, município conhecido como Paraíso das Águas, que abriga 25% das reservas de Mata Atlântica do Estado e 64 lagoas que formam o maior complexo lacustre da Região Sudeste, tendo como principal a Lagoa Juparanã, com 38 km de extensão. Mais ao norte chega-se a São Mateus que tem à disposição do turista um rico patrimônio histórico/cultural. Nesse município está situado o Porto de São Mateus cujo entorno possui 32 sobrados, construídos nos séculos XVII e XIX e tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que remetem o turista à época da aristocracia rural. No litoral, a ilha de Guriri, uma das maiores do Estado, anexada ao continente por uma ponte sobre o rio Mariricu, é o principal ponto turístico. Para completar a rota Conceição da Barra, a capital capixaba do forró, reúne dunas, praias, que apresentam piscinas na baixa da maré, e agrestes. No município também acontece o famoso Baile de Congo, um auto teatral popular com duração de uma semana. A festa conhecida como Ticumbi retrata a luta entre Reis de Bamba e Reis de Congo, que disputam o privilégio de promover a festa em homenagem a

São Benedito. O distrito de Itaúnas destaca-se como um importante conjunto turístico do município, guardião do Parque Nacional de Itaúnas, criado em 1991 que preserva uma variedade de ecossistemas integrados a fauna e a flora que lhe deu o título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO que contempla dunas de até 30 metros de altura. Um lençol arenoso soprado pelo vento nordeste invadiu casas e cresceu progressivamente soterrando o primitivo núcleo populacional iniciado há mais de 300 anos (ESPÍRITO SANTO, s/d-b, s/p).

## **Objetivos**

A partir do objetivo geral da pesquisa caracterizada por catalogar as matérias-primas oriundas da flora local a partir do levantamento de dados norteados através da “inter-relação do Artesanato Tradicional e a Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados na Rota Turística do Verde e das Águas no Estado do Espírito Santo” foram elencadas as seguintes metas:

- Identificar amostras de peças artesanais produzidas por artesãos da Rota do Verde e das Águas no Estado do Espírito Santo, sendo 1 (um) artesão (a) por município;
- Elencar as matérias-primas de viés extrativista oriundas da Mata Atlântica e de seus Ecossistemas Associados e
- Propor ações de valorização do artesanato tradicional através do desenvolvimento do Ecoturismo com vistas à sensibilização ambiental, da viabilidade econômica, da preservação dos costumes e das tradições das comunidades locais.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada durante o desenvolvimento da pesquisa foi norteadas pelas seguintes atividades:

A – Pesquisa de Gabinete: elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais selecionados na Internet;

B – Visitas de Campo: promovido aos artesãos que atuam em municípios da Rota do Verde e das Águas a partir da observação da Distribuição da Atividade Artesanal por Microrregião e Município constante no Atlas Folclórico do Brasil – Espírito Santo (INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE, 1982) o seguintes municípios (Tabela 1):

**Tabela 1:** Distribuição da Atividade Artesanal por Microrregião e Município

## a. microrregião Vitória

MUNICÍPIOS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
Cariacica	1	4	13	2	0	0	4	6	24	1	55
Serra	1	1	21	4	2	1	8	28	35	1	102
Viana	0	0	4	1	0	0	2	2	5	0	14
Vila Velha	0	0	23	2	4	0	4	21	28	2	84
<b>Vitória</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>41</b>	<b>4</b>	<b>81</b>
Total	2	17	72	10	10	1	18	65	133	8	336

## b. microrregião Baixada Espírito-Santense

MUNICÍPIOS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
<b>Aracruz</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>30</b>
<b>Conceição da Barra</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>33</b>
Fundão	0	0	9	1	0	0	0	0	8	1	19
<b>Linhares</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>15</b>
Pinheiros	0	4	7	2	2	1	0	2	12	0	30
<b>São Mateus</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>91</b>
Total	0	13	77	12	6	1	20	18	69	2	218

**Legenda**

A – Tecelagem, B – Cerâmica, C – Fibras e Trançados, D – Couros e Peles, E – Metal, F – Coco, G – Madeiras, H – Implementos de Caça e Pesca, I – Rendas, Bordados e Congêneres, J – Outros, K - Total

**Fonte:** Atlas Folclórico do Brasil – Espírito Santo

C – Tabulação de Dados e Formatação dos Resultados: organização dos dados obtidos na pesquisa de campo subsidiada pelo Instrumento de Pesquisa para dar suporte à elaboração de índices e cálculos estatísticos, tabelas, quadros e gráficos, conforme o caso;

D – Redação Final: A redação final tem a proposta de organizar as informações de modo a atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa e

E - Publicação dos Resultados: divulgação dos dados obtidos através de periódicos ou similares com o objetivo de socializar as informações coletadas.

## **Resultados e Discussão**

Para iniciar os trabalhos, foram coletadas referências teóricas para embasar e nortear a pesquisa. A preocupação inicial foi a de identificar o conceito de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, o qual é definido por Ruschmann (1997) como aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos das gerações futuras

A inter-relação entre o Turismo e o Meio Ambiente é justificada a partir por Ruschmann (1997, p. 19) na visão que o

último constitui a “matéria-prima” da atividade. A deteriorização das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procurem nas férias e nos fins de semana as regiões com belezas naturais. O contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações nas viagens de lazer e as conseqüências do fluxo de massa de turistas para esses locais – extremamente sensíveis, tais como as praias e as montanhas – devem ser necessariamente avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que este valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente.

Outro destaque registrado por Moura (2008, p.1) é

que a demanda global por recursos naturais deriva de uma formação econômica cuja base é a produção e o consumo em larga escala. A lógica associada a essa formação é responsável por boa parte da destruição dos recursos naturais e é criadora de necessidades que exigem, para sua própria manutenção, um crescimento sem fim das demandas quantitativas e qualitativas desses recursos. Sabe-se que a criação de necessidades humanas é infinita e ilimitada. Já os recursos naturais, que são os meios com os quais a sociedade conta para efetuar a fabricação de bens para satisfazer a essas necessidades, são finitos e limitados.

(...) Surgem assim, diversas teorias e propostas a respeito de como conciliar a necessidade de crescimento econômico (satisfação das supostas necessidades humanas) com a necessidade de preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade.

Posteriormente, foi necessário utilizar um conceito para viabilizar a elaboração do instrumento de pesquisa para coleta de dados, o que foi embasado na “Instrução Normativa nº. 2 do Artesanato Capixaba” editado pela Secretaria de Estado do Traba-

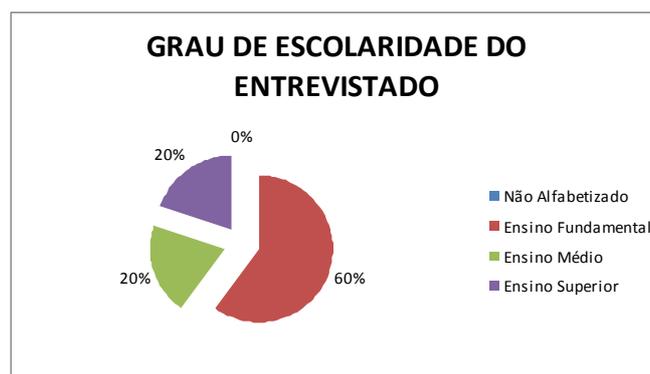
Iho, Assistência e Desenvolvimento Social – **SETADES**<sup>6</sup> que e seu Art. 3º Inciso II, diz que

Artesanato é o conjunto de objetos utilitários e decorativos para o cotidiano do homem, resultante da transformação da matéria-prima, com predominância manual, por um indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas previamente conceituadas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, com ou sem expectativa econômica, podendo no processo ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (ESPÍRITO SANTO, 2009, pg. 3).

A partir da metodologia proposta pelos pesquisadores, foram realizadas entrevistas com artesãos que atuam nos municípios da Rota do Verde e das Águas sendo: uma paneleira do bairro de Goiabeiras em Vitória, um membro da comunidade indígena de Aracruz e artífices residentes em Linhares, São Mateus e Conceição da Barra (um por localidade). As informações coletadas foram registradas e posteriormente compiladas o qual foi possível obter as seguintes ponderações:

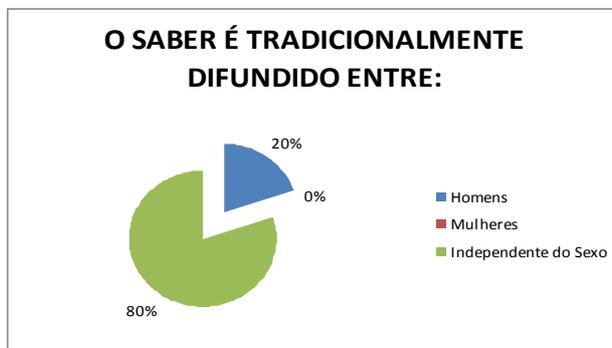
Ao analisar os dados referentes às entrevistas realizadas nos municípios da “Rota do Verde e das Águas” identificou-se que não houve índice para a classificação “Não Alfabetizados”, que 60% tem somente “Ensino Fundamental, 20% tem Ensino Médio e 20% Ensino Superior (Tabela 2).

Tabela 2:



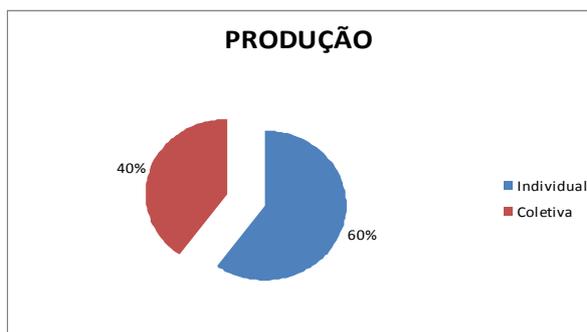
O levantamento destaca que o saber é difundido em sua grande maioria na classificação “Independente do Sexo” com 80% (Tabela 3).

Tabela 3:



Destaca-se no item Produção que 60% ocorre na modalidade Individual e 40% Coletiva (Tabela 4).

Tabela 4:



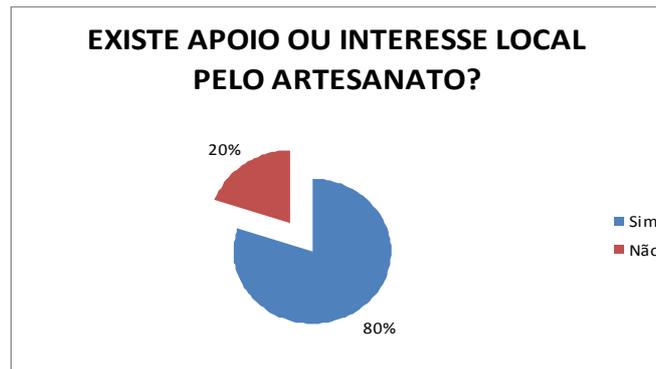
Para o questionamento que interrelaciona diretamente ao tema da pesquisa, temos que todos os entrevistados informaram que as matérias-primas são obtidas de maneira sustentável (Tabela 5).

Tabela 5:



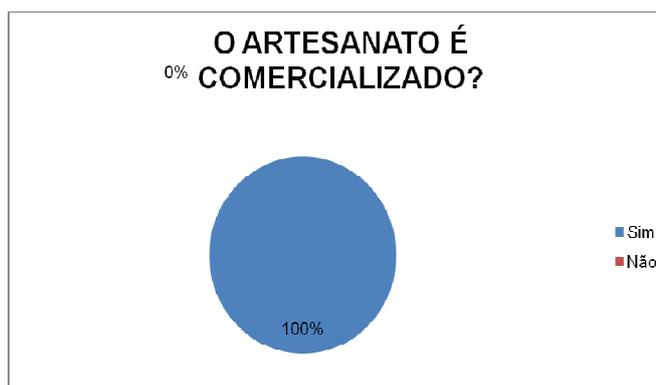
No que se refere a Apoio ou Interesse Local pelo Artesanato temos 80% de resposta positiva e 20% de negativa (Tabela 6).

Tabela 6:



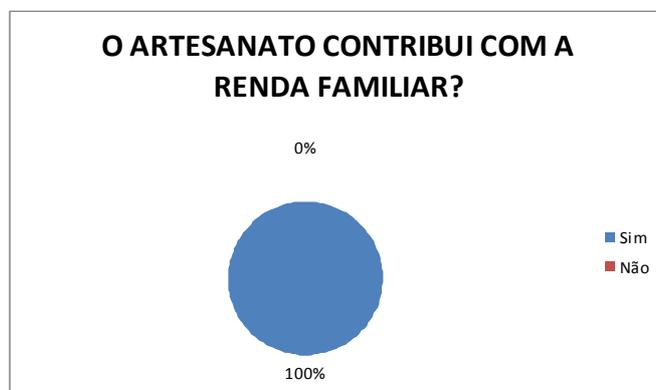
Na questão econômica, temos que o artesanato produzido pelos artífices tem a finalidade de comercialização, comprovado com 100% de resposta afirmativa pelos entrevistados (Tabela 7).

Tabela 7:



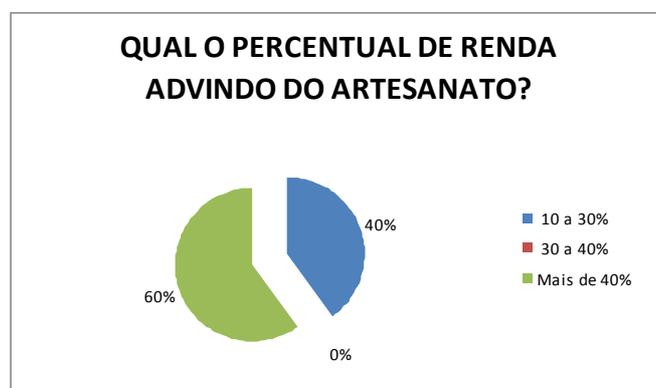
A partir da questão anterior, nota-se que há a produção dirigida para a comercialização, e que, a renda obtida contribui 100% da renda familiar (Tabela 8).

Tabela 8:



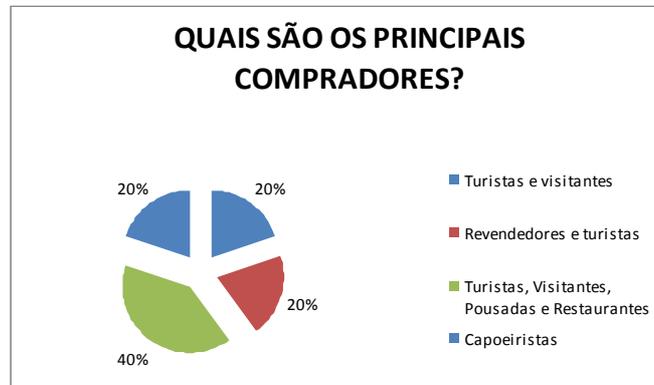
Vê-se também que o percentual de renda advindo do artesanato é considerável pois na faixa 1 (10 a 30%) corresponde a 40%, e na faixa 3 (mais de 40%) ficou em 60%. Nota-se que na faixa 2 (30 a 40%) não houve pontuação (Tabela 9).

Tabela 9:



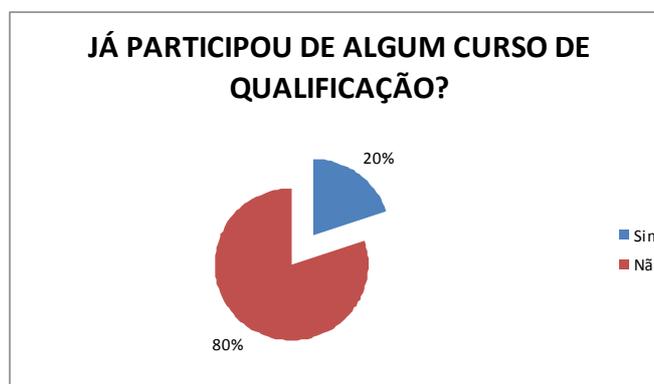
Devido não haver opções de respostas a serem escolhidas pelos entrevistados, foi citado por várias vezes que os principais compradores dos artesãos são os turistas e visitantes, não tendo um dado percentual específico para esta questão (Tabela 10).

Tabela 10:



O estudo apontou também que no que se refere a participação de Cursos de Qualificação, 20% afirmou que já o fez e 80% respondeu negativamente (Tabela 11).

Tabela 11:



De posse dos dados obtidos a partir das entrevistas empreendidas com os artesãos dos cinco municípios foram identificados os seguintes artesanatos e matérias-primas (Tabela 12):

Tabela 12:

PANELEIRAS - VITÓRIA:	
Produtos	Matéria-prima e informações complementares
"Vassouras" de muxinga	Para o uso no açoite das panelas de barro
Tintura do Tanino	Corante natural extraído da casca do mangue vermelho a partir do
Panela de barro	Argila extraída do Vale do Mulembá no Bairro Joana D'arc em Vitó-
	Observação: a madeira utilizada para a queima das panelas de barro é proveniente de refugo da construção civil local.
INDIOS GUARANIS - ARACRUZ:	
Produtos	Matéria-prima e informações complementares
Arco e flecha	Madeira forte e boa e a ponta da flecha feita com brajaúba, a fibra utilizada é a casca da madeira embira.
Lanças	Confeccionadas com brajaúba ou coqueiro.
Chocalhos	Feitos com taquara, coco, cabaça, bambu e sementes.
Pau-de-chuva	Produzido com madeira embaúba.
Leque	Utiliza-se taquara ou bambu, penas e tinta de urucum.
Zarabatana	Feita com bambu grande, oco e reto.
Brincos	Produzidos com coquinho de guriri, penas e sementes.
Colar	Feitos com linhas industriais adquiridas no mercado local e dentes de animais.
Cocar	Produzidos com penas de aves silvestres e barbantes
Prendedor de cabelo	Utilizam-se penas e fibras.
Machadinha	Feita com pedra lascada e madeira braúna.
Pauzinho de cabelo	Feitos com madeira brajaúba e urá.
Cacetete	Produzido com madeira braúna.
ARTESÃO - LINHARES:	
Produtos	Matéria-prima e informações complementares
Eco-berimbau	Biriba ou Imbiriba ou Beriba
ARTESÃO – SAO MATEUS	
Produtos	Matéria-prima e informações complementares
balaio, abajur,vassoura, fruteira, bolsa de praia, tapetes de cipó trançado, chapéu, gamela, canoa, pilão, colher de pau e outros.	Cipó jacaré e bambu o qual a partir da coleta de matéria-prima na mata, ocorre a limpeza e o desfilio dos cipós e madeiras, sendo tecido os utensílios.
ARTESÃO – CONCEIÇÃO DA BARRA:	
Produtos	Matéria-prima e informações complementares
Luminárias, porta guardanapos, esteiras, abajur, vasos, vassoura de guriri, cestas, chapéus, caxixi (guizo) e cestos de frutas.	O artesão sai à mata para coletar a matéria-prima. De posse dos bambus e cipós, ele tira a casca, põe para secar e depois deste processo, iniciam-se os cortes. Daí de posse das fibras são criadas peças variadas.

A partir da análise das informações obtidas nas entrevistas foi possível identificar que em grande parte, as matérias-primas são coletadas nas áreas de cobertura vegetal caracterizadas pela Mata Atlântica, a Restinga e o Manguezal. Em Conceição da Barra, a coleta ocorre no entorno do Parque Estadual de Itaúnas, em Aracruz nas matas e mangues da Reserva Indígena da Aldeia Guarani Piraqueaçu, em São Mateus nos fragmentos de Mata Atlântica existente nas propriedades do entorno da Rodovia BR 101 Norte e em Vitória as paneleiras coletam a casca no manguezal urbano da capital. Observa-se um caso particular identificado em Linhares, cujo artífice optou pelo plantio da biriba e com isso, passa a ter uma fonte particular para extração. Já a comunidade indígena destacou a necessidade de buscar alternativas como obter novas sementes para haver o cultivo e possibilitar assim um reforço de opções de coleta, mas que precisa de apoio para viabilizar a proposta.

## **Conclusão**

O turismo é uma grande oportunidade de geração de trabalho e renda para as comunidades que utilizam de matérias-primas naturais para a confecção de seus artefatos sejam para fins utilitários ou decorativos. Muitos destes são adquiridos por moradores, turistas e visitantes que geram recursos para o artífice local.

Uma observação que deve ser feita é sobre o “Atlas Folclórico do Brasil: Espírito Santo” que em seu capítulo sobre artesanato apresenta uma gama de expressões, o que foi uma grande referência para orientar quanto as categorias que em 1982 puderam ser catalogadas em nosso Estado, a citar: Tecelagem, Cerâmica, Fibras e Trançados, Couros e Peles, Metal, Coco, Madeira, Implementos de Caça e Pesca, Rendas, Bordados e Congêneres e Outros Tipos de Artesanato. Devido à delimitação da presente pesquisa não foi possível comparar os dados disponibilizados no documento em questão, mas perceber a importância do tema e da valorização da atividade.

Os recursos naturais aproveitados pelos artesãos que têm origem na Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados devem ser tratados com sustentabilidade de modo a propiciar o uso das gerações futuras conforme destacado nos textos dos autores consultados.

A fuga do homem da cidade para as áreas não-urbanas é motivada por diversos fatores em períodos como as férias e os finais de semana. Muitos destes têm a oportunidade de conhecer novas realidades culturais quando de sua viagem dispendo da chance de vivenciar novas realidades e costumes. É necessário estimular novas experiências para os turistas a partir de um modelo de sensibilização que possa despertar a preocupação quanto a preservação ambiental e a cultura local através do viés da sustentabilidade. É preciso encontrar um ponto de equilíbrio na relação turismo e meio ambiente de maneira que possa oportunizar o desenvolvimento da comunidade, o aproveitamento dos recursos naturais, a geração de recursos para os moradores e

a manutenção da cultura do lugar. É essencial que o Estado cumpra seu papel de legislador, planejador e gestor de políticas públicas que possam incentivar o desenvolvimento sustentável através de planos, programas e projetos que tragam benefícios para toda a Cadeia Produtiva do Turismo com o olhar que contemple o equilíbrio ambiental, social, econômico e cultural.

Destaca-se que os objetivos da proposta inicial foram alcançados conforme o levantamento de amostras do artesanato local (embasado na metodologia apresentada) e suas respectivas matérias-primas utilizadas pelos artesãos entrevistados. Sugerem-se como intervenções: mobilizar e sensibilizar os moradores, turistas e visitantes no que se refere à preservação ambiental; propor uma legislação específica que possa educar, fiscalizar e punir as agressões contra o patrimônio natural e seus recursos; assegurar o desenvolvimento econômico local através do desenvolvimento da cultura, do meio ambiente e do turismo com um olhar especial nos impactos que as atividades desenvolvem nas comunidades locais e do entorno; valorizar a cultura local e os meios de perpetuar suas tradições; propor ações de Educação Ambiental além de outras ações necessárias para o desenvolvimento local e a preservação da natureza.

Observa-se que há um grande esforço governamental em organizar a atividade turística a partir do processo de roteirização turística, que em âmbito estadual criou a “Rota do Verde e das Águas”, o que favorece na elaboração de roteiros turísticos específicos. Deste modo, cabe também aos operadores turísticos elaborarem roteiros que valorizem as iniciativas com viés sustentável de modo que possa tornar possível garantir os direitos das comunidades locais, preservar o patrimônio do lugar, estimular o desenvolvimento dos destinos turísticos através da gestão responsável dos recursos naturais que são escassos e são utilizados como fontes de subsistência dos artesãos. É necessário implantar novas Unidades de Conservação a partir da legislação vigente e com instrumentos que possam viabilizar o manejo e a conservação dos recursos naturais existentes. Há iniciativas como a encontrada em Linhares que buscam garantir novas fontes de recursos naturais de modo sustentável. O turismo pode ser uma estratégia para levar o turista a adquirir produtos de iniciativas que tem o cuidado com a preservação ambiental, através do Ecoturismo por exemplo. Cabe a cada um dar a sua contribuição.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mata Atlântica**. Brasília. 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=72&idMenu=3646>>, Acessado em 10 ago 2009, s/d.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas para o Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil: Roteirização Turística módulo operacional 7.** Brasília, 2005: Ministério do Turismo.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Áreas Naturais protegidas do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 2008. Disponível em: <[http://www.meioambiente.es.gov.br/download/MAPA\\_UC\\_ES.pdf](http://www.meioambiente.es.gov.br/download/MAPA_UC_ES.pdf)>, Acessado em 26 ago 2009, s/d-a.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Turismo. **Regiões Turísticas do Espírito Santo.** Vitória, 2008. Disponível em: <[http://www.turismo.es.gov.br/download/mapa\\_regiao\\_turistica.pdf](http://www.turismo.es.gov.br/download/mapa_regiao_turistica.pdf)> Acessado em 10 ago de 2009, s/d-b.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. **Instrução Normativa nº 2 do Artesanato Capixaba.** Classifica os artesãos e suas obras de acordo com as matérias-primas e técnicas principais adotadas, as normas de funcionamento e os critérios adotados para classificação, cadastro, emissão da Carteira do Artesão e da participação em Feiras e Eventos. Vitória, 2009.

INSTITUTO BIO ATLÂNTICA. **A Mata Atlântica.** Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <<http://www.bioatlantica.org.br/mata.asp>> Acessado em 10 ago 2009

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Divisão Regional do Espírito Santo. Vitória, 2008. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/esmapas/1.CARACTERIZACAO\\_TERRITORIAL/Limites e Regionalizacoes/MICRORREGIOES.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/esmapas/1.CARACTERIZACAO_TERRITORIAL/Limites_e_Regionalizacoes/MICRORREGIOES.pdf)>. Acessado em 16 ago de 2009

INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE. **Atlas Folclórico do Brasil: Espírito Santo.** Rio de Janeiro, Funarte, 1982. 93 p.

MOURA, A. K. C. O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística: uma análise crítica das teorias da sustentabilidade, das políticas públicas e do discurso oficial do turismo na Paraíba. **Dissertação** apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2008

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas / SP: Papyrus, 1997. (Coleção Turismo). 6ª Edição. 2000.

NOTAS:

- <sup>1</sup> Ecossistemas Associados à Mata Atlântica são a Restinga e o Manguezal.
- <sup>2</sup> O natural do Espírito Santo.
- <sup>3</sup> Rota Turística: Percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística (MTUR, 2005, pg.03).
- <sup>4</sup> Espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território (BRASIL, 2005, pg.03). A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento e gestão, e, principalmente, mercadológicos (BRASIL, 2005, pg.15).
- <sup>5</sup> Secretaria de Estado do Turismo.
- <sup>6</sup> De acordo com a Instrução Normativa nº. 2 do Artesanato Capixaba da SETADES, o artesão é o indivíduo que detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo trabalhos que detenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com auxílio de equipamentos, artefatos e utensílios, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

**Mário Vinícius Cinelli Zanetti** : Centro Universitário Vila Velha.

Email: mariozaneti@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6652328729680709>

**Ubirajara Corrêa Nascimento**: Centro Universitário de Vila Velha, Faculdade Saberes, e Universidade Gama Filho.

Email: ubirajara.nascimento@uol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6946581465877208>

Data de submissão: 03 de outubro de 2009.

Data do aceite: 12 de dezembro de 2009.

**SEÇÃO**  
**RESENHAS**

## Sonho Domado

Sei que é preciso sonhar.

Campo sem orvalho, seca  
A frente de quem não sonha.

Quem não sonha o azul do vôo  
perde seu poder de pássaro.

A realidade da relva  
cresce em sonho no sereno  
para não ser relva apenas,  
mas a relva que se sonha.

Não vinga o sonho da folha  
se não crescer incrustado  
no sonho que se fez árvore.

Sonhar, mas sem deixar nunca  
que o sol do sonho se arraste  
pelas campinas do vento.

É sonhar, mas cavalgando  
o sonho e inventando o chão  
para o sonho florescer

**Thiago de Mello**



## Turismo e aventura: refletindo sobre novas sensibilidades na busca pela natureza

*Alcyane Marinho*

Bruhns, H.T. **A busca pela natureza: turismo e aventura**. Barueri: Ed. Manole, 2009.



Aspectos importantes do ambientalismo e das conexões deste com outros movimentos sociais, como o feminismo, o pacifismo e o movimento estudantil, são tratados com profundidade e acuro no livro “A busca pela natureza - Turismo e aventura”, de autoria de Heloísa Turini Bruhns, editado pela Manole em 2009.

De antemão, vale ressaltar que a trajetória acadêmica da professora Heloísa, com graduação em Economia (pela UNICAMP) e em Educação Física (pela PUC de Campinas), mestrado e doutorado em Educação (pela UNICAMP) lhe permite escrever, com propriedade, uma importante obra que atinge públicos diferentes, de áreas igualmente distintas.

Com mais de uma dezena de livros publicados atualmente, como Professora Titular da UNICAMP, Heloísa tem atuado como colaboradora no Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IG da UNICAMP), desenvolvendo estudos sobre a temática lazer e meio ambiente.

Especialmente, a obra “A busca pela natureza - Turismo e aventura” resulta de pesquisas realizadas pela autora para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), elege o ambientalismo como um dos marcos do pensamento crítico contemporâneo.

Parte do pressuposto de que o ambientalismo como movimento crítico-social - sem negar suas contradições e incoerências, bem como correntes às vezes conflituosas - influenciou a busca atual pela natureza, a qual recebeu conotações diferenciadas ao longo de seu percurso histórico em diferentes contextos. Essas questões são tratadas no livro tomando como marco a década de 1960, nos movimentos contraculturais, constituindo e desembocando em crises deflagradas no âmbito das instituições - família, educação, religião, entre outras. Surge aí uma noção de ambientalismo, na qual está embutida não apenas a preservação, de maneira isolada e estanque, mas integrando uma infinidade de conteúdos.

O livro realiza uma discussão densa no primeiro capítulo abordando questões do ambientalismo, do feminismo e do ecofeminismo. Do segundo capítulo em diante a abordagem volta-se para as atividades contemporâneas na natureza, quando é enfocada a questão da Educação Ambiental, das características das atividades de turismo e aventura e do perfil do público que está demandando essas atividades.

A autora tece uma rede entre o feminismo, o ecofeminismo, o ambientalismo, os novos valores e as novas sensibilidades, envolvidos na busca contemporânea pela natureza. O ambientalismo carrega novas ideias e sensibilidades - aproximando-se do feminismo e da vertente ecofeminista -, configurando uma fase estética, gerando tanto uma atitude ativa contemplativa sobre a natureza, como uma atitude ativa destinada a expandir e integrar as relações da sociedade com a natureza.

Expõe como o feminismo insere-se nos “novos movimentos sociais” emergidos durante a década de 1960 - as revoluções estudantis, os movimentos antiguerra e da contracultura revolucionária, os movimentos pacifistas e o ambientalismo. Ele veio contestar situações pontuadas pela modernidade como categorias universais de sujeito masculino e do conhecimento objetivo.

O feminismo propôs também um olhar mais sensível em relação às questões que vinham ocorrendo na sociedade em geral, tanto no mundo oriental quanto ocidental, como a da agressividade em relação ao planeta e aos sujeitos. Apontou a necessidade de incorporarmos parâmetros não-rationais à nossa leitura da realidade e de nos aproximarmos de valores como a sensibilidade, a fragilidade, a tolerância, a solidariedade, entre outros, embora devamos considerar que esses valores merecem receber tratamento contextualizado, uma vez que suas construções históricas requerem tal cuidado. A vertente do ecofeminismo procura incorporar a visão das mulheres às discussões acerca da problemática ambiental e tem orientado movimentos ambientalistas e feministas em várias partes do mundo.

O livro explora algumas práticas de lazer tendo como pano de fundo o ambientalismo como movimento crítico-social. Essas práticas surgem ou despontam com outras características a partir de 1960, muito próximas às peregrinações do movimento hippie ou aos seus propósitos de volta ao campo, em que a busca pela natureza representava uma contestação de valores em relação à determinada produção e ao consumo.

Segundo a autora, a natureza contemporânea pode ser considerada como território da experiência, afastando-se da contestação inicial. Porém, é importante lembrar que experiência está associada a tentar, testar, arriscar, ou seja, implica em aventurar-se. Podemos visualizar aí uma espécie de protesto contra um ritmo de vida orientado unicamente para a produção. As visitas à natureza traduzidas nas formas de acampamento, caminhadas, exploração de cavernas e montanhismo tornam-se cada vez mais frequentes, desencadeando uma série de atividades como *rafting*, *canyoning*, *bóia-cross*, *cascading*, tirolesa e outros.

Igualmente a obra realiza conexões com questões referentes à tecnologia e à

sociedade de consumo. Aponta como essa questão exige a busca da complexidade envolvida no tema. Enfoques sobre a invasão do consumo na vida cotidiana tornaram-se assunto comum na sociedade urbano-industrial há algum tempo, conduzindo os sujeitos a acreditarem na manipulação de nossos costumes e comportamentos. Nessa perspectiva, o consumo representa a trapaça do mercado invadindo todos os aspectos da vida.

Essas abordagens tornam-se simplistas, pois são verificadas manifestações de oposição e aceitação em relação às mensagens veiculadas pela indústria cultural, implicando numa dinâmica das relações de classes, com um reposicionamento constante dos diversos grupos sociais. A interpretação do consumo como mero fenômeno econômico despreza os fenômenos expressivos que entram em tensão com a racionalização ou com as pretensões de racionalizar a vida social. Embora concorde que as garras do poder econômico e a potência do mercado têm o poder de ditar normas e induzir comportamentos, a autora não interpreta o homem como um ser simplesmente consumidor. Segundo sua ótica, se assim procedesse, estaria realizando uma análise simplista, ingênua e reducionista da questão, ao mesmo tempo em que empobreceria a humanidade nas suas possibilidades de expressão e manifestação.

Ao contestar instrumentos socioculturais e político-econômicos de organização das sociedades e ao questionar teorias e práticas em torno da luta pelo poder, o ambientalismo vem propor novas configurações do expressar a política, do fazer reivindicações, e do agir sobre os temas de interesse coletivos e individuais.

O movimento defende o exercício da política do cotidiano e da identidade na transformação das relações fundamentais, mesmo que essa ação atinja somente uma localidade específica. Considera essa forma de fazer política mais efetiva quando comparada ao enfrentamento dos jogos macro do poder instituído, pois não concorda com suas regras. Portanto, acredita que a solução não vem da mesma matriz danosa que se tenta evitar.

Entre as décadas de 1960 e 1990, os movimentos e as lutas políticas que mais se destacaram, tanto nos países centrais como nos periféricos e semiperiféricos, foram protagonizados por grupos sociais compostos por identidades não diretamente classistas, como estudantes, mulheres, grupos étnicos e religiosos, pacifistas e outros.

Essa busca pela natureza, muitas vezes traduzida como errância, incorporando o deslocamento, o trânsito, manifesta uma insatisfação contra a estabilidade positivista do mundo estabelecido relacionada a uma tentativa - bem sucedida - de domesticação das massas, do assentamento no trabalho e no destino à residência.

Essas pequenas, porém essenciais aventuras errantes, sem muito propósito definido, reconciliam desejos e sua materialização, por meio de uma experiência grupal, na qual os sentidos e os sentimentos tornam-se a base a partir da qual surgem comportamentos e ideias, criando laços ou conflitos, concordâncias ou discordâncias, ambiguidades e contradições.

A questão dessa experiência - ou aventura - não está em ganhar ou perder - nesse sentido distancia-se da lógica tradicional e linear do recorde, como é tratado no livro. Trata-se somente de um fragmento da existência, ao lado de tantos outros, o qual possui a força misteriosa de fazer-nos sentir, por um momento, a vida inteira, como se não tivesse outro objetivo senão sua realização.

Como coloca Bruhns, o desafio contemporâneo requer a busca de reinvenções, sobretudo, no plano político, de elos e mediações ou de novos meios de convívio e valores diferenciados, em um confronto com as sempre mesmas injustiças conhecidas. Estamos buscando algo indefinido, desconhecido, compondo instabilidades em um quadro instaurado na reciclagem de desejos, bem com na reciclagem da própria vida.

Talvez essa busca pela natureza por meio de experimentações e novos comportamentos traduza um pouco de tudo isso, pois nela percebemos a influência mais surda, porém mais profunda, de um mundo em crise, inquietante e instável, tomado por abalos brutais e animado por mudanças rápidas; um universo social que se experimenta e a partir do qual nossos corpos carregam os traços.

Assim, o livro inova numa perspectiva original e traz temas contemporâneos instigantes relacionados à busca pela natureza, oferecendo uma leitura que transita entre várias áreas do conhecimento como sociologia, biologia, geografia, educação física, educação ambiental, dentre outras, apontando um caráter interdisciplinar e, portanto, mostrando possibilidades diversas de interpretação.

**Alcyane Marinho:** Bolsista da CAPES no Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), no Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina  
Email: [alcyane.marinho@hotmail.com](mailto:alcyane.marinho@hotmail.com)  
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7175741856017621>

Data de submissão: 16 de dezembro de 2009.

Data de aceite: 17 de dezembro de 2009.